

Sexta-feira, 18 de Março de 1977



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 17 DE MARÇO

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Ordem do dia. — Prosseguiu e concluiu-se o debate requerido pelo PSD sobre as medidas económicas recentemente decretadas pelo Governo.

Após a resolução de uma questão prévia quanto à possibilidade de os Deputados independentes participarem no debate, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues (INDEP.); Herlander Estrela (PS), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Robalo, Nuno Abecassis e Macedo Pereira, do CDS; Angelo Correia (PSD), que respondeu ainda a pedidos de esclarecimento ou a protestos dos Srs. Deputados António Guterres (PS), Mamede Pereira (CDS), Sousa Marques (PCP), Vital Moreira (PCP), Delmiro Carreira (PS) e Veiga de Oliveira (PCP); Domingos Abrantes (PCP), que no fim respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Manuel Pires e Sérgio Simões, do PS; Teresa Ambrósio (PS), que também respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Sousa Marques (PCP); Acácio Barreiros (UDP); Salgado Zenha (PS), que no fim respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Aboim Inglês (PCP); Sénvilo Correia (PSD), que também respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Guterres (PS); Carlos Brito (PCP), que respondeu ainda a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Salgado Zenha (PS) e Acácio Barreiros (UDP); e Amaro da Costa (CDS), que no fim respondeu a protestos ou pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Brito (PCP), Acácio Barreiros (UDP) e Aires Rodrigues (INDEP.).

Por parte do Governo interviveram no debate os seguintes membros: Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas (Carlos Filipe), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Robalo (CDS) e Sousa Franco (PSD); Secretário de Estado do Comércio Interno (Escaja Gonçalves), que no fim respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Sousa Franco (PSD) e Acácio Barreiros (UDP); Ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Villar) e Ministro

das Finanças (Medina Carreira), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Sousa Franco (PSD), Angelo Correia (PSD), Mamedo Pereira (CDS) e Acácio Barreiros (UDP).

O debate foi encerrado pelo Sr. Deputado Sá Carneiro (PSD), por parte do partido interpelante, e pelo Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares), por parte do Governo. O primeiro respondeu ainda a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Brito (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Veiga de Oliveira (PCP) e Vital Moreira (PCP), e o segundo a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Freitas do Amaral (CDS) e Sá Carneiro (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 1 hora e 15 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada. Eram 10 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
 Alcides Strecht Monteiro.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Miranda Mamedo.

António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Pinheiro Silva.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Benjamim Nunes Leitão Carvalho.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herlander dos Santos Estrela.
 Jerónimo Silva Pereira.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João da Silva.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
 José Borges Nunes.
 José Ferreira Dionísio.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Ludovina Rosado.
 Luís José Godinho Cid.
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.
 Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)
 Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco Manuel Lumbrálares de Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João Afonso Gonçalves.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Manuel Medeiros Mateus.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Alberto Ribeiro.
 José Alves da Cunha.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Olívio da Silva França.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Macedo Pereira.

José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.
 António Marques Matos Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascenção Madeira Dias Ferreira.
 Raúl Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Manuel Benito da Silva.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Encontravam-se também presentes, ou entraram durante a sessão, os seguintes membros do Governo: Primeiro-Ministro (Mário Soares), Ministro sem Pasta (Jorge Campinos), Ministro do Plano e da Coordenação Económica (Sousa Gomes), Ministro das Finanças (Medina Carreira), Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas (António Barreto), Ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar), Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas (Carlos Filipe) e Secretário de Estado do Comércio Interno (Escaja Gonçalves).

No decurso da sessão compareceram ainda, por curtos períodos, outros membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 172 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Peço a atenção da Assembleia para um problema que tem de ser resolvido antes da abertura do debate. Trata-se do seguinte: os nossos colegas Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues inscreveram-se para tomar parte neste debate. Ora, o artigo 210.º do nosso Regimento diz:

1. O debate será aberto com as intervenções de um ou mais representantes do grupo parlamentar interpelante e membros do Governo por períodos não superiores a uma hora cada uma.

2. O debate não poderá exceder duas reuniões plenárias e nele terão o direito de intervir Deputados de todos os partidos.

3. O Presidente ordenará as inscrições de modo a não usarem da palavra, na medida do possível, mais de dois oradores seguidos de cada grupo parlamentar.

4. O debate será encerrado com as intervenções do Primeiro-Ministro e de um representante do grupo parlamentar interpelante por períodos não superiores a meia hora cada um.

Face a este artigo, afigura-se-me que não posso conceder a palavra a nenhum destes nossos dois colegas que se acabaram de inscrever.

É essa a minha decisão, mas como sempre, como é meu hábito, o velho hábito de que nunca me arrependo, gostaria de ouvir os grupos parlamentares sobre este problema, embora, como disse, a minha decisão esteja tomada. Portanto, gostaria que os grupos parlamentares me dissessem se estão conformes com a interpretação que o Presidente acaba de dar ao artigo 210.º do Regimento, pois ela poderá ser possível de recurso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos como princípio geral, e não excepcionável, de qualquer prática parlamentar democrática o de que todos os Deputados, sem exceção, têm direito a participar nos debates.

Seria um precedente perigoso que, embora com base numa interpretação literal de uma determinada disposição do Regimento um ou mais Deputados, fossem impossibilitados de participar num debate parlamentar. De resto, em termos constitucionais e regimentais, sempre se poderiam invocar outras disposições certamente de conteúdo mais genérico e de valor principal mais importante do que a disposição do artigo 210.º Cito, nomeadamente, a do artigo 89.º do Regimento, que diz: «A palavra será concedida aos Deputados para: d) participar nos debates.»

A posição do Grupo Parlamentar do PCP é, pois, independentemente de saber de que Deputado se trata e das suas situações concretas, a de que a nenhum Deputado pode ser retirado o direito de intervir nos debates, se assim o quiser.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu congratulo-me imenso por verificar que o Sr. Deputado Vital Moreira, que normalmente é um defensor de regimentalite estrita, aderiu

ao meu ponto de vista de que sobre o Regimento há princípios gerais de direito constitucional que têm de ser respeitados.

Na realidade, pelo Regimento os Srs. Deputados Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues não podem falar nem têm esse direito. No entanto, com base nos princípios gerais de direito constitucional, de que no Parlamento está representado o voto de todo o povo português e de que, consequentemente, esses Srs. Deputados estão aqui nessa qualidade — não sei se por direito próprio se por equívoco, mas isso é outro problema —, deve-lhes ser concedido o direito de intervir.

Mas em que termos? Em termos equitativos, talvez tomando em confronto a posição da UDP, que lhe é análoga.

Seja como for, nós não nos opomos a que os Deputados em questão exprimam aqui o seu ponto de vista. E até, se me é permitido acrescentar, direi que pessoalmente terei uma curiosidade muito grande de ouvir o ponto de vista dos dois Deputados, porque nós aprendemos sempre, inclusivamente com os erros dos outros.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Sérvelo Correia.

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente, a nosso ver, o Regimento foi nesta parte elaborado a pensar na participação, neste tipo de debates, dos grupos parlamentares e dos partidos aqui representados. O legislador regimental não teve em conta a hipótese de virem a existir nesta Assembleia, Deputados independentes.

Mas nós, sociais-democratas, pensamos que para o futuro este problema terá de ser encarado e resolvido através de regulamentação, porque, é evidente, ninguém pode ter a certeza de que o número de independentes nesta Assembleia não vai aumentar e dar um determinado tempo de intervenção a cada Deputado independente acaba por se traduzir numa injustiça relativa em relação aos grupos parlamentares e aos partidos aqui presentes. Basta, por exemplo, ter em conta que, exceptuando o caso do partido interpelante, cada grupo parlamentar aqui presente tem quarenta minutos para intervenção no debate, o que dividido por cada um dos deputados que integram esse grupo parlamentar não excede e em muitos casos fica abaixo da média de um minuto por Deputado.

Não vemos, *de jure condendo*, razão para que os Deputados independentes tenham um regime de privilégio que os leve a poder fruir de mais tempo do que aquele que cabe aos Deputados membros dos grupos parlamentares ou da UDP que para aqui foram eleitos nessa qualidade.

Portanto cremos que de futuro esta situação terá de ser encarada e terão de se encontrar regras que solucionem o problema. Mas a verdade é que, no caso concreto, na conferência dos grupos parlamentares — e penitencio-me pelo que pessoalmente me respeita — não tivemos em conta esta hipótese e, repito, sem criar qualquer precedente, porque para o futuro este problema terá de ser regulamentado, nós acompanhamos a posição que acaba de ser exprimida pelo Partido Socialista e não nos oporemos a que haja

intervenções dos Deputados independentes, embora elas devam ser, no tempo, bastante limitadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS não se opõe e bem pelo contrário, considera de muito interesse que os Deputados independentes possam participar no debate.

Contudo considera que casos deste tipo devem, de facto, ser previstos e tratados aquando da elaboração dos regimentos especiais como se fez para este caso.

Considera também que efectivamente os Deputados independentes devem ter um tempo de intervenção razoavelmente mais reduzido do que o que têm os grupos parlamentares. E aproveitando a sugestão de tempo feita pelo Sr. Deputado Salgado Zenha, eu faria, digamos assim, outra proposta de tempo.

Por exemplo, eu admitiria muito bem que os Deputados independentes tivessem para intervir metade do tempo dos grupos parlamentares não interpelantes. E penso que esse tempo será suficiente, até porque se um grupo parlamentar com uma representação razoável tem quarenta minutos, não se justificará muito que dois Deputados independentes tenham quarenta, trinta ou mesmo vinte e cinco minutos, como é o caso de um partido que tem apenas um Deputado, mas que é um partido.

Portanto, propunha que fossem concedidos vinte minutos aos Deputados independentes para intervir.

O Sr. Presidente: — Ora, Srs. Deputados, cá está o Presidente armado em bei de Tunis. Umas vezes é porque não cumpre o Regimento rigorosamente, outras porque o omite, e hoje resolvi acabar com este sistema. Acho que o bei de Tunis é uma figura de Eça de Queirós que não se aplica muito à presidência.

Portanto o Presidente indefere, com base no artigo 210.º do Regimento, o uso da palavra aos dois Deputados independentes, decisão esta que é possível de recurso. Aliás, espero e desejo que o recurso seja interposto.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pede a palavra para interpor recurso? Se assim é, faça favor.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, eu desejava congratular-me com a posição que os diferentes partidos aqui tomaram sobre esta matéria, o que mostra que de facto esta Assembleia é uma Assembleia democrática.

Para além disso, gostaria também de interpor recurso da decisão do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Está interposto o recurso. Vamos passar à sua votação.

Submetido à votação, foi dado provimento ao recurso por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, por dez minutos, a Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira.

A Sr.ª Carmelinda Pereira (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Há quase um ano, foi afirmado por todo o Partido Socialista, desde os militantes das empresas à sua direcção o seguinte: «O relançamento da economia nacional é possível e o Partido Socialista afirma que a resolução da crise económica só pode encontrar-se lançando as bases de uma economia socialista e de uma sociedade livre e democrática, onde o desenvolvimento e o socialismo sejam resultantes da acção dos trabalhadores, respondam às necessidades da população e assegurem a independência nacional.

Quando o desemprego já era massivo, quando o custo de vida já estava a subir de forma preocupante, quando os patrões já começavam a reivindicar as empresas por eles abandonadas, depois de terem organizado o caos e a falência, quando todos os sectores nacionalizados, para serem revigorados exigiam a planificação e reestruturação, nós, militantes socialistas, nós PS, afirmávamos corajosamente a milhares de trabalhadores: «É possível continuar a Revolução, é possível modificar a forma de vida, é possível arrancar este país do caos, do subdesenvolvimento e da incultura.»

Nós, PS, afirmámos: estamos prontos a assumir as nossas responsabilidades; queremos governar este país, com o povo e para o povo, contra os grandes capitalistas, contra os seus partidos, contra o CDS e o PPD.

Risos do CDS.

Nós afirmámos a um povo trabalhador, que o nosso passado era a garantia do futuro, que a seriedade do PS estava comprovada, com a sua acção, desde o 25 de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Qual o trabalhador, qual o reformado, qual o jovem que podia opor-se às nossas propostas positivas e corajosas?

Propostas que todo o povo trabalhador compreendia como realizáveis em função mesma da sua própria experiência, em função mesmo daquilo que a população já tinha começado a fazer.

Qual a dona de casa que não podia ter esperança no Partido Socialista?

Quem podia opor-se a esta forma de governação?

A população trabalhadora?

Decerto que não! Só os grandes capitalistas, nacionais e estrangeiros, os grandes latifundiários e as organizações que os protegem, esses, sim, podiam opor-se a esta forma de governação.

Eu, e como milhares de militantes socialistas, e como milhares e milhares de trabalhadores e de jovens continuamos a acreditar que esta forma de governar é possível.

Eu, e como milhares de militantes socialistas, e como milhares e milhares de trabalhadores queremos esta forma de governar. Queremo-la, porque queremos o bem-estar, a tranquilidade, a paz e a justiça social. Queremos e lutaremos por esta forma de governar, porque queremos resolver os problemas do desemprego, da habitação, da saúde, do ensino, da segurança social. Queremos esta forma de governar, mesmo que nos custe a austeridade e sacrifícios.

Esta Assembleia está hoje a discutir as últimas medidas tomadas pelo Governo: a desvalorização do escu-

do, o aumento e libertação dos preços, o «cabaz de compras».

Cada medida deve ser analisada no contexto em que se articula e em função das consequências que vai ter. As consequências imediatas que vai ter a desvalorização do escudo são: o aumento da maior parte dos preços e a diminuição drástica do poder de compra.

Decerto que se pode discutir em que contexto é que esta medida se integra, com que outras medidas se articula o aumento dos preços e quais as consequências. Ora, se esta medida, por si só, leva ao aumento dos preços e a um abaixamento do poder de compra, seria de esperar que o Governo a integrasse num conjunto de medidas que permitissem à população portuguesa, com um nível de vida já tão baixo, impedir que este se tornasse ainda mais baixo. Seria de esperar que o Governo tomasse um certo número de medidas que permitissem proteger as condições de vida do povo trabalhador, limitando o aumento dos preços, e que lealmente aumentasse os salários em função do aumento do custo de vida.

O PS prometeu ao povo que em nenhum caso seria por um socialismo de miséria. E prometeu-o não para a vigência de outra Assembleia da República mas para esta. Foi nesta promessa que o povo votou, na promessa de se começar a aplicar um conjunto de medidas socialistas para arrancar este país do caos, do subdesenvolvimento e da incultura. E eu e os meus camaradas fizemos uma campanha eleitoral defendendo estas medidas. Mas constato que aquilo que nós, militantes e candidatos a Deputados, prometemos ao povo não está a ser cumprido. O que se está a fazer é o contrário. Contudo, eu, por mim, permanecerei fiel às palavras que nessa altura todos afirmámos.

Vejo hoje que o aumento dos preços, que já era de mais 30%, a partir de agora vai subir, e vertiginosamente. O «cabaz de compras», com que toda a população trabalhadora contava como um meio de poder fazer face ao custo de vida, com preços fixados e reduzidos, num conjunto de bens essenciais, acaba por ser um «cabaz» com produtos previamente aumentados, todos mais caros.

Mas eu penso que é possível outra política de preços uma política que decorre do programa do partido, uma política que leve à criação de empresas públicas de comércio externo e interno, impedindo a especulação dos grandes intermediários, que leve à modificação dos circuitos de distribuição, fomentando-se o desenvolvimento de uma rede de cooperativas.

Eis, pois, aquilo que eu penso, pensamento que eu supunha que todos os camaradas partilhavam comigo. A prova é que esta política está expressa no programa do partido como medidas a curto prazo.

Mas o Governo decidiu encaminhar-se para uma política de aumento de preços, e, já que houve esta decisão, seria de esperar que os salários aumentassem. Mas dois dias antes da publicação do aumento dos preços sai uma medida que proíbe o aumento salarial para cima de 15%, quando a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses ganha em média seis contos por mês, sem falar já das viúvas, dos reformados, dos pensionistas, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Não é leal, não é honesto, que,

quando se faz uma política de aumento de preços, se congele o aumento de salários. E não me venham dizer que não há dinheiro neste país, porque então os trabalhadores perguntam: porque é que indemnizam capitalistas e latifundiários? Porquê o nivelamento da banca, com aumentos e retroactivos de centenas de milhares de contos para os gestores? Porquê os aumentos para os quadros das empresas?

Não me venham dizer que não há dinheiro neste país, porque então eu pergunto, tal como o povo português pergunta: porquê tantos milhões de contos para as forças militares e militarizadas, quando a guerra já acabou?

Fala-se de austeridade e de sacrifícios, mas o que o povo português tem constatado e sentido na pele é que a austeridade só vai num sentido, no sentido do povo trabalhador.

Foi também anunciado pelo Governo que cerca de quatrocentas empresas vão ser desintervencionadas. Se elas forem entregues aos antigos patrões, eles irão impor condições, condições que envolvem, com certeza a sua sede de lucro e de vingança, condições que trazem consigo o espectro do desemprego para milhares de trabalhadores. E sobre isso penso que havia uma outra política sem ser a desintervenção. Política essa que era a reestruturação e planificação com o apoio e a colaboração dos próprios trabalhadores. Eles já mostraram ser capazes disso. São exemplos a Guérin, a Messa e a fábrica de papéis Vouga. Estes trabalhadores não querem o regresso do antigo patrão. Eles apresentaram soluções positivas. Eles têm razão. Não é por acaso que os trabalhadores da Guérin se encontram em greve. Eles estão em greve porque receiam que o patrão entre na empresa e comece de novo a provocá-los e a ameaçá-los de despedimento.

Mas o Governo decide desintervencionar e então, se decide desintervencionar, devia fazer leis que permitissem aos trabalhadores defenderem-se dos ataques que se preparam contra eles.

Por que faz o Governo leis como a dos despedimentos, que dá ao patronato todos os pretextos para o despedimento legal?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: É-nos dito que é preciso harmonia social e equilíbrio nas empresas para que o povo possa amanhã, melhorar as suas condições de vida. É-nos afirmado que não se pode avançar rapidamente para o socialismo. É-nos dito que neste momento é necessário marcar passo. Mas eu penso que é possível avançar para o socialismo sem ter de se andar a marcar passo.

Mas já que se diz que não se pode avançar imediatamente para o socialismo, que não se pode ir mais longe, eu penso que pelo menos aquilo que já foi conquistado deve ser mantido, sobretudo as conquistas que permitem aos trabalhadores defenderem-se das tentativas de vingança e de recuperação de privilégios perdidos por parte dos latifundiários e capitalistas.

Quando nós vemos que as últimas medidas tomadas, quer queiramos quer não, vão redobrar as forças da reacção, as forças que querem a liquidação de tudo o que foi conquistado com a Revolução de Abril, nós pensamos que o Governo devia permitir que os trabalhadores se defendessem.

Mas o que vemos nós?

Vemos um projecto de lei que proíbe, na prática, a greve, ao mesmo tempo que os salários são congelados.

O Sr. Presidente: — Terminaram os dez minutos Sr. Deputada.

A Oradora: — Estou a acabar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

A Oradora: — Vemos um projecto de lei que limita as comissões de trabalhadores e o controlo operário, que chega a proibi-lo em sectores chaves da economia, como o caso da banca.

Eu lembro que o PS sempre defendeu a democracia nas empresas, que defendeu as comissões de trabalhadores, o controlo operário e o direito à greve.

Explicou-se durante muito tempo que havia militantes socialistas que tinham a tendência para defender apenas os operários da cintura industrial de Lisboa, que se esqueciam dos outros trabalhadores e dos pequenos proprietários. Mas o que eu verifico é que não só estas medidas atacam os operários da zona de Lisboa, como atacam todos os trabalhadores, principalmente os das pequenas empresas, condenadas à ruína e os pequenos agricultores e comerciantes.

Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro disse ao povo português que era necessário tomar estas medidas para garantir um futuro melhor. Mas eu digo ao Sr. Primeiro-Ministro que o povo português já não pode acreditar nelas. O povo sabe reflectir. O povo trabalhador pergunta: se estas medidas são para garantir um futuro melhor, por que é que se entregam as empresas aos capitalistas, por que é que se fazem indemnizações?

O povo português não pode acreditar que entregar empresas, indemnizar aqueles que durante quarenta e oito anos nos esmagaram e nos pagaram salários de fome, integrar saneados, nos dê a garantia de um futuro, porque, bem ao contrário, reforça o poder e a audácia dos que são contra o futuro que queremos, o futuro socialista. Ao mesmo tempo, diz o Sr. Primeiro-Ministro que estas medidas se apresentam como condição para a nossa integração na Europa, para podermos atingir nos próximos anos o nível de vida dos trabalhadores europeus.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu sou pela Europa e aprovo a política de integração na Europa. Mas que Europa?

A Europa dos capitalistas, que despedem milhares e milhares de trabalhadores europeus? A Europa contra a qual o Partido Socialista Francês acaba de ganhar as eleições municipais de Paris? A Europa contra a qual os trabalhadores e os jovens espanhóis combatem? A Europa daqueles que oprimem os operários polacos? A Europa que faz pressão através de multinacionais para que milhares de trabalhadores portugueses sejam perseguidos, como na Agfa, na Siemens e na Timex, para que as empresas em autogestão sejam entregues aos antigos patrões sabotadores, para que o controlo operário seja liquidado?

Sr. Primeiro-Ministro: Nós pedimos-lhe que resista à pressão daqueles que ajudaram o fascismo a manter-se durante quarenta e oito anos neste país e que procuram agora que as nossas conquistas sejam desmanteladas, sejam destruídas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Membros do Governo: Aquando da discussão e votação por esta Assembleia do Plano e Orçamento Geral do Estado, exprimi as razões que me levavam a votar contra as propostas do Plano e do Orçamento Geral do Estado por parte do Governo. Tive oportunidade de frisar que os critérios e as prioridades políticas definidas no Plano e as verbas estabelecidas, para o Orçamento Geral do Estado eram a coluna vertebral na qual se ia articular toda a actividade governamental no campo económico, como no campo legislativo.

Disse ainda que era com preocupação e angústia que via a linha que o Governo inevitavelmente iria aplicar, linha que o colocaria numa situação de oposição e mesmo de confronto com a base social que o apoiou, isto é, a grande massa dos trabalhadores portugueses.

Devo no entanto confessar, com alguma amargura, que nas semanas que se seguiram a este voto veio o Governo confirmar e mesmo exceder, através das medidas económicas e legislativas tomadas ou apresentadas nesta Assembleia, as preocupações que eram as minhas nesse momento.

Se as actuais medidas económicas tomadas pelo Governo foram bem acolhidas pelo CDS, aos vivos de o 25 de Novembro na nossa economia, e pelo PPD/PSD, em tom menos eufórico, convém no entanto dizer que não é este o estado de espírito da grande maioria dos trabalhadores portugueses, dos pequenos agricultores, de largas camadas da população portuguesa, dos pequenos comerciantes e dos pequenos industriais.

Antes do 25 de Abril, o domínio da burguesia portuguesa assentava numa exploração desenfreada dos trabalhadores portugueses pela manutenção dos salários mais baixos da Europa.

Após o 25 de Abril, o restabelecimento das liberdades democráticas, com a consequente entrada dos trabalhadores na cena política a partir das suas organizações, pôs na ordem do dia a luta por melhores condições de vida, por salários condignos, por um aumento do poder de compra, para as classes trabalhadoras.

No entanto, camadas importantes da população portuguesa, esmagadas, elas também, pelo regime de Salazar e Caetano, não puderam ver melhoradas as suas condições miseráveis de existência.

Os pequenos comerciantes e pequenos industriais, asfixiados antes pelo capital financeiro, não viram aliviada a carga fiscal que os onera; vêem, sim, as margens de lucro crescerem incomensuravelmente para os grandes intermediários parasitas.

Mas será que as actuais medidas económicas tomadas pelo Governo vêm dar satisfação a estes diferentes estratos da população?

Será que eles visam beneficiar as camadas mais desfavorecidas da população?

Será que elas vêm em auxílio dos que não puderam, a seguir ao 25 de Abril, utilizar o peso da sua força para reivindicar uma justa melhoria das suas condições de vida?

Será que os operários, os empregados, os reformados, os pequenos agricultores, os pequenos comercian-

tes e industriais, são beneficiados pela libertação dos preços de toda uma série de produtos básicos?

Será que deste modo se lhes garante a defesa do poder de compra?

E a desvalorização de 15 % do escudo não atingirá ela o conjunto da população portuguesa, como se procura fazer crer?

Alguém ignora que grande parte da indústria portuguesa, e particularmente a pequena e média indústria, mas não só, é obrigada a integrar na fabricação dos seus produtos matéria-prima importada e ainda componentes, também eles importados?

Sim ou não serão automaticamente agravados os preços dos custos?

Sim ou não isto significa a ruína para as pequenas e médias empresas?

Sim ou não isto significa, nas pequenas e médias empresas, o espectro ameaçador do desemprego em massa?

Quem beneficia com a ruína de largos sectores da economia?

Quem beneficia com a ruína das pequenas e médias empresas?

Quem beneficia com a existência de um exército de desempregados?

Seguramente o grande capital internacional, que neste modo procura modificar as condicionantes que lhe foram impostas em seguida ao 25 de Abril, em particular o capital americano.

Mas não foram os administradores das grandes empresas multinacionais, não foram os gerentes das grandes empresas industriais, não foram os grandes comerciantes parasitas e especuladores, que elegeram uma maioria socialista para constituir um governo socialista.

Foram, sim, as largas camadas da população laboriosa deste país, que olhavam e ouviam com esperança as medidas preconizadas pelos socialistas ao longo de milhares de comícios feitos de norte a sul do País durante as campanhas eleitorais.

Medidas como as que passo a citar do programa do Partido Socialista:

A luta anti-inflacionista e a defesa do poder de compra dos trabalhadores são objectivos altamente prioritários para o Partido Socialista. Entende o PS, no entanto, que tal luta passa essencialmente pela realização de reformas de estrutura que ataquem as causas do processo inflacionista.

Nesta linha, assume particular relevo a intervenção do Estado nos circuitos de distribuição, eliminando os intermediários parasitas, favorecendo as associações cooperativas de produção e consumo e criando empresas públicas de distribuição, por grosso, que dirijam o estabelecimento e exploração de mercados centrais, garantindo o eficaz abastecimento da população, bem como a adopção de novas medidas de controlo das trocas comerciais com o exterior, incluindo a criação de empresas públicas de comércio externo. Importa ainda reforçar os esquemas de combate às altas especulativas de preços, fazendo participar os trabalhadores, as autarquias locais e a população consumidora numa fiscalização eficaz e reforçando as penalidades. Será ainda fomentado o

associativismo dos pequenos comerciantes e promovida a criação de associações de defesa dos consumidores.

E mais adiante, na política do trabalho, diz ainda o programa do Partido Socialista:

A política que preconiza a curto prazo o salário mínimo bem como todos os níveis salariais a inscrever na tabela aumentarão regularmente, de acordo com o Índice de preços a organizar juntamente com os sindicatos, o qual será periodicamente revisto e actualizado [...] Ao mesmo tempo que se promoverá uma política de estabilização de preços, garantir-se-á, através da referida escala móvel de salários, o poder de compra dos trabalhadores. Todos os produtos alimentares que sejam essenciais à vida terão um preço administrativo, quando necessário, para defender o poder de compra dos trabalhadores.

Estas medidas de fundo não foram encetadas, e as actuais medidas económicas destinam-se, segundo o Governo, a resolver a crise económica. Mas quando estas medidas têm consequências desastrosas sobre as mais largas camadas da população portuguesa, poderão elas resolver a crise económica? Ou agravá-la-ão, agravando a crise social, criando a instabilidade e a intranquilidade social?

A diminuição brutal do poder de compra dos trabalhadores, o agravamento da situação para aqueles que a não puderam melhorar de maneira substancial depois do 25 de Abril, o espectro da insegurança e o desemprego serão um factor de estabilidade social?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Ao mesmo tempo que no campo económico são tomadas estas medidas, em matéria de legislação laboral, nomeadamente, o Governo faz decretar ou apresenta propostas de lei que restringem os direitos dos trabalhadores, limitam drasticamente o poder das suas organizações e reforçam lógica e obrigatoriamente o poder das entidades patronais.

É o caso da proposta de lei da greve, que, a ser aprovada, destrói na prática o direito à greve.

É o caso da proposta de lei das comissões de trabalhadores e do controlo operário, que, a ser votada na versão actual, significa a liquidação dos poderes das comissões de trabalhadores, da sua autonomia e da sua independência.

Era o caso do decreto-lei sobre os despedimentos, que, a ter ficado na forma inicial, representava um instrumento eficaz nas mãos das entidades patronais contra os trabalhadores, num momento de crise, num momento em que o Governo anuncia desintervencionar 400 empresas, num momento em que aqueles que a seguir ao 25 de Abril ousaram encabeçar, nas empresas, a luta contra a sabotagem económica vão agora ser o alvo preferencial das entidades patronais, regressadas e reinvestidas nas suas funções.

As modificações introduzidas neste decreto-lei na sua discussão na especialidade atenuam, no entanto, alguns dos seus efeitos.

As medidas agora tomadas pelo Governo não foram anunciadas pelos socialistas ao eleitorado português. Estas medidas fazem parte do arsenal político dos partidos da direita, elas foram recusadas, sucessivamente, pela maioria do povo nas diferentes eleições realizadas.

Elas instalam a deceção nos mais largos estratos da população laboriosa deste país. Exprimia-a há dias um carpinteiro da minha terra, simpatizante e votante socialista, como, de resto, cerca de 70% dos habitantes adultos, ao referir-se à desvalorização de 15%, apelidando-a de «socialismo à americana». Não pude deixar de responder que, se de americano talvez tivesse alguma coisa, de socialismo teria certamente muito pouco.

Mas calarão estas medidas o apetite àqueles partidos que o Sr. Primeiro-Ministro acusava há um ano, no Porto, num comício da Internacional Socialista, de quererem criar em Portugal um feudalismo económico reaccionário, restabelecendo velhos privilégios, os partidos da direita?

Ou, pelo contrário, torná-los-ão mais arrogantes, mais incisivos?

O Sr. Deputado Freitas do Amaral respondeu ontem, na sua intervenção, a esta pergunta. «As medidas económicas são insuficientes», afirmou, «é preciso ir mais longe». E apontou o Sr. Deputado: — «É preciso pagar as indemnizações pelas nacionalizações e expropriações, mobilizando esses pagamentos para o investimento.»

O povo português pagaria a reinstalação dos antigos grupos económicos nacionalizados e expropriados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Uma outra política é possível em matéria económica, como em matéria de legislação laboral.

A política defendida pelos socialistas junto do eleitorado português ao longo de três campanhas eleitorais. Uma política que preserve as conquistas do 25 de Abril, que proteja os trabalhadores da crise; uma política que, apoiando-se nos trabalhadores e nas suas organizações, consolidará a democracia, consolidará a estabilidade política e criará as bases sociais para uma verdadeira paz social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herlander Estrela.

O Sr. Herlander Estrela (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há cerca de um mês vivia-se um crescendo de ansiedade face à expectativa de medidas no plano económico e social, unanimemente consideradas como indispensáveis, a que comumente se associa a ideia de austerdade, e fundamentais para relançar a economia, consolidar a democracia e salvar a revolução.

Embora desde o Verão do ano passado o Governo tenha vindo a dar, metódica e persistentemente, os passos indispensáveis à criação das condições políticas necessárias à tomada de decisões de fundo, trabalho, talvez, por sua natureza, pouco espectacular, surge agora, no momento oportuno, um amplo e sistematizado conjunto de medidas de política económica e social, autêntico desafio à vontade de vencer do povo português e à sua capacidade realizadora.

Entendeu o Grupo Parlamentar do PSD/PPD sujeitar o Governo, nesta oportunidade e a este propósito, a um debate parlamentar nos termos regimentais. Pelo nosso lado, apenas desejamos que o debate seja esclarecedor para as diferentes oposições e também para o povo que nos escuta. E que as palavras aqui pronunciadas não prejudiquem, antes pelo contrário, a acção mobilizadora do País para o esforço

produtivo num quadro de serenidade política e social. A forma como os debates têm decorrido até agora não podem deixar de se considerar como garantia de que se atingirão aqueles objectivos.

Como facilmente se comprehende, o conjunto das medidas em análise, embora em graus diferentes, gira em torno de um centro fundamental: a desvalorização do escudo em 15 %. As diferentes medidas, quer sectoriais quer horizontais, articulam-se entre si formando um conjunto global e coerente, cuja lógica é conforme à medida fulcral, da desvalorização.

No que respeita a esta última, já se disse praticamente tudo. O Governo optou entre possíveis soluções. Do nosso ponto de vista, já não estamos nas fases de análise e de decisão, mas sim na fase posterior de execução. Trata-se agora, pura e simplesmente, de maximizar os proveitos da medida tomada.

De qualquer modo, num país em que foi longamente mitificada a ideia do «escudo forte» — escudo que coexistia, como de facto se verificava, com uma «economia extremamente fraca» —, importa deixar aqui assinalado que mais um dogma foi destruído pela força das realidades e pelos imperativos da análise lúcida e racional.

Ao tomar esta medida de política económica, que normalmente importa em tremendos custos políticos para as forças partidárias que estão no Governo, pôde o I Governo Constitucional contar com o apoio de dois grupos parlamentares da oposição — PSD/PPD e CDS —, tendo também ficado claro que o Grupo Parlamentar do PCP a não subscreve. Ao I Governo Constitucional não pode deixar de assinalar-se a coragem revelada. Aos grupos parlamentares das diferentes oposições não pode deixar de registar-se, a este propósito, a coerência com anteriores attitudes ou posições assumidas.

É das verdades adquiridas no domínio da política económica e financeira que a medida singular de desvalorizar uma moeda é de eficácia pouco mais que nula se desacompanhada de um conjunto de outras que permitam manter as novas condições de preços relativos durante um certo período de tempo, nomeadamente pelo controlo dos custos de produção e, em particular, dos salários, e que permitam também acréscimos de produção exportável ou a libertação de recursos com igual finalidade. O conjunto das medidas tomadas deve ser, em termos gerais, analisado à luz destas verdades incontroversas. Recordemo-las rapidamente, dado que vários intervenientes no debate já as mencionaram.

Em primeiro lugar, e na sequência da política salarial anteriormente definida, estabelecem-se agora normas respeitantes ao regime de preços e concretiza-se a fixação do «cabaz de compras» com o objectivo de defender o poder de compra das classes de menores rendimentos.

Por outro lado, um conjunto de medidas de carácter fiscal, aduaneiro, emolumentar de redução de encargos bancários, indo até ao limite de devolver aos exportadores as diferenças cambiais de operações em curso, aperfeiçoamento da política selectiva de crédito no domínio da exportação, explicitam claramente a vontade firme de apoiar as actividades exportadoras.

Em contrapartida, não pôde o Governo deixar de prosseguir uma política desincentivadora da importação, nomeadamente pela contingenciação de alguns

produtos e pelo alargamento a novos produtos da incidência da sobretaxa de 60 % à importação.

Não é certamente agradável para o Governo ter que prosseguir numa política restritiva neste domínio. Também facilmente se comprehendem as manifestações dos grupos de pressão ligados à importação, aliás problema típico citado nos textos de política económica. Contudo, ser empresário é saber prever e saber adaptar-se às evoluções tanto da conjuntura como da estrutura. De há três anos a esta parte que é clara a prospectiva neste campo, e alguma coisa se tem que exigir aos empresários em matéria de adaptação ou ajustamento às dificuldades cambiais do País que ultrapasse a mera reivindicação corporativa dos seus interesses.

Também no domínio da recolha da poupança se introduziram algumas melhorias, em particular pela criação de novas modalidades de rendas vitalícias e actualização das rendas vitalícias já existentes.

As taxas de juro abonadas aos depósitos foram aumentadas. Não certamente com o objectivo principal de promover o acréscimo de depósitos no sistema bancário, pois o crescimento acentuado que os mesmos têm tido não o aconselharia, mas sim para corresponder a uma mais justa remuneração da poupança, equilibrar as taxas passivas com as taxas activas, agora também elevadas no quadro geral de elevação de preços dos capitais, aconselhável pela defesa da balança de pagamentos.

Aliás, o desejo de proteger a poupança e de lhe oferecer condições mais vantajosas conduziu o Governo a propor a esta Assembleia da República que as taxas dos empréstimos públicos efectuadas em 1975 e 1976 (obrigações do tesouro) se elevasssem de 10 % para 11,5 %, em correspondência com a elevação efectuada nas taxas que remuneram os depósitos.

No quadro geral da política de estímulo à formação e captação de poupança, um peso especial é dado aos nossos emigrantes, aliás como se comprehende, dado o peso que as remessas dos mesmos têm para a balança cambial. Neste aspecto é justo destacar o novo regime de abertura e movimentação de contas de emigrantes, em escudos, libertando-a de impedimentos administrativos, revelados desnecessários, e a fixação de novas taxas, mais favoráveis, a abonar aos depósitos em divisas dos emigrantes.

Medida de efeitos a médio prazo na melhoria das condições de angariação de remessas dos mesmos é a anunciada reestruturação da rede bancária nacional em França.

Ultrapassando o clima de expectativa relativo à desvalorização do escudo, consolidadas as instituições democráticas, aperfeiçoado o sistema remunerador e outras especificações dos depósitos, de especial interesse para os emigrantes, e decidida a modificação institucional do sistema bancário numa das principais regiões de emigração, é lógico esperar que as remessas dos nossos emigrantes começem a revelar um comportamento bastante favorável, sem prejuízo dos limites intrínsecos ao próprio fenómeno e que são sobejamente conhecidos.

Seria fastidioso enumerar e analisar exaustivamente cada uma das medidas que compõem o conjunto, contudo, mais algumas referências devem ser feitas.

Tanto no domínio fiscal como no domínio finan-

ceiro são inúmeros os exemplos que confirmam a lógica interna do conjunto.

Também no campo da política monetária e de crédito as providências tomadas são susceptíveis de contribuirem positivamente para o reequilíbrio da nossa economia.

Para além do ajustamento das taxas de juros, tanto activas como passivas, a que já nos referimos, disciplina-se a mobilização antecipada dos depósitos a prazo e fixam-se as correspondentes taxas de juro máximas a aplicar, problema clássico da banca portuguesa, ajustam-se as reservas mínimas de caixa das instituições de crédito, reformula-se o regime das taxas de juro aplicáveis pelo Banco de Portugal ao financiamento do sistema bancário e chama-se a Caixa Geral de Depósitos a refinanciar certas operações de investimento, facto possível e necessário pela enorme capacidade financeira detida por esta instituição e que bem comprova a confiança que nela depositam os seus clientes.

No quadro da política de fomento das exportações e de apoio ao investimento mantém-se um regime preferencial e extremamente favorável ao financiamento destas actividades através de taxas máximas substancialmente inferiores às normais (menos 3% e menos 5,4% e 3%, respectivamente, e, no segundo caso, em função do prazo).

Mas, para além da manipulação das variáveis instrumentais da política monetária e de crédito, importa destacar a resolução que foi avançada para alguns dos mais complexos problemas que perturbam o normal funcionamento do sistema bancário. Referimo-nos, evidentemente, à decisão de extinguir o Banco Intercontinental Português e de sanear financeiramente outras duas instituições de certo peso no sistema bancário: o Banco Borges & Irmão e o Banco Pinto de Magalhães. Através da criação de uma instituição parabancária, que assumirá as titularidades patrimoniais e de gestão em causa, liberta-se o sistema bancário das sequelas herdadas da actuação daqueles bancos no período anterior à sua nacionalização, que, como cabeças de grupos financeiros, deram origem a activos de extrema rigidez, criados no interesse particular dos grupos e dos capitalistas que os controlavam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este é um passo indispensável à clarificação da situação patrimonial, financeira e económica, do sistema bancário, e, por isso mesmo, um forte contributo para a consolidação efectiva da nacionalização do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Desvalorizou-se o escudo em 15%. Tomaram-se as medidas necessárias e, do nosso ponto de vista, suficientes para o profundo relançamento da situação económica.

Que conclusão tirar?

Sujeitos da política económica no sentido metodológico dos termos não são apenas o Governo e a Assembleia da República. Estes já assumiram ou estão a assumir as suas responsabilidades.

Sujeitos da política económica são todas as entidades que participam no processo social de produção e distribuição da riqueza; sindicatos e organizações patronais, trabalhadores e consumidores. Que cada um assuma as suas responsabilidades.

Aos empresários ou empreendedores foi oferecido um conjunto de condições extremamente favorável para o desenvolvimento das suas actividades, em particular no domínio da exportação. Os verdadeiros empresários caracterizam-se por tomar decisões e assumir riscos. O Governo tomou as suas e correu os seus. Aguardamos com natural curiosidade as dos empresários, sendo certo que se tornem cada vez menos aceitáveis as justificações ou pseudojustificações para as demissões funcionais que se verificarem neste domínio.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado, uma pergunta muito simples para não lhe tirar muito tempo.

Penso que, de facto, quando se fala em riscos, devemos alargar os parceiros que os devem correr.

Sr. Deputado, eu perguntava-lhe muito simplesmente se considera razoável, aceitar ou possível que os empresários tomem os seus riscos perante situações em que o Governo não seja capaz de tomar o risco de fazer cumprir disposições legais em vigor.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Herlander Estrela, prefere responder já ou depois de feitos todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Herlander Estrela (PS): — Sr. Presidente, prefiro responder no fim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecassis, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Sr. Deputado Herlander Estrela, a minha pergunta é muito simples, é talvez até só um esclarecimento.

O Sr. Deputado disse que convinha assinalar que tinha acabado o mito da moeda forte. Eu sei que em Portugal coexistia uma moeda forte com uma economia fraca, mas parece-me que não é legítimo concluir que a economia forte tem que coexistir, em Portugal, com uma moeda fraca.

Gostaria de lhe perguntar se não entende que teria sido possível, desejável e necessário que se tivesse aproveitado a circunstância de termos uma moeda forte para que esta revolução tivesse desembocado numa economia também forte.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Deputado, também eu lhe porei uma questão muito breve.

O Sr. Deputado referiu-se às sequelas resultantes da actuação da banca no período antes da nacionalização. No entanto, não se referiu à gestão de que a banca foi alvo durante o consulado gonçalvista, em que, por vezes, os empresários privados se viam privados do crédito pelo simples facto de o serem.

Como efectivamente não mencionou este período, perguntava-lhe muito concretamente qual a sua opinião relativamente a este período tão conturbado

que foi o do gonçalvismo e a actuação da banca nacionalizada nesse período.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herlander Estrela para responder.

O Sr. Herlander Estrela (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É com muito gosto que respondo às questões levantadas pelos meus colegas do CDS, com os quais, aliás, temos trabalhado tão produtivamente nestes últimos tempos na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Em relação à questão posta pelo Sr. Deputado Carlos Robalo, é evidente que eu não posso subscrever a sua afirmação de que o Governo não assume os riscos de fazer cumprir as leis da República.

É evidente que o Governo assume as suas obrigações e as responsabilidades neste domínio. A sua prática quotidiana pode-o comprovar, e, por outro lado, para além das actuações administrativas do Governo num Estado democrático, como aquele em que vamos vivendo, os desrespeitos pela lei podem ser resolvidos através das instâncias competentes, através do poder judicial.

É evidente que não só os empresários devem assumir os riscos. Eu julgo que em toda a vida em sociedade, e nomeadamente no campo da economia, existe uma certa margem de risco que todos os parceiros sociais têm que correr, sob pena de extrema rigidez das estruturas e do funcionamento do sistema; mas, na minha exposição, referi-me, em particular, aos empresários, dado que, em geral, estes são referidos como aqueles sujeitos económicos que, quase por definição, assumem os riscos do investimento e das decisões no domínio do investimento e no domínio da orientação da produção.

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Nuno Abecassis, quero dizer que, de facto, seria altamente desejável que coexistisse uma moeda forte com uma economia também forte.

Julgo que isso não é possível, e devo pronunciar-me em termos explicativos da situação em que vivemos hoje em dia, para a moeda, digamos, mais fraca do que aquela que tínhamos no período antes da Revolução de 25 de Abril, precisamente como consequência da economia extremamente fraca, paupérrima, que o regime democrático herdou.

Devo afirmar, já o tenho feito várias vezes, que preferiria que o povo português, em 25 de Abril, tivesse herdado menos reservas cambiais e mais fábricas, uma capacidade de produção na agricultura mais desenvolvida e aperfeiçoada, porque ninguém come, nem ninguém consome, divisas ou ouro, mas sim produtos resultantes das unidades de produção.

Em termos de herança recebida pela Revolução de 25 de Abril, eu, apesar de não ser jurista, mas prestando a minha homenagem a todos os brilhantes juristas que se encontram nesta sala, devo dizer que o regime democrático deve receber a herança do 25 de Abril, mas a benefício de inventário.

Quanto à questão posta pelo colega Deputado Macedo Pereira, julgo que alguns problemas terão sido a gestão do sector bancário no período imediatamente a seguir à sua nacionalização. De qualquer modo, eu julgo que as dificuldades, aquilo que na língua bancária se denomina «os canudos», deixadas pela gestão anterior à nacionalização dos bancos são

de uma importância e de uma gravidade muito maior — orçam normalmente pelos muitos milhões de contos — do que alguns erros e dificuldades por que passou a gestão bancária no período posterior à sua nacionalização. E para esta, embora não nos ajude muito, podiam encontrar-se muitas justificações, nomeadamente a novidade da situação, a necessidade de modificar estruturas e processos de funcionamento, que, embora não desculpem, justificam eventuais dificuldades de funcionamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas.

O Sr. Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas (Carlos Filipe): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Venho aqui procurar desenvolver alguns esclarecimentos na sequência da intervenção e das respostas ontem dadas pelo Sr. Ministro António Barreto e alguns outros sugeridos por perguntas feitas pelos Srs. Deputados.

Os esclarecimentos que quero dar situam-se todos na área do problema dos preços e abastecimentos de produtos alimentares, sem prejuízo de outros que posteriormente venham a ser feitos pelo meu colega Dr. Escaja Gonçalves, Secretário de Estado do Comércio Interno.

Em relação ao problema dos preços dos produtos alimentares e da política de subsídios, gostaria de fazer algumas considerações.

Houve ou não, efectivamente, antes da definição do conteúdo do chamado «cabaz de compras» e também da fixação de novos preços máximos para produtos alimentares, que constituem um outro grupo de produtos, alguma elevação de preços desses produtos alimentares incluídos no «cabaz de compras»? Começaria por dizer, explicando o mais claramente que me for possível esta afirmação: tais aumentos de preços não devem ser considerados como uma consequência da política de austeridade. Fundamentalmente, isto pode ser clarificado através de uma análise da incidência e das alterações na política de subsídios e depois algumas referências que farei, em especial, sobre o problema do abastecimento e preços da carne, do leite e dos cereais. De facto, feitas as análises que conduziam à observação da situação nos vários sectores — e há sempre, para além da produção das matérias-primas, todo um conjunto de transformações industriais até que os produtos sejam consumidos —, nota-se que há um agravamento, em muitos dos elementos, dos custos de produção. Tal facto só em parte mínima se repercutiu nos aumentos de preços, o que quer dizer que nas várias indústrias os aumentos encontrados, e também na comercialização, são bastante superiores aquilo que foi repercutido nos preços. Daí os subsídios calculados e definidos absorverem a maior parte daqueles aumentos, que na política de verdade dos preços a que se referiu o Ministro António Barreto resultariam naturalmente se houvesse total repercução desses efeitos.

Por outro lado, e antes de concretizar numericamente algo quanto a esses subsídios, farei referência a uma proposta e a uma intenção que tem sido enunciada pelo Governo, e que não estava contida

no seu Programa, de que se criem condições e um sistema para o reforço do poder de compra de uma parte dos trabalhadores — os que tenham menores rendimentos de trabalho — e daquela parte da população que está no desemprego ou que depende de pensões e rendimentos inferiores ao que é justo e necessário. Essa proposta tem vindo a ser feita como esquema que tem ainda de ser estudado, mas que parece importante para uma melhor afectação dos próprios recursos dos subsídios e para uma melhor defesa do poder de compra, uma vez que não parece justo que toda a população, qualquer que seja o seu nível de rendimentos, beneficie dos mesmos subsídios nos produtos alimentares. Em relação a esta intenção afirmada no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, e também já apresentada nesta Assembleia, confesso ainda não ter ouvido qualquer tipo de reacção, pois seria importante perceber-se qual é a posição das diferentes oposições a este respeito.

O problema de haver contradição entre uma política de subsídios afirmados e estes aumentos é apenas aparente, pois trata-se de um problema de qualificação. Na aprovação do Plano e do Orçamento para 1977, considerados os equilíbrios financeiros, foi prevista uma certa disponibilidade para subsidiar produtos alimentares. Feitas as análises a que me referi, verificou-se que — mesmo com uma grande simplificação e eliminação de subsídios que não eram bem controlados e que conduzem a injustiça social, porque desviados da sua finalidade — era preciso, melhorando essa afectação, aumentar o montante dos subsídios. Efectivamente, todo o «cabaz de compras» se reduz a quatro grupos de produtos: cereais (para alimentação humana), leite, carnes e oleaginosas. Estes quatro grupos de produtos estão afectados este ano, e pensa-se que este montante corresponde a um cálculo que suportará e garantirá toda a situação ao longo dos doze meses de compromisso do «cabaz de compras», por um montante de 7,5 milhões de contos. É um montante mais elevado do que os 6,5 milhões de contos atribuídos no ano passado aos mesmos produtos. O que acontece é que há agora uma melhor definição e concentração dos subsídios. Assim, eliminaram-se os subsídios para abate da carne, que eram de mais de um milhão de contos ao longo de um ano, porque estavam a ser desviados da sua aplicação; eliminaram-se os subsídios para o leite destinado a lacticínios, mantendo-se e aumentando-se apenas os destinados para leite de consumo em natureza. Fez-se, portanto, uma racionalização, uma modificação e uma simplificação do esquema de subsídios. Em termos financeiros, há de facto um aumento deles, havendo uma redução no esquema de subsídios por melhor aferição.

Disse que só aparentemente é que há contradição entre esta política e os objectivos alcançados, porque há um limite, que pode ser discutido, para as possibilidades de compensar por esta política os aumentos de preços nos produtos alimentares. De facto, para estes quatro grupos de produtos seriam necessários mais 8 milhões de contos para conseguir manter os produtos aos preços adequados, o que conduziria a um dispêndio total da ordem dos 17 milhões de contos. Esclareço, ainda, que dos 7,5 milhões de contos que referi há a considerar uma verba muito importante, cerca de um terço, para cereais

não destinados à alimentação humana, mas para a alimentação animal e utilizados na pecuária. São 2,5 milhões de contos que beneficiam a produção pecuária e portanto a alimentação em carnes.

Um outro ponto que merece referência e é de importância política relevante, tendo sido ontem aqui sugerido numa das perguntas, é a questão das relações com as regiões autónomas quanto à fixação e regime de preços. A propósito, é de referir, e parto deste ponto para uma certa explicação, que hoje, no *Diário de Notícias*, em conferência de Imprensa dada pelo Governo Regional dos Açores, se fala e esclarece a política do Governo Central, considerando-a acertada, no que se refere a pôr fim aos subsídios. Permito-me interpretar isto em relação à eliminação dos subsídios que houve para o leite, no caso dos lacticínios. Houve, de facto, um trabalho concertado e aprofundado com o Governo Regional dos Açores em toda esta matéria do leite, pois trata-se de um problema bastante complexo em que se tentou iniciar um sistema novo para o funcionamento concertado da produção nos Açores e no continente, tendo ainda em atenção que é feita alguma importação deste produto. Fez-se de facto, como que um protocolo de trabalho conjunto e procedeu-se ainda a modificações, que não queria deixar de referir, que me parecem beneficiar bastante a situação em que se encontrava a região dos Açores. Nomeadamente, os preços do leite à lavoura açoriana, que eram muito mais baixos do que os pagos à lavoura do continente, foram aumentados e considerados, para todos os efeitos, em cálculos futuros e na produção de lacticínios, em cerca de 46 %. Isto fez com que a relação que havia entre os preços do leite pagos à lavoura no continente e nos Açores e que era uma relação de 1,5 — quer isto dizer que mais elevada nos Açores do que no continente em 50 % — se reduziu para 1,1. Houve, portanto, um aumento bastante acentuado do que agora se pagará aos produtores açorianos de leite que poderá ter um efeito bastante importante no fomento desta produção.

Por outro lado, o regime que se estabeleceu permite harmonizar as condições de laboração das várias indústrias de lacticínios, seja do continente ou dos Açores; permite, assim o pensamos, que todos os produtos provenientes dos Açores, nomeadamente o leite em pó para ser vendido às indústrias do continente sejam aqui colocados suportando despesas de transporte e seja estabelecido um sistema de compensação e de harmonização que põe as próprias empresas em igualdade de concorrência e de funcionamento. No que diz respeito, por exemplo, a produtos a que são sensíveis os consumidores, mantém-se uma tabela de preço máximo, e isso aconteceu com o queijo flamengo por ser um produto que, produzido nos dois territórios, depende, além disso, neste caso, do continente e poderá depender em parte irrelevante da matéria-prima importada dos Açores. Uma consequência desta elevação dos preços pagos à lavoura açoriana e da dependência em que se está da matéria-prima daí proveniente foi um aumento que teve de se adoptar nos produtos dietéticos, que têm, hoje em dia, uma grande relevância na alimentação infantil e que constituem um dos encargos importantes do sistema de previdência social. Aliás, e a propósito, faria uma observação no sentido do que me parece ser uma contradição entre

um aumento muito grande desta utilização de produtos dietéticos para os recém-nascidos numa situação em que contraria a possibilidade de amamentação pelas mães, que agora dispõem de 3 meses de repouso após o nascimento das crianças, devendo esse encargo da previdência social, muito dependente deste facto, ser contemplado e corrigido.

No que diz respeito a cereais, há dois ou três pontos importantes a referir no regime cerealífero. Foram fixados, embora com atraso, porque se deveria ter feito isso em Setembro ou Outubro, os preços à produção das próximas colheitas para todos os cereais, excepto do milho, que já está fixado, como ontem foi referido. Além disso, foi alargado o âmbito de intervenção do Instituto dos Cereais, que existia em exclusivo para o trigo, para outros cereais, como a cevada e a aveia. Este problema da intervenção do Instituto dos Cereais e dos preços de garantia a estes cereais, que poderá não ter os efeitos desejados nesta próxima colheita, mas para anos futuros, é uma das questões essenciais no problema da alimentação animal e na existência de rações ou de produtos de alimentação de origem nacional. De facto, o fomento e as possibilidades de produção de cereais secundários parecem importantes. Neste domínio, julgo que é de referir que neste momento o Ministério da Agricultura e Pescas está a estudar o problema das possibilidades de reordenamento cultural em relação a cereais. Verifica-se, para além de baixa produtividade em cereais, como o trigo e o milho, admitindo que as possibilidades nestes dois cereais em relação às médias de produção em anos anteriores possam ser de aumento da ordem de 15 %, que em cereais secundários, como a aveia e a cevada, que podem ser uma parte importante da alimentação animal, a produção nacional pode aumentar. No caso da aveia esse aumento poderá ser de 7 vezes, da cevada de 4,5 vezes e no caso do centeio de 2 vezes. Este problema do ordenamento cultural é uma base importante de trabalho do Ministério da Agricultura e Pescas, que se terá naturalmente de traduzir em apoios directos às explorações agrícolas, nomeadamente no aspecto técnico, e do qual se espera resolução, parcial pelo menos, de uma parte deste problema das rações.

A questão ontem aqui posta acerca do problema do milho, com preço de garantia para as colheitas do final deste ano idêntico ao fixado por volta de Dezembro para a colheita anterior, merece também um esclarecimento, porque chegou a estar previsto um preço de garantia mais elevado. No entanto, o Ministério entendeu, e está a fazer esforços nesse sentido, substituir este fomento na base do preço, que nem sempre é a melhor solução, por um apoio ao produtor em que está incluída a entrega de matérias-primas que vão aumentar a produtividade — é o caso de melhorar as condições de produção da terra com uma operação chamada calagem — por apoio técnico ao produtor em vez de ser apenas na base de preço de compra do produto final. Isto é, julgo eu, uma resposta à questão levantada de o preço do milho ter sido fixado como garantia ao mesmo nível do ano anterior.

Uma outra questão que se põe nos preços à produção e que tem vindo a ser discutida por cooperativas e várias entidades interessadas, que contestam alguns dos preços fixados, é um problema de relação

entre os preços nacionais e os internacionais, nomeadamente de países europeus do Mercado Comum, e que na perspectiva de uma integração futura irá obrigar a ajustamentos.

Referindo-me ainda ao milho, há que notar a alteração consequente da desvalorização, que, de uma forma talvez não considerada para decidir do efeito não referido dessa mesma desvalorização, aproximou os preços praticados nos países do Mercado Comum dos níveis de preços que estão fixados em Portugal. Assim, por exemplo, o preço do milho, embora seja igual em todos os países do Mercado Comum, ficou agora, após a desvalorização, entre 5\$20 e 6\$30. O nosso preço de garantia foi fixado em 6\$00 e ficou assim a um nível equiparado ao desses países.

Uma outra alteração no domínio dos cereais é a de que se acabou com o sistema de pagá-los à produção segundo escalões de dimensão da exploração, estabelecendo preços únicos, nomeadamente no caso do centeio e do trigo. Existia, aliás, do meu ponto de vista, alguma confusão em considerar subsídios o aumento de preço ao produtor como acréscimo a preços anteriores.

Para referir alguns aspectos ligados com o problema do leite e da carne acho, que é importante introduzir toda esta questão dos custos de produção.

O custo de produção não pode ser considerado como um elemento exclusivo, embora importante, da formação e fixação de preços de garantia à produção agrícola. De facto, os custos de produção de qualquer dos produtos agrícolas são bastante diferenciados, conforme as condições da própria produção, das estruturas produtivas, do tipo de explorações, das áreas geográficas, etc. Donde, quando se fixa o custo de produção, não se deve, ao contrário do que às vezes se faz, cobrir toda a gama de custos existentes, porque com isso se vai sustentar situações marginais ou manter um errado aproveitamento dos solos e o desincentivo para um esforço de orientação cultural que é essencial para melhor aproveitamento dos recursos nacionais.

Por outro lado, quando se sobre a totalidade da gama dos custos com o preço de garantia está-se a criar ganhos socialmente injustificados e muito para além, digamos, das condições normais das explorações em que há melhor produtividade. Assim, por exemplo, e quando se preparava a fixação do preço do trigo para a próxima campanha, havia uma alternativa, e defesa, que pudesse ser um preço mais elevado. Ora, verificou-se que já em 1976 90 % da produção de trigo era feita em solos com uma produtividade adequada e só o restante é que tem produtividades mais baixas, que não devem influenciar o preço.

Este problema da formação dos custos de produção e da influência no preço de garantia, e passando ao caso do leite, é essencial. Como devem ter visto pelos jornais dos últimos dias, algumas áreas de produção de leite tem-se discutido o facto de o preço do leite à lavoura ter tido uma muito ligeira elevação e não poder, portanto, abranger, como vem sendo dito, vários aumentos de custos de produção, nomeadamente o efeito do aumento das próprias rações que se poderia calcular em cinco a seis tostões por litro. Esta questão pode confundir algumas pessoas, mas é muito importante, pelo seguinte: os métodos de produção e alimentação animal, nomea-

damente para a produção de leite, estão em grande parte errados. Tem-se feito um desenvolvimento da produção com base em alimentos concentrados, quase que só de importação.

Ora, esta produção tem que ser baseada cada vez mais — e nesse sentido se tem orientado recentemente a política do Ministério da Agricultura e Pescas, com efeitos que só serão sensíveis ao fim de um ano ou dois — na produção de forragens, dos tais cereais secundários, ou do milho.

No que diz respeito à carne, que é um dos problemas mais sensíveis do ponto de vista do consumidor, em relação a um regime de abate de gado que estava em vigor teve de se introduzir algumas alterações. Reconheceu-se, aliás, que o organismo do Estado encarregado de intervir neste sector não tem neste momento organização a nível nacional e em todos os matadouros do País para poder assegurar uma intervenção suficiente. Tal intervenção, que tinha sido delineada há dois anos, teve agora que ser sustada sem prejuízo da produção. De facto, manteve-se a possibilidade de a produção agrícola e pecuária e de as cooperativas entregarem directamente ao Estado a sua produção sem perderem as margens que têm cabido só aos intermediários e, ao mesmo tempo, assegurar uma melhor utilização e distribuição, pelos mercados, da carne de produção nacional.

Quanto ao problema ontem levantado de que com a utilização de carne congelada se poderia estar a contrariar a expansão da produção nacional, poder-se-á responder com o seguinte: a própria importação que se poderá fazer tem determinados limites quantitativos e financeiros, e, assim, a produção, em que o País não poderá vir a ser auto-suficiente, poderá aumentar tanto quanto uma correcta reconversão cultural de produtos vegetais para a alimentação animal possa vir a ser conseguida. No que diz respeito ainda a este problema da alimentação animal, é de salientar que não há produção, ao contrário do que tem sido dito, nos elementos disponíveis. Há antes um aumento acentuado em relação a anos anteriores, mas o esforço de produção dos próprios empresários tem levado à ideia de que pode vir a haver restrições. Não as há, mas o que existe é uma limitação para poder haver um aumento mais forte nesses recursos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Ouvi com a maior atenção a intervenção do Sr. Secretário de Estado Carlos Filipe, quer na sua condição de Secretário de Estado, quer na condição de meu amigo.

As perguntas que lhe vou fazer não se enquadram totalmente na exposição que o Sr. Secretário fez, mas, de facto, esta maratona vai-me permitir que eu volte um pouco atrás e levante algumas questões ou faça algumas perguntas a que certamente alguns dos membros do Governo presentes poderão responder.

Ao voltar um pouco atrás eu referiria, de facto, que as várias referências à coragem do Governo Constitucional, pela tomada das medidas agora em

discussão constantes da intervenção do Sr. Ministro das Finanças na primeira sessão, poderiam levar o Grupo Parlamentar do CDS a admitir que as mesmas medidas não foram tomadas atempadamente por uma falta de coragem anterior. Posso também informar que efectivamente não é essa a nossa admissão.

Admitimos, sim, que este retardar das medidas foi devido à morosidade própria, natural e necessária de trabalhos técnicos certamente exaustivos e profundos, que não conhecemos mas que não duvidamos serviram de base e justificaram as medidas agora propostas. Neste convencimento e cientes dos limites de tempo do Governo — também muito referidos pelo Sr. Ministro e de que nós não teremos grande responsabilidade — eu faria algumas perguntas directamente relacionadas com o «cabaz de compras».

A primeira pergunta era esta: em que tipo de dieta ou dietas alimentares se baseou o Governo para definir os produtos constantes do referido «cabaz de compras»? Uma segunda pergunta: quais são as classes ou a classe de rendimentos que mais directamente e maiores benefícios tirarão ou tirará do referido «cabaz»? Uma terceira pergunta: quais as previsões das quantidades a consumir em 1977, e respectivos custos globais, de cada um dos produtos constantes do «cabaz de compras»? Uma quarta pergunta: quais as previsões de aumento percentual do consumo em quantidades e preços para cada um dos produtos do referido «cabaz» em 1977? Uma quinta pergunta ainda: qual a distribuição percentual ou o quantitativo que veio subsidiar cada um dos produtos do tão falado «cabaz»? Outra pergunta: se foram analisadas as incidências destas medidas na produção dos bens seleccionados e, no caso afirmativo, poderão as mesmas ser referidas? Uma sétima pergunta ainda: só por ironia podíamos admitir que nenhuma das previsões referidas foi considerada pelo Governo, mas, e ainda por ironia, nestas circunstâncias, qual o critério ou critérios que o Governo seguiu ou adoptou e que o levaram a considerar que 9 milhões de contos era verba suficiente para subsidiar o referido «cabaz de compras» em 1977? Ainda por ironia, continuando a admitir que o Governo não tivesse elaborado previsões, que medidas pensa o Governo tomar ou propor a esta Assembleia se, a título de exemplo, se encontrar no prazo de seis meses perante o esgotamento dos 9 milhões de contos previstos para subsidiar os produtos do «cabaz» de todo o ano de 1977?

Com todo este rol de perguntas eu permitia-me justificá-las — e sem ironia.

Nós pensamos que estas questões que foram levantadas, e que certamente parecerão simples — e, perdoadem-me, possivelmente um tanto chatas —, se claramente esclarecidas e publicitadas, poderão criar um certo ambiente que melhor leve o povo português e mais concretamente as mulheres portuguesas, com o seu valor, a sua força, o seu patriotismo indesmentível e a sua capacidade de sacrifício, a aceitar com mais vontade, com mais coragem, os já pesados sacrifícios que o «pacote» de medidas do Governo lhes impõe e estas sentem directa e diariamente.

O Sr. Presidente: — Ora ai está uma boa cabazada de perguntas, Sr. Deputado!

Risos.

O Sr. Secretário de Estado: — Eu não sei se o Sr. Secretário de Estado quererá responder já, ou se prefere responder depois da intervenção do Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Secretário de Estado: — Posso responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Secretário de Estado: Eu prescindirei de algumas das questões que o Sr. Deputado Carlos Robalo tirou do meu «cabaz» de perguntas.

Risos.

No entanto, também não deixarei de explicitar as questões de ordem geral que pusemos acerca do «cabaz de compras» em matérias fundamentais que me parece não terem ficado ainda verdadeiramente esclarecidas.

Primeira: o «cabaz de compras» é uma distorsão ao princípio da verdade dos preços, porque há muitas verdades de preços — desde a verdade dos preços livres à verdade dos preços em que o Estado arbitra entre trabalhadores e consumidores, e há verdades de preços para produtores e verdades de preços para consumidores. Ora bem, neste quadro o «cabaz de compras» foi feito, ele também, para ser verdadeiro, com intervenção de produtores e consumidores através do órgão próprio, o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, ou através das respectivas associações representativas? Se não foi, que intervenção se lhes pensa dar quanto ao respectivo conteúdo já fixado, de modo que o possam apreciar ou corrigir, agora ou no futuro?

Segunda questão: é de admitir que os critérios de controlo estadual, a estabilidade de abastecimento de produtos e a capacidade financeira permitam algumas revisões do «cabaz de compras», até que no futuro outra política mais sólida, mais segura, venha a ser implantada. Se essa revisão se admite — e isto é também uma pergunta implícita —, a garantia de concertação estará dada? Isto em primeiro lugar. Em segundo lugar: dentro do espírito do controlo estadual, possível e necessário, de bens indispensáveis ao bem-estar dos consumidores e da necessidade de adaptar esse controlo à capacidade financeira existente, encara-se o alargamento do «cabaz» a produtos como, por exemplo, produtos fundamentais de limpeza e higiene, ou alguns outros produtos que pesem muito na dieta alimentar, como legumes ou frutos que reúnem alguns dos requisitos mencionados?

Finalmente uma outra questão: quando o Sr. Secretário de Estado falou do aumento de subsídios, qualificando-o de maior do que no ano passado, fala em valores reais ou em valores nominais?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, para responder.

O Sr. Secretário de Estado: — Bom, tenho um problema difícil de opção pelas respostas, uma vez que tenho três minutos para responder...

O Sr. Presidente: — Não, não, Sr. Secretário de Estado, o seu «cabaz» também não pode ser tão pequeno como isso.

Risos.

O Sr. Secretário de Estado: — Então qual é o tempo de que disponho, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, foram tantas as perguntas que eu não serei muito rigoroso.

O Sr. Secretário de Estado: — Eu insistia neste ponto: o Dr. Escaya Gonçalves, Secretário de Estado do Comércio Interno, deverá pronunciar-se, e com certeza quererá fazê-lo, sobre vários pontos que foram aqui levantados. Procurarei ser sucinto. Efectivamente, perdi a quarta pergunta do Sr. Deputado Carlos Robalo, mas para já responderei às outras.

Em que dieta se baseou o Governo para estabelecer este «cabaz de compras» — é a primeira pergunta. Efectivamente, não se pode considerar que tenha havido um trabalho sofisticado de análise das dietas de vários estratos sociais, da composição respectiva e até uma política de orientação de consumos que se deseja, mas que é, com certeza, dependente de uma outra fase mais estável de trabalho e mais tranquila em relação a outros problemas de fundo e de carácter estrutural que neste momento assoberbam o Governo. Agora, o que não há dúvida é de que o «cabaz de compras» procurou incidir nos produtos mais importantes, que são indiscutivelmente parte da dieta alimentar da população portuguesa, aqueles que, de uma forma natural, o simples bom senso reconhece que são. Portanto, são os cereais, o leite, a carne e as oleaginosas. Outros produtos fazem parte da dieta alimentar, naturalmente, mas reparem que este conjunto de quatro grupos são vários subprodutos, digamos assim, que se podem desdobrar.

Quanto à pergunta «quais as classes de rendimentos que maiores benefícios tirarão», a pergunta, conforme o ponto de vista em que nos situamos, pode ter várias respostas e por isso ela obriga a uma opção de resposta. Efectivamente, se nós considerarmos que se fez — como eu procurei de algum modo defender — o menor aumento possível em certos produtos, poderemos dizer que, em alternativa para aumentos maiores que se tentaram evitar, todos os consumidores destes produtos têm benefício. Evidentemente que, de um ponto de vista de defesa das famílias, os bens alimentares subsidiados pesam muito diferentemente, conforme se trata de estratos de menores rendimentos ou de estratos médios ou de estratos superiores nos rendimentos. Portanto, o esforço feito na intenção de não elevar mais os preços tem, em princípio, como objectivo as camadas de menores rendimentos. Claro que elas ficariam numa melhor situação se não houvesse nenhum aumento de preços, como se reconhece facilmente.

No que diz respeito às previsões das quantidades a consumir, custos totais de cada um dos produtos, é evidente que todo o trabalho, inclusivamente o montante de subsídios referido, não é atirado ao acaso. É uma agregação de números e de dados quantificados para cada um dos produtos. Mas não sei se podemos dispor desses elementos aqui, se é o caso de estar a dar esses elementos produto por pro-

duto. Naturalmente que há um certo equilíbrio, uma balança em cada um dos produtos. Tem-se em conta uma certa produção estimada ou prevista para o País; nalguns casos a produção não é muito favorável, como já se sabe.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Presidente permite-me que eu repita a quarta pergunta, que vem em sequência desta?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — A minha quarta pergunta era a seguinte: quais as previsões de aumento percentual do consumo em quantidades e preços para cada um dos produtos do referido «cabaz» em 1977?

A razão de insistir nessa pergunta é porque efectivamente estou razoavelmente preocupado com a capacidade de abastecimento a tempo e em quantidade e sem, de facto, uma previsão realista, tanto quanto possível, do aumento do consumo perante uma situação razoavelmente inflacionista, nós podemos correr o risco de ter graves rupturas no consumo.

Esta é a razão da minha pergunta.

O Orador: — Bom, eu penso que, de facto — e esta questão liga-me também com uma outra que é da suficiência ou insuficiência da verba de subsídios referida —, se ela se esgotar mais cedo não há nenhuma razão para alarme.

Quando se fala de rupturas de abastecimento — como se falou aqui em Outubro —, é uma situação resultante de um problema que depende muito da criação de infra-estruturas. E há programas que estão a tentar desenvolver-se nesse sentido e que não têm efeitos imediatos, como foi o caso do abastecimento, mais uma vez, da pecuária.

De facto, são grandes as quantidades importadas todos os meses e a quantidade semanal transferida para as fábricas e para a pecuária, constantemente, dos alimentos. Portanto, quando há algum atraso da movimentação portuária, quando há problemas de transportes, mesmo a nível internacional, isto reflete-se em dificuldades imediatas, até porque numa carência de infra-estruturas, a nível portuário, de armazenagem — que são programas que estão a tentar lançar-se, embora já discutidos há muito mais tempo ou há alguns anos —, o problema não se resolverá satisfatoriamente. Há sempre uma posição de inquietação que naturalmente não é só para os utilizadores, mas é também para os organismos que têm de gerir esta situação.

Do ponto de vista alimentar em geral, não há naturalmente um problema de ruptura porque as quantidades previstas no tal equilíbrio entre produção e importação são, numa certa percentagem — conforme o tipo de produtos —, ligeiramente, digamos, superior às quantidades dos últimos anos. E, portanto, embora haja um efeito de aumento de poder de compra para certos tipos de produtos, há também uma forma de substituição. Quer dizer, nós temos de procurar orientar os consumos no sentido de, em vez de ser tanto o consumo de carne de bovino — que é uma preferência natural, até em regiões do interior do País que são zonas de produção —, ser mais para outros tipos de carne. Portanto, há um proble-

ma de orientação; e é no conjunto destes produtos que os cálculos e as estimativas estão feitos, e não apenas para cada um dos tipos de produtos.

A questão é difícil e tem de ser desenvolvida futuramente. De facto, estamos convencidos de que há quantidade, suficiente, mas não para todo o tipo de procura parcial de cada um dos produtos, porque tem de haver uma certa orientação nos próprios consumos. E há um crescimento indiscutível na produção, nomeadamente nas aves e nos suínos.

Aliás, já se pôs o problema — e foi posto pelo Sr. Deputado Sousa Franco — de haver ou não suficiência de alimentos de animais. Acentua-se que não há restrição ou qualquer tipo de diminuição; pelo contrário, as matérias-primas disponíveis aumentaram de 15% a 26%, conforme o tipo de matérias-primas, em relação ao ano anterior. O que acontece é que não há uma certa explosão na procura por parte de um grande número de novos produtores que pretendem ter acesso a rações. É evidente que isso se reflecte depois, pontualmente, em certos aspectos de aparente excesso, como é agora o caso de a carne subir.

Portanto, não há um problema de ruptura e é possível resolver, mesmo que se adivinhe qualquer dificuldade. Agora o que acontece é que se está a trabalhar dentro de um programa de importações, que o próprio Governo apreciou para todo o ano de 1977, que tem de ver com uma situação que se conhece de desequilíbrio da balança de pagamentos. E, portanto, procura-se não deixar indiscriminadamente e sem o acompanhamento de um controlo toda esta situação da importação dos recursos alimentares, mas que é crescente, largamente, em relação aos próprios anos anteriores.

Quanto às incidências destas medidas na produção dos bens seleccionados incluídos no «cabaz de compras», é evidente que uma das questões que vale a pena salientar, e esqueci-me até de referir esse ponto, é a seguinte: nalguns dos produtos, nomeadamente iacticínios, queijos, manteiga, fiambre, por exemplo, era tal a discrepância entre o preço tabelado há dois ou quatro anos, conforme os casos e a situação de custos reais, que a produção tinha desaparecido. Como se sabe, não havia produção de queijo flamengo e produziam-se outros tipos de queijo a preços que estão no mercado equivalentes às situações reais. Por outro lado, o fiambre estava numa situação artificial, introduzida durante certa fase dos Governos Provisórios, em que se combinava a importação de matérias-primas — como sabem, importadas do estrangeiro, por serem excedentárias, sempre a preços mais baratos. Ligado a este sistema havia um conjunto de fraudes larguissimo que não parecia ao Governo que fosse de continuar a aceitar.

Portanto, estes tipos de produtos tiveram alteração no seu regime de preços, nomeadamente ou por aumento do preço máximo ou por introdução apenas de margens fixadas, e deixando o preço dependente de acordos com os próprios produtores. Como já foi anunciado, estabeleceu-se um acordo, nestes últimos dias, com a Associação dos Lacticínios para a produção de manteiga e procura-se fazer agora o mesmo, por exemplo, para as salsicharias, em que está o fiambre incluído. E, portanto, essa produção pode voltar a existir e a fazer-se em condições mais normais nessas empresas.

No que diz respeito à questão do montante orçamentado financeiramente para suportar todo este esquema, não creio que se possa afirmar que haja um risco de as verbas se poderem esgotar, ou não se poder acompanhar o esquema durante os doze meses. Esse problema não se põe porque as estimativas foram feitas com cuidado para todas as quantidades calculadas e com certas margens.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Sousa Franco de saber se o «cabaz de compras» é uma forma de distorção do princípio da verdade dos preços — e destacou os vários agentes económicos: produtores, consumidores, etc. —, creio que, uma vez que se fez uma análise económica, os vários pontos de vista e as várias situações dos agentes foram considerados. E, portanto, o que há, em esquema muito simplificado, é uma actualização dos preços à produção — referi concretamente o caso dos cereais. Esses preços à produção são subsidiados porque o subsídio tem de ser indireto para evitar as fraudes e os desvios de aplicação. Os cereais são entregues às indústrias, que os transformam a preços mais baixos, e o subsídio é esta dedução. Os custos dos circuitos de produção e de comercialização foram calculados com certas actualizações de margens para poderem suportar os elementos que os compõem e, portanto, do ponto de vista da produção e da comercialização, foram considerados. Os efeitos sobre o consumidor são aqueles que temos vindo a discutir em termos do aumento de preços verificado.

Se pode haver alguma revisão do conjunto do «cabaz de compras», eu deixaria mais esta pergunta para o Dr. Escaja Gonçalves, porque me parece que ele gostará de responder à questão, embora não seja para furtar-me a ela.

Não há falta de rações, Sr. Deputado Sousa Franco, o que há — como já referi e insisto — é uma aparente insuficiência para uma procura explosiva em determinados sectores.

A política do Governo definida vai procurar-se divulgar largamente num documento junto da lavoura e de todos os serviços regionais. É nosso pensamento de que devem os produtores procurar analisar quais são as possibilidades efectivas de aumento da sua produção com os recursos disponíveis e com as expectativas ao longo do ano — e estas não são muito favoráveis no momento para os cereais secundários, como já sabemos —, mas não há propriamente falta ou redução de rações. Queria referir que a orientação é no sentido de favorecer a produção de certos tipos de animais, a alimentação de aves e suínos, porque nos bovinos é que há que fazer restrições. Os bovinos estão caros a nível de carne e também há problemas com o preço do leite, precisamente porque a alimentação por concentrados não é razoável, não é desejável e tem de ser contrariada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia, para uma intervenção.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Cabe ao Governo o mérito de ter diagnosticado desde o dia 9 de Setembro de 1976 uma situação grave e de ter tornado público tal diagnóstico.

Na sequência desta atitude, foram programadas medidas concretas cuja suficiência e eficácia nos propomos analisar e discutir.

A oportunidade, a magnitude e a urgência das opções governamentais parecem assentar na constatação de um défice vultoso e em dilatação acelerada. Mais do que o quadro, a dinâmica assusta.

Tem sido repetidas vezes afirmado que temos de produzir mais e melhor. Quando nos debruçamos sobre o processo económico numa economia de mercado não nos podemos furtar à tríplice conclusão de que quem produz — empresários e trabalhadores — o faz porque quer, porque sabe e porque pode.

As medidas do Governo incidindo directamente sobre disponibilidades financeiras, e eliminação de certos bloqueamentos que perturbam alguns mecanismos, não teve na devida conta os relevantes factores da motivação psicológica e do apetrechamento tecnológico.

Não pretendemos substituir-nos ao Governo na definição de critérios motivadores e da capacidade tecnológica nacional, mas só se compreenderão algumas críticas e correcções por nós propostas tendo em vista que temos sempre presente a complexidade do processo económico e político como um todo uno e interdependente.

É nossa convicção que uma política de recuperação nacional deve neste momento privilegiar a racionalização e fomento do sector primário. As actividades do seu domínio têm de evidenciar forte capacidade competitiva frente a áreas similares nos países com quem nos queremos associar de forma preferencial. No caso português julgamos correcto conceber a rendibilidade global a partir da racionalidade do sector primário.

Aliás, muitos dos refugiados das ex-colónias que neste momento laboram nesse domínio estão no desemprego.

Esta situação pode, porém, ser diagnosticada e tratada como factor positivo no relançamento da economia nacional, porquanto representa uma reserva de iniciativa e de capacidade gestionária e técnica de que o País se encontra ávido.

Cremos tratar-se de uma disponibilidade humana com decidida vocação para a formação quer de cooperativas, quer de pequenas e médias empresas.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Fala-se muito de pequenas e médias empresas, e todos os sectores de opinião deste País se apressam a declarar que estão a seu favor. Não desstoaremos desta aparente monotonia de opinião, mas desejamos deixar bem claro as razões por que o fazemos. Alguns fazem-no numa óptica malthusiana, isto é, como se a pequenez em si fosse um mérito e uma barreira ao crescimento empresarial. As nossas razões são outras.

No que respeita a motivação, as pequenas e médias empresas são altamente mobilizadoras.

No que concerne a necessidades tecnológicas, nomeadamente de importação, adaptam-se melhor ao estado actual da nossa balança de pagamentos.

E no que se refere ao mercado de emprego, incorporaram maior percentagem de mão-de-obra.

Assim, quando dizemos pequenas e médias empresas referimo-nos mais a uma distinção de natureza qualitativa do que quantitativa.

Não somos, pois, a favor de pequenas e médias in-viabilidades e pequenos e médios parasitismos.

Vozes do (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tudo o que dissemos sobre pequenas e médias empresas aplica-se identicamente a cooperativas que pensamos deverem ser acarinhadas e defendidas. Nunca, porém, coercivamente impostas e dirigidas de fora. Tal é contra o espírito cooperativo e anticonstitucional.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A experiência que há em Portugal de transformação de empresários e trabalhadores em funcionários públicos tem sido economicamente ruinosa. Cremos que alguma dessa experiência é recente.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Apoiado!

O Orador: — No que diz respeito a todas as empresas, cabe aqui a particular atenção que devem merecer os critérios de rendibilidade.

Em Portugal têm-se por vezes manifestado algumas confusões nesse domínio que conviria pôr a claro.

As empresas existentes ou a criar têm de ser rendíveis.

Tolerar exceções a longo prazo é definir outros institutos que não empresas. Procurou-se por vezes fazer crer que a separação entre sector público e sector privado consagrava aquele pressuposto. Profundo erro: a fronteira de separação passa dentro do sector público, e separa aquelas empresas que produzem bens e serviços cujo interesse para a comunidade é de tal ordem que a sua rendibilidade financeira não é critério privilegiado, mas antes a rendibilidade social. Trata-se, pois, mais de serviços públicos do que empresas.

Nas restantes, quer públicas, quer privadas, é imperioso que todos nos convençamos da necessária racionalidade e actuemos em conformidade.

O diploma n.º 75/A/77 é, portanto, oportuno, devendo, aquando da concretização dos contratos-programa, ter-se em conta quer a rendibilidade que na mesma área se manifesta para o sector privado, quer também o custo real dos capitais. Aliás, e a esse propósito, temos algumas preocupações com a elevação das taxas de juro das operações activas.

Reconhecemos a sua necessária alteração face ao aumento das operações passivas.

Constatamos a atribuição de descontos àquelas taxas para certas operações de crédito, o que valorizamos positivamente.

Contudo, uma das necessidades mais prementes de financiamento diz respeito aos capitais circulantes, que verão o seu custo ser substancialmente agravado, traduzindo um aumento no volume dos encargos financeiros que dificultará ainda mais a vida às empresas. Para superarem tal situação poderão ver-se obrigadas a aumentar posteriormente os seus preços de venda.

Esta é mais uma via para a inflação.

Perguntamos pois se não seria oportuna a extensão dos descontos às taxas das operações activas para financiamento de, pelo menos, algumas rubricas dos capitais circulantes.

São as condições de competitividade interna que criam capacidades agressivas às empresas portuguesas para competirem nos mercados externos.

Os mecanismos de protecção que possam introduzir um afalsa noção de rendibilidade no domínio público revelam-se particularmente nocivos em todas as empresas do mesmo sector, independentemente de serem públicas ou privadas.

Por outra palavras, a doença económica da empresa é altamente contagiosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos da preocupação e suspeita de todos quantos vivem dos seus salários e de rendimentos fixos perante uma perspectiva da diminuição substancial do poder de compra.

O Sr. Primeiro-Ministro teve plena consciência disso ao declarar a sua intenção de propor um esquema de concertação.

Não há, todavia, qualquer medida anunciada que nos faça ter muitas esperanças em formas de convivência social pacíficas e concertadas que ultrapassem uma mera declaração de boas intenções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sem empresas prósperas não há salários altos.

Sem salários altos não há relançamento da economia nacional. Só que uma elevada retribuição do factor trabalho é consequência, mas não a causa, de uma economia sadia.

Há toda a vantagem em que o sector trabalho tenha elevada participação no rendimento nacional: é mesmo condição necessária de expansão. O que não pode é o incremento da massa salarial global ser neste momento superior aos ganhos de produtividade, sob pena de inversão da racionalidade e de uma aceleração da inflação.

Ora, o antídoto mais eficaz contra a inflação reside na elaboração e execução de uma política de produtividade, o que tem andado muito arredado dos objectivos da sociedade portuguesa.

Há capacidades de produção por utilizar, não se estimula a rotação do pessoal por turnos, há depreciações de alguns equipamentos por razões de incompetência, desleixo ou sabotagem, há uma ausência de responsabilidade em certas unidades.

Temos receio de que a manter-se tal estado de coisas qualquer dia os gestores queiram passar a consultores e as comissões de trabalhadores se vejam forçadas a serem gestores.

A clarificação de alguns conceitos e práticas como, por exemplo, o controlo de gestão constitui, pois, pré-condição para a definição do cenário onde se movem os agentes económicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É matéria a ser debatida em breve nesta Assembleia da República, tal como a regulamentação da greve e a contratação colectiva e esperamos que o bom senso impere nessa altura.

Sem uma adequada legislação do trabalho e consequente prática unívoca por parte do Ministério respectivo, que permitam uma responsabilização de quem quer que seja em termos de direitos e obrigações, certo número de empresas não têm condições que per-

mitam uma direcção e gestão conscientes, o mesmo é dizer uma rendibilidade mínima.

Assim como o protecçãoismo gera falsas viabilidades, também a utilização da empresa como escamoteadora da concessão de subsídios de desemprego através da criação de falsos empregos cria certas apariências de uma não rendibilidade fortemente bloqueadoras do desenvolvimento económico.

Não é função da empresa fazer segurança social. Essa compete ao Estado e deve ser centralizada e planificada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ocorrências deste tipo foram triviais num passado recente e destinaram-se, entre outras coisas, a criar vassalagens políticas e reservas de manobra ao serviço de interesses partidários.

Por outras palavras, trata-se de uma autêntica exploração do homem pelo homem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Propõe o Governo medidas de austeridade pretendendo significar com elas uma contenção de consumos, nomeadamente de bens importados.

Concordamos inteiramente com o conceito, mas desconfiamos do impacte psicológico negativo do termo, na medida em que possa ser sentido como uma apologia do sacrifício pelo sacrifício, portanto totalmente desligado das condições que a impuseram e a justificaram.

Até certo grau uma austeridade não é mais que o necessário contraponto da irracionalidade do binómio salários-produtividade. Ela aparece hoje em Portugal como o preço de um certo irrealismo.

Por outro lado, uma política de austeridade tem de deixar de fora qualquer critério de discriminação, o que se aplica em várias áreas, nomeadamente algumas práticas no domínio das relações entre os sectores público e privado.

Certos concursos públicos, a celebração de alguns contratos, a própria política de consolidação do passivo de várias empresas públicas ou intervencionadas e ainda a concessão de empréstimos e avales têm revelado uma preferência pelo sector público só pelo facto de o ser, acarretando com isso maiores dispêndios quer de custos privados, quer sociais.

Julgamos ser de acabar com tais discriminações, que até mesmo se manifestam no domínio laboral.

Perguntamos mesmo se não terá chegado a altura para dar cumprimento ao disposto no artigo 81.º, alínea j), da Constituição e elaborar uma lei de regulamentação da concorrência.

Continuamos a pensar na Europa. Sem concorrência cá dentro não podemos competir lá fora.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já foi aqui dito e não é de mais insistir que a austeridade não é um fim em si. Pensá-la como tal demonstra apenas uma incapacidade de formular racionalmente uma política económica.

Se transitoriamente ela se admite e se suporta e nós assim o achamos, impõe-se planeá-la no seu processa-

mento e na sua cessação. A austeridade não é um fim, mas deve ter um fim.

Impuseram-se e impõem-se restrições ao consumo privado. É preciso estendê-las ao consumo público, por onde, aliás, deviam ter começado. O défice do orçamento corrente do Estado é bem característico a esse respeito.

Em 1974 a poupança do Estado foi positiva, 1,4 milhões de contos. Em 1975 registou-se um agravamento de 18,1 milhões de contos e no ano transacto a poupança negativa foi de cerca de 40 milhões de contos, ou seja, as despesas correntes do Estado foram superiores às suas receitas correntes naquele montante. Pedir ao cidadão sacrificios e deixar de fora o sector administrativo do Estado é, pelo menos, imoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É preciso reduzir as despesas públicas introduzindo maior racionalidade nas opções da afectação e na eficiência da execução.

Os recursos públicos não podem ser despolidos apenas para manter estruturas ultrapassadas, mas antes para cumprirem tarefas e objectivos bem determinados.

Tal nos conduz à necessidade de introdução de um sistema integrado de planeamento, programação e orçamento. Não significa isto que tal introdução seja uma medida de austeridade. Esta obtém-se pela redução de despesas. Mas é um princípio para maior eficiência no futuro.

Tem-se falado muito em hierarquia da competência. Talvez seja altura de solicitarmos também a competência da hierarquia.

Só uma vontade política forte poderá desbloquear as distorsões nesse domínio.

Perguntamos mesmo se não seria útil dinamizar a Intendência-Geral do Orçamento e concebê-la como coração, músculo e nervo de uma reforma deste tipo.

Reforma que terá de atacar com prioridade o sistema fiscal.

Com efeito, sendo o «cabaz de compras» uma necessidade na actual conjuntura, devemos ter presente que ele traduz apenas uma política de redistribuição de rendimentos. A nosso ver, mal irá o País se a longo prazo se mantiver o referido «cabaz», pois tal só traduziria a incapacidade de se formular e levar a cabo uma verdadeira política de redistribuição de rendimentos, eminentemente centrada numa política fiscal. A alternativa é o «cabaz de compras».

Por isso, e a nosso ver, ele deve ser considerado como transitório. Por outro lado, a austeridade não mais deve ser entendida senão como uma pausa necessária para a arrancada de uma política de expansão que permita ultrapassar conjuntamente a conjuntura desfavorável e a própria austeridade.

Referimo-nos a uma política de expansão integrada que julgamos imprescindível implementar. A desvalorização do escudo constitui condição permissiva para exportar mais. Mas isso só acontece se produzirmos muito mais, de melhor qualidade e nos prazos fixados.

Por outro lado, o aumento do custo das importações fará desviar a procura para produtos de origem nacional; até ao momento alguns factores de natureza psicológica e institucional dificultaram o aumento da produção.

Para produzir mais é necessário sabermos onde, isto é, entre outras coisas, quais os sectores estratégicos da economia nacional e quais as metas de produção a atingir. O plano a médio prazo que em breve virá a esta Assembleia da República deverá ser o derradeiro momento em que tais aspectos devem ficar claros.

Disse há bem pouco tempo o Sr. Primeiro-Ministro que não utilizamos completamente as capacidades financeiras que alguns empréstimos nos permitiram por carência de projectos.

Tem razão. A capacidade de empreender e de inovar, em toda a economia portuguesa, é o factor mais escasso. Só que dizê-lo dessa maneira, dizer que há créditos por utilizar, a nosso ver, traduz outra realidade, traduz, sim, que não há motivações suficientes para investir, sobretudo no domínio privado.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Se tal diagnóstico está certo requere-se terapêutica adequada a qual passa ao nível da Administração Pública por um verdadeiro serviço de promoção de investimentos que urgentemente actue nesse domínio.

Aliás, e numa altura em que assistimos a várias desintervenções, é necessário dizer que não basta desintervir.

É necessário, é mais necessário ainda reconverter e dirigir o sector público produtivo e orientar globalmente a economia.

A esse título interrogamo-nos sobre a política agrícola, mormente as sucessivas políticas agrícolas que têm existido, e a necessária adequação que se tem de providenciar com vista à nossa integração na CEE.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É sabido que urge substituir algumas importações a fim de evitar pressões sobre a balança de pagamentos. Assim sendo, parece óbvio a necessidade de imediatas acções de fomento de alguns produtos, nomeadamente o milho (5 milhões de contos de importações no ano passado), bovinos, ovinos, cereais secundários, como o centeio e a cevada como fonte compensatória para a importação de componentes de rações alimentares, oleaginosas, nomeadamente o girassol, cuja oportunidade é ainda indiscutível, dada a fraca utilização dos solos no Sul do País durante este ano, e ainda o tabaco. Por outro lado, o sector primário pode vir a constituir uma fonte de receitas em divisas externas através da exportação, mormente de produtos mediterrâneos cuja carência se faz sentir nos países da CEE e cuja aptidão Portugal dispõe.

Pensamos, sobretudo, nos vinhos de qualidade, para os quais não se têm até utilizado todas as facilidades, não se manifestando um incremento da sua produção, podendo mesmo dizer-se que se tem falhado, quer no vinho quer na qualidade. Aliás, algumas operações comerciais efectuadas no passado em que se vendeu vinho português a baixo preço, mas suportado por todos os contribuintes, produziram efeitos negativos, prejudicando as nossas condições futuras de competitividade nos países do Mercado Comum.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nosso ver, os frutos secos representam outra área que não está a ser devidamente explorada.

Nestes como noutras domínios agrícolas a criação de infra-estruturas não tem sido efectuada ou mesmo programada, comprometendo-se uma decidida expansão da produção agrícola.

Não quereríamos abordar esta área sem uma referência à criação do adicional de 20% sobre o imposto de transação. Tendo como objectivo, entre outros, a de restringir o consumo, é evidente que a medida também vai restringir a futura produção nacional.

Numa altura em que se fazem apelos à substituição de importações e, portanto, à criação de unidades que fabriquem alguns produtos incluídos nessas pautas não seria de toda a conveniência pensar-se na sua exclusão das mesmas, no caso de serem produzidos em Portugal?

Neste contexto julgamos, e para concluir, que os benefícios de uma política de expansão são bem superiores aos conseguidos com uma política eminentemente restritiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos agora elementos para nos pronunciarmos sobre a necessidade, a eficácia e a suficiência das medidas propostas pelo Governo.

É ilógico e imoral pedir alternativas em medidas pontuais sem pôr em causa as opções de base que as supõem.

Por isso as nossas palavras não consideram umas sem as outras.

Dado, porém, que o sentido desta interpelação apenas diz respeito às medidas concretas propostas pelo Governo, ocorre-nos na circunstância concluirmos que elas são necessárias na generalidade e na medida em que nos parecem insuficientes ou inadequadas, de eficácia condicionada. Defina-se uma política de racionalidade da empresa, articule-se a expansão da massa salarial e a evolução da produtividade, contenha-se a inflação pelas suas causas, fomente-se a constituição e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas no que têm qualitativamente de peculiar, defina-se e programe-se uma política de produtividade, fomente-se a expansão da produção agrícola e industrial, e sobretudo que frutifique o hábito e o exemplo da convivência e diálogo entre o Governo e a Assembleia da República na ultrapassagem de uma situação em que todos nós queremos e devemos estar empenhados.

Aplausos do PSD e alguns Deputados do CDS

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia e meu caro amigo, ouvi com grande atenção as suas palavras e, não tivessem sido as últimas duas ou três frases que proferiu, teria ficado na dúvida se o Sr. Deputado Ângelo Correia não se teria enganado no bolso ao retirar o discurso e em vez de uma intervenção relativa à interpelação ao Governo não estaria a dar-nos a sua lição de economia destinada a alguma escola para a qual eventualmente tivesse sido convidado.

De qualquer modo, e uma vez que estamos de acordo, e as suas últimas palavras assim o revelam, quanto às intervenções neste debate serem relativas a uma interpelação relacionada com um conjunto de medidas tomadas pelo Governo, gostaria de lhe perguntar, porque as minhas ideias não ficaram bem claras a esse respeito, se, independentemente das considerações que fez sobre política e economia portuguesa em geral, considera que o conjunto de medidas propostas pelo Governo é ou não um conjunto coerente de política conjuntural adaptado às necessidades presentes da economia portuguesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira, igualmente para pedir esclarecimentos.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Deputado Ângelo Correia: Para além dos laços de amizade que nos unem, permita-me acrescentar agora laços de admiração perante o seu discurso, que considero muito realista.

No entanto, permita-me pôr-lhe duas questões, muito breves, para aclarar dois pontos, a meu ver muito concretos.

Como o Sr. Deputado tocou o problema da inflação por si diagnosticado, permitia-me pedir-lhe o favor de tratar do problema dentro desta óptica: para si a inflação ora diagnosticada poderá vir a desencadear-se, a galopar — permitirá a expressão — via lucros e ou via custos?

A segunda questão é a seguinte: neste país muito se tem falado ultimamente sobre a delimitação do sector público e do sector privado. O seu partido, o Sr. Deputado em especial, muito se tem referido a esse tema. Concretamente, por exemplo, em relação à banca, considera o Sr. Deputado que neste momento ela é gerida segundo o modelo socialista, só porque foi nacionalizada, ou é diversa a mentalidade que preside neste momento à sua gestão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Sr. Deputado Ângelo Correia defendeu uma tese que já anteriormente foi defendida, quer pela sua bancada quer por outra bancada desta Assembleia, dizendo que a política de austeridade é o preço do irrealismo político anterior.

Ora, havendo políticas de austeridade em países, nomeadamente, como a França, a Inglaterra, a Itália e outros, perguntava ao Sr. Deputado se o preço é do irrealismo ou se é do capitalismo — falando do nosso caso concreto, das tentativas sempre repetidas de recuperação capitalista; se é o preço da necessidade que o capitalismo tem de um exército industrial de reserva; se é o preço da necessidade que o capitalismo tem de uma permanente austeridade para os trabalhadores; se é o preço das suas crises económicas; se é o preço da anarquia de produção e de todos os outros factores que estão ligados à produção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira, para pedidos de esclarecimentos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Ângelo Correia: Confesso que não me surpreendeu nem o seu discurso nem os aplausos que recebeu da sua bancada e de outras.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não mencionou quais.

O Orador: — Entretanto, queria fazer-lhe apenas uma pergunta. Disse logicamente que os salários só devem subir de acordo com a produtividade. Ficou então no meu espírito uma pequena dúvida. Queria saber se se estava a referir a salários reais ou a salários nominais e se é ou não verdade que estas medidas que vão implicar uma espectacular subida de preços, combinadas com o prático congelamento de salários, irão ou não ter como real e profunda consequência a diminuição do salário real e, ao contrário, com igual consequência, uma real subida dos rendimentos do capital. Queria, pois, perguntar-lhe a que tipo de salários se estava a referir e, se são verdadeiras estas duas conclusões, qual é a lógica e a moralidade de uma política de austeridade que faz diminuir realmente os salários e o poder de compra dos seus titulares e aumentar os rendimentos do capital.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delmiro Carreira, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Delmiro Carreira (PS): — O Sr. Deputado Ângelo Correia fez diversas afirmações, nomeadamente a de que as empresas, existentes ou a criar, têm de ser rendíveis, de que os recursos públicos não podem ser utilizados para manter estruturas ultrapassadas e falou também na necessidade de reestruturar diversos sectores. Dado que ambos exercemos actividade numa empresa do sector público, que tem milhares e milhares de contos de prejuízo, e não tendo visto o Sr. Deputado nessa empresa a defender os mesmos princípios que agora defendeu, gostava de saber se efectivamente eles se aplicam também à empresa onde ambos trabalhamos.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Disse o Sr. Deputado Ângelo Correia, por outras palavras, que havia vantagem no aumento da participação do trabalho na repartição do rendimento nacional. Disse também que os salários altos não eram a causa mas a consequência de uma economia sadia. A pergunta que lhe faço é a seguinte: se, como tudo indica e parece que todos estão de acordo, o conjunto de medidas agora tomadas pelo Governo vai fazer diminuir rapidamente e no imediato os salários reais, o Sr. Deputado Ângelo Correia pensa que isto é uma forma de ajudar a tornar mais sadia a nossa economia?

Em segundo lugar, o Sr. Deputado falou novamente no «cabaz de compras». Já se falou muitas vezes no «cabaz de compras», sob muitos aspectos, e, portanto, só queria pôr uma questão, a que gostaria que o Sr. Deputado Ângelo Correia me desse uma resposta clara e concreta. Quem paga e em que percentagem é pago o diferencial previsto para o «cabaz de compras»?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Ângelo Correia tem 18 minutos para responder aos pedidos de esclarecimento.

Como estamos quase no final desta sessão da manhã, pergunto ao Sr. Deputado se não quererá responder depois, logo aquando da reabertura, às 15 horas?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É preferível, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Está, portanto, suspensa a sessão até às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Vou anunciar os tempos disponíveis, o que não significa que seja obrigatório esgotá-los. Para o debate o Governo dispõe de 65 minutos e 50 segundos, o PS de 24 minutos e 45 segundos, o PSD de 18 minutos e 30 segundos, o CDS de 21 minutos e 50 segundos e a UDP de 25 minutos.

Para pedidos de esclarecimento o Governo dispõe de 20 minutos, o PS de 14 minutos e 20 segundos, o PSD de 9 minutos e 30 segundos, o CDS de 6 minutos e 40 segundos, o PCP de 6 minutos e 45 segundos e a UDP de 7 minutos e 50 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia, para responder às perguntas que lhe foram feitas.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passo a responder às perguntas que os Srs. Deputados me fizeram.

A primeira pergunta foi feita pelo Sr. Deputado António Guterres, que qualificou a minha intervenção como uma lição. Agradeço a gentileza. Toda-via, julgo que classificar como lição aquilo que eu disse é uma amabilidade demasiada da parte do Sr. Deputado, que sempre foi um bom aluno. Mas julgo que a sua afirmação pode ter um risco, porque pode ser altamente desprimatorosa para o Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica. Aliás, lembro-me de uma frase, por vezes útil, sobretudo nestes casos, que refere que em tudo na vida há lições úteis, mas às vezes não são aquelas que gostaríamos de receber. Neste caso, talvez a frase tenha cabimento.

Também perguntou o Sr. Deputado António Guterres se estávamos ou não de acordo com a coerência global das medidas propostas pelo Governo. Mais uma vez constato da parte de alguns Srs. Deputados do Partido Socialista a sua profunda vocação religiosa em termos de maniqueísmo, ou seja, ser bom ou ser mau, ao perguntarem se as medidas são boas ou se são más. Utilizando os mesmos termos da lição que o Sr. Deputado António Guterres referiu, a questão não se põe, em termos escolares ou académicos, de chumbo ou reprovação. Põe-se, sim, em termos de saber se há ou não meios-termos, se há ou não outras possibilidades para além do chumbo ou da reprovação. A nosso ver, as medidas propostas pelo Governo têm uma coerência global limitada e condicionada. Limitada precisamente pelas áreas que referi, ou seja, as medidas podem surtir efeito se em paralelo foram tomadas outras em quatro domínios

fundamentais: expansão da produção e substituição de importações, contenção da inflação, transparência ainda mais clara da vida económica e financeira e, por último, uma maior moralidade na austeridade. Com este conjunto de actuações levadas a cabo as medidas poderão ter então uma coerência global, completa e satisfatória.

A segunda questão, que éposta pelo Sr. Deputado Macedo Pereira, do CDS, traduz-se em duas áreas diferentes. A primeira é saber, quanto à inflação pelos custos ou pelos lucros, qual das duas no presente momento tem maior significado e repercussão na vida portuguesa. Julgo que não é, talvez, a maneira mais adequada de colocar a questão. Estamos muito habituados a colocar a questão em termos de salários ou lucros. Não é, digamos mesmo, a forma processual mais correcta, em termos metodológicos, de colocar a questão, mas penso que interpreto a pergunta do Sr. Deputado Macedo Pereira dizendo que pretende saber se são os aumentos de custo, sem contrapartida nos aumentos de lucro, a verdadeira fonte de inflação ou, ao invés, se é uma contenção de salários e o aumento desproporcionado dos lucros a fonte geradora de inflação. Ora, julgo que nos últimos tempos têm ocorrido fenómenos das duas índoles na sociedade portuguesa, ou seja, fenómenos que têm a sua origem no aumento de custos em proporção exagerada ou na alta de lucros. De qualquer forma, até ao presente momento tem sido sobretudo a primeira área, a dos custos, aquela onde se tem revelado maior fonte potencial de tensões inflacionistas. Todavia, algumas das medidas agora contempladas no «pacote», essas, sim, podem ter um conteúdo inflacionista via lucros, sobretudo aquelas que se reportam à libertação dos preços sem um controlo efectivo.

A segunda pergunta que o Sr. Deputado Macedo Pereira me coloca é se no actual contexto da banca portuguesa ela é gerida capitalisticamente ou socialisticamente. Sr. Deputado: V. Ex.^a é de um partido chamado CDS, que não é socialista. Portanto, um dos pressupostos da sua adesão ao partido é com certeza um conhecimento rigoroso do que é socialismo e do que é capitalismo. Desse modo, pôr, neste contexto, a questão que pôs é inconveniente para o seu partido e para si próprio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Nunca me chamei de esquerda nem sou enguiça.

O Orador: — A terceira questão, colocada pelo Sr. Deputado Sousa Marques, em referência a uma frase que pronunciei na minha intervenção — «que estamos agora a pagar os erros do irrealismo político no processo político português» — é a seguinte: mas que irrealismo? Dos sabotadores? do exército social de reserva? Enfim, todo o conjunto de considerações que fez.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Dâ-me licença que o interrompa?

O Orador: — Não, Sr. Deputado, no fim.

Olhe, Sr. Deputado, do nosso ponto de vista, e apenas desse, irrealismo é pagar-se mais do que se

produz, irrealismo é vender-se menos do que aquilo que se pode, irrealismo é governar sem o saber fazer, irrealismo é impor um regime político que a maioria da população rejeita...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., irrealismo é fugir à responsabilidade da gestão da propriedade ou do trabalho, irrealismo, como disse uma figura do seu partido, o Dr. Álvaro Cunhal, é consumir mais do que se pode.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — No fim.

Risos.

Referiu o Sr. Deputado que havia medidas de austeridade em alguns países ocidentais, como, por exemplo, a França, a Itália e a Grã-Bretanha. É verdade. É verdade e podia ir mais longe: a economia ocidental está, esteve e pode estar numa crise conjuntural. Simplesmente nas economias de Leste não se está em crise conjuntural, está-se em crise estrutural. Lá há sempre austeridade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Para os capitalistas!

O Orador: — O Sr. Deputado Vital Moreira não se deve estar a conotar a si próprio.

A quarta questão,posta pelo Sr. Deputado Delmiro Carreira é, a meu ver, mais séria. O Sr. Deputado Delmiro Carreira tentou, eventualmente, suscitar uma confusão entre uma intervenção que eu fiz e a situação da empresa pública de que ambos somos funcionários. Penso que lhe faltou a verticalidade suficiente e a coragem de optar entre um ataque pessoal, que podia ter feito, e as dúvidas que legitimamente lhe podem surgir sobre uma empresa pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Misturar ambas as coisas talvez possa ter alguma relação com eventuais mágoas de um ex-director do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos.

O Orador: — Pensamos que em relação a esse caso as maiorias foram constatadas e as minorias não foram enganadas nem o serão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Delmiro Carreira (PS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — No fim.

Risos.

É apenas para não estabelecer discriminações em relação ao Sr. Deputado Sousa Marques. Nós defen-

demos a não existência de discriminações, ali e aqui.

Risos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Muito obrigado pela deferência!...

O Orador: — Uma quinta questão foi colocada, numa certa óptica aproximada, pelos Srs. Deputados Vital Moreira e Veiga de Oliveira. A questão reconduz-se mais ou menos, com algumas nuances, à seguinte eventual contradição: um abaixamento real do poder de compra é contraditório com a desejável maior participação do factor trabalho no rendimento nacional.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sem dúvida!

O Orador: — É verdade, Sr. Deputado, a questão é contraditória se forposta e reconduzida apenas nesses precisos termos. Devo dizer que julgo esta questão deslocada, sobretudo a que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira me põe, já que nos está a querer tratar como Governo em termos de tentar que esclareçamos algumas questões nessa óptica. Todavia, ainda não somos governo...

Risos

O Sr. Herculano Pires (PS): — Ainda bem!

O Orador: — ..., mas podemos, ainda assim, permitir-nos explicitar algumas questões nesse domínio. E a questão é esta: vão ou não os salários reais descer em Portugal com o conjunto de medidas tomadas pelo Governo? É provável que sim. Mesmo com a subida dos salários nominais, numa perspectiva máxima de pelo menos 15 %, é de facto possível que os salários reais venham a descer. É isso desejável? Não. Mas mais uma vez, em política como em economia, é necessário fazer a destrinça entre o curto, o médio e longo prazos. E então coloca-se esta questão: devemos moralmente aceitar, ou não, uma política de restrição nesse domínio, sacrificando o curto prazo a fim de permitir um relançamento capaz, necessário e suficiente, a médio ou longo prazos? Vale a pena, ou não, sacrificarmos o presente para melhorarmos no futuro? Pensamos que é necessário e possível que assim se faça.

Todavia, a óptica da nossa intervenção, quer a minha quer a dos colegas de Partido que me antecederam e sucederão, é distinta. Pretendemos desde já atacar alguns males que, a nosso ver, estão insuficientemente diagnosticados e medicamentados em termos de fazermos uma inflexão rápida e necessária desta situação. A nosso ver, reconduzimo-nos à questão que o Sr. Deputado António Guterres inicialmente colocou: a expansão da produção, a contenção da inflação, a moralização da austeridade, a racionalidade mais intensa, mais sentida e mais transparente na economia, são as pré-condições necessárias para esse efeito.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — No fim, Sr. Deputado.

Risos.

Perguntou o Sr. Deputado Vital Moreira o que é que nós admitíamos, de acordo com o que explicitámos, quanto à produtividade: se esta devia ser relacionada com os salários reais ou nominais. No nosso ponto de vista, a produtividade deve ser relacionada com os salários nominais.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Obrigado, estou esclarecidíssimo!

O Orador: — Não tem de quê.

Aliás, a questão política que se coloca em último lugar, nas intervenções dos Srs. Deputados Vital Moreira e Veiga de Oliveira, é esta: deverá ou não haver restrição ao consumo? Deverá ou não haver uma política de moralidade e de austeridade para atingir esse objectivo?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não é isso, Sr. Deputado.

O Orador: — Gostaria de citar um autor conhecido: «Reconhecemos que há sectores em que se torna difícil a aplicação deste mínimo (mínimo salarial). O Governo está a estudar esses casos, em alguns dos quais os próprios trabalhadores mostram grande compreensão, mas devemos também ter presente que os salários e os contratos colectivos estabelecidos por lei são para cumprir. Na sua política de salários e preços, o Governo tem sido norteado pela preocupação de atender às classes mais desfavorecidas, mas não se pode resolver tudo de um dia para o outro. Foi-se para um congelamento de salários a partir de certo nível. Trata-se, sim, de um congelamento provisório. O desenvolvimento económico precisa de bons técnicos e especialistas que devem ser pagos. Não podemos arrancar do estádio em que nos encontramos com salários elevados, idênticos aos de outros países mais desenvolvidos que o nosso, nem com horários de trabalho inferiores aos desses países.»

Noutro passo do mesmo autor, lê-se: «É portanto necessário o saneamento económico da vida da Nação. Entre estes dois princípios põe-se o do défice do Fundo de Abastecimentos. Como se disse atrás, esses bens alimentares do Fundo de Abastecimentos subiram em flecha no mercado mundial. Os inconvenientes da subida do seu preço estavam a ser evitados à custa de subsídios do Estado financiados por instituições de crédito que obrigaram a gastar no consumo aquilo que deveria ser investido na actividade económica reprodutiva, com evidente prejuízo para a Nação a médio e a longo prazos. É necessário aproximar os preços do valor real dos produtos. Assim, torna-se necessário aumentar o preço de certos produtos, como o pão, o açúcar, o leite, os adubos e as rações para animais.»

Quem disse isto foi o Sr. General Vasco Gonçalves...

Risos.

... no seu discurso de 18 de Agosto de 1974, e a reacção do PCP, através de comunicado oficial, foi de aprovação deste ponto de vista. Perguntámos: Qual a moralidade do seu actual comportamento?

Aplausos do PSD.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Obrigado por me ter deixado interrompê-lo!

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Guterres (PS): — Para um protesto.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas desejava protestar contra o facto de as minhas palavras, que procurei fossem civilizadas, terem sido interpretadas como uma crítica a palavras de um membro do Governo, o que de forma nenhuma estava na minha intenção. Quando afirmei que aparentemente o Sr. Deputado Ângelo Correia se tinha enganado no bolso ao tirar o seu discurso para esta sessão e o comparei a uma lição universitária, não pretendi com isso elogiar esse discurso, mas apenas referir mais uma vez uma das características tantas vezes apontada pelo seu Partido à Universidade portuguesa: a de que ao brilho formal e ao tom altaneiro da voz raramente corresponde uma ligação com as coisas concretas desta vida.

Aplausos do PS.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente: Julgo que ainda me restam alguns minutos dos 18 que me foram atribuídos.

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, foi o Sr. Deputado que esgotou os 18 minutos. E tanto os esgotou, que se sentou.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Nesse caso, Sr. Presidente, dá-me licença que faça um contraprotesto?

O Sr. Presidente: — Vamos arranjar uma solução. Risos.

Parece que havia um consenso entre o Sr. Deputado Ângelo Correia e alguns outros Srs. Deputados, no sentido de ser interrompido durante a sua resposta aos pedidos de esclarecimento que lhe foram feitos. O Sr. Deputado, quando lhe pediam para o interromper, até dizia que ficava para o fim, pelo que a solução está encontrada, embora não seja uma solução ecléctica, como era própria da Faculdade de Direito de Lisboa.

Risos.

Não estou a referir-me ao Sr. Deputado Sousa Franco. Estou a referir-me aos professores do meu tempo, que eram muito eclécticos.

Qual dos Srs. Deputados pretendia interromper o Sr. Deputado Ângelo Correia?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Era eu, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente: Eu tenho algumas dúvidas, e talvez fundamentadas, sobre

a validade regimental da minha intervenção nesta altura, que permitiria novas respostas do Sr. Deputado Ângelo Correia e um novo pedido de interrupção da minha parte.

O Sr. Presidente: — Sob esse aspecto, não tenho dúvidas de que não o pode fazer, Sr. Deputado. Mas pode fazer uma pergunta para esclarecer qualquer dúvida que tenha.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Prescindo de fazer qualquer pergunta.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, passamos adiante. Que outro Sr. Deputado é que também deseja fazer perguntas?

O Sr. Delmiro Carreira (PS): — Sou eu, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Delmiro Carreira (PS): — Há pouco o Sr. Deputado Ângelo Correia disse que eu confundi entre uma análise da situação da empresa onde ambos exercemos a nossa profissão e um ataque pessoal. Queria deixar claro que não foi isso que pretendi. Até considero que o Sr. Deputado Ângelo Correia não tem quaisquer responsabilidades na gestão dessa instituição, que considero ruinosa porque entrou para lá depois do 25 de Abril. Mas o que pretendi que ele me respondesse, dado que se trata de uma empresa que era um suporte de grupos financeiros que estavam em constituição, sendo um apoio de manobras especulativas de diverso teor, era se considera ou não que essa instituição, que é concretamente a Sociedade Financeira Portuguesa e possui uma maioria de participação de capitais públicos, deve ser integrada, à semelhança de outras, numa instituição de crédito de maior suporte, que permita uma gestão mais correcta, não consentindo portanto uma delapidação dos fundos públicos, que o Sr. Deputado criticou. Era uma resposta concreta a esta questão que pretendia e que não me foi dada e que os 80 ou 90 mil contos de prejuízo — não sei concretamente qual foi o montante no exercício de 1976 — talvez justifiquem em termos políticos e também em termos de actuação dentro dessa empresa, não defendendo posições contrárias às aquelas que por vezes se apresentam neste hemiciclo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia, para esclarecer.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Registo com agrado as declarações do Sr. Deputado e meu colega Delmiro Carreira, no sentido de que a situação da Sociedade Financeira Portuguesa é altamente difícil, mas eu entrei para a banca portuguesa depois do 25 de Abril de 1974.

O Sr. Presidente: — Também eu, Sr. Deputado.

Risos.

O Orador: — Só que V. Ex.^a entrou logo por cima

— entrou para administrador — e eu entrei cá por baixo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Mas estive lá muito pouco tempo. Sou um administrador em férias.

Risos.

O Orador: — Esta minha intervenção não tem intenção de magoar V. Ex.^a, é apenas o reconhecimento dos seus méritos, Sr. Presidente.

Quanto à segunda questão que o Sr. Deputado me coloca, ou seja, qual deve ser o papel da Sociedade Financeira Portuguesa, que se pretende nacionalizada, no contexto da banca nacionalizada, penso que a questão devia ser remetida directamente para o Sr. Ministro das Finanças ou para o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, que são as entidades governamentais que têm a responsabilidade e a gestão nesse domínio, e não a um simples empregado bancário como eu. Todavia, não nego ter participado, em conjunto com outros colegas da mesma instituição, entre os quais o prezado colega Delmiro Carreira, na elaboração de um estudo que foi apresentado ao Governo, no qual se propunham, fundamentalmente, os seguintes pontos: revisão de situações, revisão de objectivos, adequação do Estatuto da Sociedade Financeira Portuguesa ao contexto de uma banca que se deseja nova, melhorada e sobretudo ao serviço de todos nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado António Guterres, devo dizer...

O Sr. Presidente: — Desculpe interrompê-lo, Sr. Deputado, mas creio que o Sr. Deputado António Guterres quer dizer alguma coisa, pois fez um sinal.

O Sr. António Guterres (PS): — Não pus questões, formulei um protesto.

O Orador: — Bom, o Sr. Deputado fez um protesto onde colocou questões e devo dizer que não foi intenção da nossa parte, como é evidente, ferir susceptibilidades e melindres de quem quer que seja, incluindo sobretudo o Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica. Julgo que realmente ele lhe deve agradecer a sua intervenção. Todavia, não posso deixar de repetir uma referência que entremos já tinha feito: que V. Ex.^a realmente continua com o complexo de bom aluno, o que é aceitável. Mas dizer que as questões colocadas por nós estão deslocadas do contexto português e da realidade, regimentalmente ou não, isso é que tem de ser protestado, porque dizer que a política de inflação não tem de ser elaborada, dizer que uma política de produtividade não tem de ser programada, dizer que uma política de expansão económica não deve ser relançada, se o fizéssemos, Sr. Deputado, então, sim, dar-lhe-íamos toda a razão. Mas, como fizemos o inverso, julgamos que tem de se pentenciar perante si próprio e perante esta Assembleia.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que fim, Sr. Deputado?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Já que o Sr. Deputado do PSD não me autorizou a interrompê-lo durante a sua resposta, como é norma nesta Assembleia, embora no uso de um direito que lhe assiste, formulo um protesto, de resto simples.

Quero constatar, por um lado, que nem sempre a afectação é prova de razão e, por outro lado, que talvez o Sr. Deputado tenha perdido demasiado tempo à procura de manuais de citações, esquecendo-se provavelmente das perguntas que lhe haviam sido feitas.

Risos.

Na realidade, o meu protesto é para o seguinte: Aquilo que eu disse na minha pergunta é que o que nos diferencia não é estarmos um a favor e outro contra a austeridade; o que está em causa é a moralidade da austeridade, ou seja, saber se é moral uma austeridade que abrange os titulares dos rendimentos do trabalho, que vão ter uma diminuição real dos seus salários, cresça ou não a produtividade em termos reais, enquanto os titulares dos rendimentos do capital vão ser os beneficiários de aumentos de rendimentos. Se é este o problema, volto a repetir a pergunta: Onde está a moralidade desta política de austeridade?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente: Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Se é para um contraprotesto, faça favor.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É, de facto, para um contraprotesto de três pontos, Sr. Presidente.

Primeiro: Falando de formas de afectação, digo que há várias e algumas até são autocrítica.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Segundo: Falar em termos de manuais lidos quer dizer uma coisa que é simples e é sentida por todos os portugueses. O nosso manual é o conhecimento real e o contacto diário que temos com os cidadãos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não somos dogmáticos nem nos pretendemos assumir como partido dogmático, em termos políticos e em termos práticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Terceiro e último ponto: Falar, nos termos em que o Sr. Deputado Vital Moreira falou, da não restrição de consumo ou do possível incremento dos rendimentos de capitais numa política de austeridade é desconhecer uma coisa, que é a necessidade imperiosa, fundamental e urgente de um crescimento em termos de uma política de investimento.

Se o Sr. Deputado reparar na política seguida em alguns países que são os seus sóis, que não os meus, verificará que lá a política de contenção de consumo foi até um objectivo consagrado em muitos textos e definido em termos políticos assumidos pela população. Lá, como cá, se pode falar em termos de austeridade. Põe-se o problema de saber para quem é ela. Não estaremos de acordo com quem quer que seja neste país se a austeridade é uma atitude discriminatória e é só para alguns e não para todos, estamos, sim, de acordo com as pessoas que lutam contra tal estado de coisas. Mas se a austeridade é um estado transitório e conjunturalista que pretende, acima de tudo, promover riqueza para ser distribuída, para ser implementada, para ser para todos nós no futuro, então estaremos com esses. Mas é preciso que esses o façam com clareza, com nitidez e com determinação. Nessa altura estaremos ao seu lado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Abrantes, para uma intervenção.

O Sr. Domingos Abrantes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo: Ao apresentar o seu Programa à Assembleia da República em Agosto passado, o Governo fixou, entre outros, dois objectivos importantes para as condições de vida dos trabalhadores: em matéria de preços, o Governo propunha-se defender o poder de compra dos trabalhadores, sobretudo dos que menos ganham e, em matéria de rendimentos, procurando dar realização prática aos preceitos constitucionais, o Governo propunha-se corrigir as desigualdades actualmente existentes.

Reconhecida a importância que o Governo atribui ao seu Programa, cabe perguntar: Será que as recentes medidas económicas do Governo se enquadram dentro destes objectivos? Não terão razão os trabalhadores quando dizem que as suas condições de vida se estão a degradar tanto que, em certos sectores, começam a estar ao nível de antes do 25 de Abril? Não é facto que algumas das últimas medidas tomadas pelo Governo têm graves consequências sobre o nível de vida e sobre os direitos das classes trabalhadoras, sobretudo as mais desfavorecidas? Vejamos o que se passa com os preços e com o «cabaz de compras».

Durante meses, o Governo disse que a solução para a subida vertiginosa do custo de vida estaria no «cabaz de compras», composto por um conjunto de produtos de primeira necessidade, cujo abastecimento e congelamento de preços o Governo asseguraria durante um certo período. Mas a realidade foi bem diferente.

O Governo começa por apresentar ao Conselho Nacional de Preços e Rendimentos uma proposta que representava cerca de 30 % das despesas das famílias com rendimentos compreendidos entre os 2500\$ e os 15 000\$. Os representantes dos trabalhadores naquele Conselho declararam insuficiente a proposta governamental, reivindicando a inclusão no «cabaz» de mais alguns produtos de primeira necessidade. Qual foi a resposta a esta justa reivindicação? O Governo, sem ouvir o Conselho, retirou da sua proposta inicial uma série de produtos, reduzindo-a a cerca de um terço. E mais! A maioria dos produtos que compõem o próprio «cabaz de compras» sofreram aumentos de

preços que, em média, andam à volta dos 20%. O pão de 1.º sofreu uma subida de 33% e o de 2.º de 92%... Só o aumento do preço do pão significa que a população, para adquirir a mesma quantidade de pão, pagará anualmente mais de 2,1 milhões de contos.

Servem estas medidas os interesses dos trabalhadores, particularmente das camadas mais desfavorecidas? Que poderá pensar do tal «cabaz de compras» um trabalhador que ganhe o salário mínimo nacional, ou ainda menos? Que pensarão as centenas de milhares de reformados e pensionistas que recebem pensões que mesmo antes destas medidas já estavam muito longe de serem suficientes?

Se os preços vinham subindo de forma acentuada desde Janeiro de 1976, a partir de 25 de Fevereiro de 1977 a subida tornou-se vertiginosa e de resultados dramáticos para as camadas mais desfavorecidas da população.

Este é o centro de toda a questão, é isto que não é possível esconder. Medidas como a desvalorização do escudo, a liberalização dos preços, a reavaliação dos activos das empresas privadas, o aumento das taxas cobradas pelas instituições de crédito traduzem-se no que é já hoje o aumento brutal dos preços, nomeadamente nos produtos de primeira necessidade.

Sabem-no todos os que têm de fazer contas no dia-a-dia e para quem produtos como a carne, os ovos, o frango, o peixe, a hortaliça, a manteiga, etc., se estão transformando em artigos de luxo.

Se medidas como as referidas têm consequências gravíssimas para as condições de vida dos trabalhadores, não menos graves são outras medidas que o Governo tem vindo a tomar no plano das relações de trabalho.

O chamado decreto-lei dos 15%, onde se procura impedir os aumentos salariais superiores a 15%, a lei liberalizadora dos despedimentos, são medidas, entre outras, que não só provocam graves injustiças sociais, nomeadamente acentuando as distorções salariais, como facilitam a repressão patronal. Por isso, e justamente, as organizações dos trabalhadores as classificam de antioperárias.

Se compararmos o período médio de vigência dos contratos colectivos actualmente em vigor e o aumento do custo de vida ocorrido nesse período com o limite referido dos 15% para aumentos salariais, constatamos que ele não cobre nem de perto nem de longe a degradação de salários entretanto verificada. A maioria dos contratos vigora à volta de dois anos. O aumento do custo de vida foi nesse período e até 25 de Fevereiro de perto de 40%.

E se considerarmos que o aumento do custo de vida ultrapassará até ao fim do corrente ano 30%, o limite que se procura impor para os aumentos traduz-se numa degradação brutal dos salários reais, isto é, significa que os trabalhadores vão comprar muito menos, vão viver muito pior.

Os ricos serão mais ricos, comerão a parte de leão do rendimento nacional, e os pobres, esses serão mais pobres, apertarão o cinto para além do último furo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo: Não queremos deixar de nos referir à ameaça que pesa sobre as empresas intervencionadas e em autogestão. As situações que determinaram a intervenção por parte do Estado ou a assumpção da gestão por parte dos trabalhadores resultaram, na

esmagadora maioria dos casos, da sabotagem económica, levada a cabo sob múltiplas formas pelo patronato reaccionário, com o objectivo de pôr em causa o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril.

A consciência desta situação revelada pelos trabalhadores ao assumirem a gestão ou ao reclamarem a intervenção do Estado se ficou a dever não apenas a garantia dos seus postos de trabalho como também a manutenção em laboração de centenas de empresas, evitando-se, desse modo, a degradação da situação económica e o agravamento das tensões sociais.

Muitos são os exemplos das empresas de que o patronato pretendeu ser coveiro e que foram salvas pela determinação e sacrifício dos trabalhadores. A renúncia temporária aos salários ou a parte deles, a suspensão de regalias sociais, o aumento do número de horas de trabalho, o empenhamento posto em recuperar uma unidade produtiva que começava a não lhes ser alheia foi alguma coisa, e já é muito, do que pagaram milhares de trabalhadores que os patrões tentaram lançar no desemprego.

Os trabalhadores apresentaram propostas concretas ao Governo para a reconversão das empresas, nuns casos considerando a empresa isoladamente, noutras inserindo-as no sector a que pertencem, como é o caso da construção civil, da metalomecânica, da hotelaria e turismo.

Contudo, a falta de apoio, quer técnico quer financeiro, por parte do Estado, impediu que estes projectos se viessem a concretizar.

Em 31 de Dezembro de 1976, o Governo fez publicar o Decreto-Lei n.º 907/76, que regulamenta o fim da intervenção, estabelecendo medidas necessárias ao saneamento financeiro, bem como critérios para a avaliação das empresas à data da intervenção, prevendo ainda que possam vir a ser atribuídas indemnizações ao patronato.

Tudo indica que se prepara ainda o Governo para devolver as empresas intervencionadas aos seus sabotadores depois de as libertar do elevado passivo por eles deixado e que é da sua inteira responsabilidade. Até ao momento foram desintervencionadas cerca de quinze empresas. Apesar de os relatórios preliminares apontarem motivos que justificam a intervenção efectiva, o Governo optou pela sua devolução simples ao patronato, propondo-se, inclusive, dar-lhe o apoio financeiro que aos trabalhadores foi negado. E tudo isto é feito nas costas dos trabalhadores, enquanto o Governo discute com o patronato o destino das empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo: O agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores, a legislação antioperária, a devolução de empresas ao patronato sabotador são componentes de uma política que visa principalmente fazer pagar aos trabalhadores a recuperação dos seus próprios exploradores.

Por outro lado, procura-se enfraquecer a capacidade de resistência das organizações dos trabalhadores e dar ao patronato a possibilidade de reinstalar os métodos repressivos nas empresas, de intensificar a exploração.

São disso exemplos inequívocos o decreto-lei sobre os despedimentos, sobre as comissões de trabalhadores e o decreto-lei sobre as quotizações sindicais, cujo objectivo, segundo a imaginação delirante de um mem-

bro do Governo, visava quebrar a espinha à Intersindical.

Para quebrar a resistência do movimento operário e popular à política de recuperação capitalista, o Governo tem ensaiado algumas medidas repressivas extremamente perigosas. O recurso à pressão contra os trabalhadores poderá abrir caminho, amanhã, à liquidação das próprias liberdades.

Não é com essas e outras medidas, não é contra os trabalhadores e agravando brutalmente as suas condições de vida que se encontrará a solução dos graves problemas nacionais. Esse é o caminho da exploração, da opressão e da miséria. Esse é o horizonte aberto pela recuperação capitalista.

Só com os trabalhadores, respeitando os seus direitos e interesses, defendendo as suas condições essenciais de vida se poderá estabilizar e dinamizar a economia portuguesa e resolver os seus problemas fundamentais.

Então, sim, será possível, será certo, que encontraremos nos trabalhadores portugueses a determinação, o espírito de sacrifício, a vontade, o empenhamento para as tarefas necessárias para vencer a crise.

Applausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Há algum pedido de esclarecimento?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pires.

O Sr. Manuel Pires (PS): — Sr. Deputado Domingos Abrantes: Eu queria referir-me ao «cabaz de compras». De certeza, e aqui já foi referido, que algumas camadas mais desfavorecidas da população vão aumentar o consumo do «cabaz de compras», agravando o consumo dos artigos e os subsídios correspondentes. Pergunto se aceita o Sr. Deputado e o seu partido que o «cabaz» seja aplicado através do rendimento familiar, portanto só acessível aos menos favorecidos, o que pressupõe a distribuição de senhas ou então o racionamento para todos a um preço fixo, deixando flutuar o preço para além do racionamento. Esta, Sr. Deputado, foi a solução cubana.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Simões, também para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Sérgio Simões (PS): — O Sr. Deputado Domingos Abrantes referiu-se à lei liberalizadora dos despedimentos. Creio que se referia ao Decreto-Lei n.º 841-C/76. Como o Sr. Deputado sabe, este decreto-lei foi sujeito a ratificação nesta Câmara e na discussão na Comissão foram introduzidas naturalmente alterações. Gostaria, pois, de perguntar, em primeiro lugar, o que é que o Sr. Deputado considera de maior garantia para os interesses dos trabalhadores, se a elaboração do processo disciplinar sob controlo e direção exclusiva da entidade patronal ou esse mesmo processo elaborado pelos tribunais competentes, tal como propunha o Partido Socialista.

Em segundo lugar, queria perguntar como é que o Sr. Deputado, considerando o processo disciplinar como uma menor defesa dos trabalhadores, justifica que o PCP o tenha legislado em quase unanimidade

de posições com o PSD e o CDS, partidos estes que o seu partido considera representantes do patronato.

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Deputado Domingos Abrantes, se assim o entender.

O Sr. Domingos Abrantes (PCP): — Sr. Deputado Manuel Pires: Quero dizer-lhe que não percebi concretamente a sua pergunta, tanto mais que não tenho conhecimento exacto daquilo a que o Sr. Deputado se referiu e que respeita ao que se passou em Cuba. Aliás, o problema não é esse. O problema é que o «cabaz de compras» tem uma história, abrangia determinados produtos, tinha um objectivo, e o que acontece é que o Governo esvaziou praticamente de conteúdo essa questão. O Governo retirou um conjunto largo de produtos, acabou por aumentar o seu preço antes de incluí-los no referido «cabaz» e, pior do que isso, publicou-os sem sequer ouvir o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços. Essa é que é, ao fim e ao cabo, a questão de fundo.

Quanto à questão dos despedimentos, é certo que a Câmara ratificou o decreto-lei sobre os despedimentos, mas isso não alterou nem um milímetro...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Manuel Pires pede autorização para o interromper, se assim o permitir.

O Sr. Manuel Pires (PS): — Peço a palavra para interromper o Sr. Deputado Domingos Abrantes, visto que ele não compreendeu a minha pergunta.

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Pires (PS): — Já ontem foi aqui afirmado, segundo creio pelo Sr. Ministro das Finanças, que o «cabaz de compras» custa em subsídios ao povo português 9 milhões de contos. Possivelmente o Governo retirou alguns artigos, porque se o «cabaz» tivesse esses artigos o subsídio aumentaria de volume.

A minha pergunta é muito concreta. Já aqui foi referido por diversas vezes que possivelmente várias camadas mais favorecidas da população irão sobre-carregar o «cabaz». Quer dizer que os produtos desse «cabaz» vão ter maior consumo, o que levará a que os 9 milhões de contos não cheguem. Ora a pergunta que eu ponho é esta: O Sr. Deputado e o seu partido concordam em que o «cabaz de compras» seja simplesmente para as classes mais desfavorecidas, para o que haveria a necessidade de fazer-se, digamos, um *plafond* através do rendimento familiar, em que só até ao valor desse mesmo rendimento é que o «cabaz» seria distribuído? A não ser assim, a outra solução seria o racionamento desses produtos à população, e então todos estariam em igualdade de circunstâncias na sua aquisição e aqueles que quisessem adquirir mais esses produtos sujeitar-se-iam à flutuação dos preços do mercado.

Quando lhe mencionei a solução cubana, é porque de facto essa foi a solução adoptada em Cuba, admirando-me que o Sr. Deputado não tenha disso conhecimento.

O Orador: — Sr. Deputado Manuel Pires: Creio que a situação não se alterou, isto é o problema de fundo é o mesmo. O problema que está em causa é,

ao fim e ao cabo, saber quem vai na realidade pagar o «cabaz de compras», isto é, quem vai beneficiar com o aumento dos preços. Na verdade, até a sua argumetação se vira contra o Sr. Deputado, porquanto o que é certo é que os trabalhadores vão pagar mais, vão trabalhar mais e vão comer menos. Esta é que é a questão de fundo. Não serão as camadas que têm maiores rendimentos que irão ser afectadas com esta medida.

Quanto à questão dos despedimentos, eu tinha começado logo por dizer que o facto de esse decreto-lei ter sido ratificado não altera uma realidade: é que, de facto, esse decreto-lei continua a servir ao patronato para despedir, para atacar os trabalhadores mais conscientes das empresas. Aliás, Sr. Deputado, nós, por exemplo, recebemos, e também o seu partido é capaz de ter recebido recentemente, uma informação da aplicação concreta desse decreto-lei aos trabalhadores dos têxteis do Norte, em que se somam já por muitas centenas, neste momento, os processos disciplinares baseados precisamente na lei. Portanto, trata-se de uma lei que afecta fundamentalmente os interesses dos trabalhadores.

Quanto às votações, Sr. Deputado, creio que essa pergunta é um bocado descabida, porquanto é certo que nós votámos com o PSD e o CDS mas a verdade é que também o PS votou muitas vezes com o CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros e Srs. Secretários de Estado: Na apresentação do seu Programa em Agosto nesta Assembleia, reconhecia o Governo a grave crise financeira que o País atravessava, os grandes desequilíbrios do sector público, das empresas e da balança de pagamentos, a dramática queda da produção e da poupança nacional. Reconhecia ainda que o desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição dos frutos da actividade económica pelas várias camadas da população não garantiam padrões mínimos de satisfação das necessidades e aspirações da maioria dos portugueses e que a organização do tecido económico se afastava da preocupação fundamental de proporcionar à população não só os meios de subsistência mas também a possibilidade de viver melhor e de modo diferente.

Partindo desta realidade, apresentaram-se então linhas de opção política, nomeadamente com vista a assegurar a estabilização financeira indispensável à recuperação económica do País, salvaguardando, contudo, a necessidade de se caminhar seguramente para um novo modelo de desenvolvimento gradual da sociedade portuguesa e respeitando o exercício da democracia, na sequência coerente com a linha de pensamento definida no Programa do Governo, tem vindo este a exercer o seu mandato mal-grado as obstruções de quem ao novo desafio português não quer corresponder, preocupando-se mais com a conquista do poder, com o prestígio partidário, do que com o interesse nacional. Mal-grado ainda os efeitos agudos e dramáticos da crise económica que, no seu devido tempo, se estão fazendo sentir. Mal-grado, sobretudo, a tendência morna de nos deixarmos embalar por um estilo de vida de consumo e trabalho, de consumo acima

das possibilidades do que temos e da qualidade do que devíamos, de trabalho abaixo do que precisamos e onde necessitamos.

No Orçamento e Plano de 1977, também aqui largamente discutidos e aprovados, apresentaram-se, após poucos meses de Governo em que se avaliou em termos reais a situação herdada, um programa de gestão corrente do Estado e um programa de investimentos públicos. O Plano e Orçamento concretizavam um primeiro passo da política económica e social anunciada. E já então se anunciaava a necessidade de um período de estrita austeridade manifestada expressamente na contenção generalizada dos gastos públicos, contenção essa promissora de outras medidas mais profundas e com um carácter de correcção mais acentuado. O que era pensamento político concretizava-se em programa bem definido por um modelo de desenvolvimento económico expresso por um esquema coerente de objectivos orientadores, por prioridades hierarquizadas e por um quadro consentâneo de medidas de política de investimentos. É que não se tratava para o Governo Constitucional apenas de aplicar as medidas correntes e clássicas de reequilíbrio financeiro e de aumento de produção que a conjuntura económica implicava. Tratava-se, sobretudo, de traçar um panorama de reformas estruturais onde se viesssem inserir as sucessivas medidas sectoriais que os vários Ministérios estavam preparando. Estas medidas estariam em muitos programas partidários, não o duvido, mas as estratégias de relançamento económico propostas seriam bem diferentes, já que correspondem a projectos políticos diversos.

O conjunto de medidas que o Governo decretou em 25 de Fevereiro aparece assim não apenas como um somatório de condições para um saneamento da balança de pagamentos e equilíbrio cambial e maior capacidade de investimento mas como a manifestação da vontade política de ao atacar a crise agir coerentemente e mais agilmente na orientação do tecido económico — produtivo e de consumo — para o modelo económico português compatível com as aspirações constitucionais.

Marca-se assim o início de um clima de austeridade inevitável, dada a extensão e profundidade da crise económica, indispensável para que sobre ele se possam tomar novas medidas de reestruturação da economia.

Os sacrifícios que hoje são pedidos a determinados estratos da população são defensáveis quando preconizadores de outras medidas de combate à inflação, de correcção dos circuitos de distribuição, de reversão de algumas empresas, de restabelecimento e viabilidade financeira de muitas outras, de substituição de importações, de criação de novos postos de trabalho, isto é, de criar um sistema económico que queremos menos dependente dos mecanismos cegos do mercado e do lucro e mais propício à reorientação da produção e dos consumos segundo prioridades democraticamente estabelecidas.

As medidas de austeridade, nomeadamente aquelas que afectam o dia-a-dia dos portugueses no seu nível de vida, chegaram. Não nos resta apenas a lucidez de aprender a viver com elas, combatendo todos os que delas quiserem tirar inferências contrárias aos seus objectivos, mas delas retirar o empenhamento nacional indispensável para criarmos neste país um

outro modo de viver que, sem renunciar às legítimas aspirações que as sociedades economicamente avançadas nos oferecem, proporciona um evoluir com o sentido das necessidades colectivas e da solidariedade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foram já aqui feitas as necessárias explicações e análises técnicas e políticas sobre as medidas agora promulgadas. Nem tanto nem mais eu saberia fazer. Nomeadamente foram dadas explicações claras a algumas delas, os que maior repercussão têm tido na opinião pública e que se reportam à alteração do regime de preços, à fixação do «cabaz de produtos», à alteração de preços de bens sujeitos a preços controlados, à contingência de importações de bens menos essenciais.

Ficou bem patente que tais medidas de política agora tomadas se inserem numa primeira fase de uma política concertada de rendimentos e preços e de previdência social, à qual se seguirão outras fases à medida que as análises técnicas forneçam dados convincentes, as estruturas de consulta e participação dos parceiros económicos entrem em funcionamento normal e um clima de estabilidade económica e social consentida permita as indispensáveis negociações.

Viver com a noção da realidade da escassez da nossa produção interna e do alarmante aumento de consumo consequente do aumento demográfico em flecha nos três últimos anos e da melhoria do nível de rendimentos para muitos trabalhadores, viver com a noção do esforço máximo de subsídios aos bens alimentares essenciais que o actual Orçamento Geral do Estado comporta, viver sem promessas vãs, mas com o reconhecimento dos estrangulamentos dos actuais circuitos de distribuição e comercialização, é o que representa o tão discutido «cabaz de produtos» ou «cabaz de compras».

O condicionamento dos preços máximos de outros produtos com elevado peso nos orçamentos familiares, mas cuja comercialização e abastecimento deverão no futuro ser cada vez mais garantidos, ainda que segundo o controlo do Estado, pelo movimento cooperativo, pelos pequenos e médios comerciantes, afigura-se como um caminho de futuro para assegurar um abastecimento de qualidade a toda a população. Uma certa concorrência controlada em determinados produtos de mercado livre provocará uma estabilidade de preços e a garantia dos produtos.

Os produtos sujeitos ao actual regime de preços decretados poderão ser discutíveis. A sua selecção, precedida de estudos exaustivos, e aqui referidos, e que patenteiam a desatenção com que o sector foi anteriormente tratado, permitirá, no entanto, porque bem definidos, a aplicação das medidas de combate à especulação, ao açaibarcamento desenfreado a que temos assistido nos últimos tempos e especialmente nos últimos dias, patenteando a existência de forças e interesses que apostam contra o interesse nacional e contra as classes de menores rendimentos. Esperamos que o Governo seja firme e decidido no combate a estes crimes.

Mas é evidente que o nível de vida das classes trabalhadoras de menores rendimentos, e sobretudo dos grupos sociais desfavorecidos, os reformados, os sujeitos a pensões sociais, os trabalhadores de alguns sectores rurais mais desfavorecidos, não está protegido do aumento do custo de vida global que necessa-

riamente terá de verificar-se. O Governo não o ignorou e declarou aqui também a criação de novos dispositivos de protecção específica a estes grupos, como sejam subsídios de alimentação, transportes gratuitos, cobertura medicamentosa e sanitária, também gratuita, aumento das pensões de reforma, alargamento da pensão social, apoio aos desalojados e à terceira idade.

O nível de vida, agora atingido drasticamente para a maioria dos grupos sociais, não se melhora, porém, com reformulações futuras dos produtos do «cabaz» ou pelo combate repressivo ao mercado negro.

Aqui parece-nos dever sublinhar-se, para além da imperatividade do aumento da produção da agricultura, da pecuária e da pesca, de acordo com as potencialidades nacionais e a procura interna, três tipos de considerações. Uma primeira diz respeito aos novos modelos de consumo para que decididamente temos de caminhar. Não são os modelos de consumo das classes superiores do passado deste país ou o que se verifica actualmente em países europeus aqueles a que se deve aspirar a curto prazo. Foram estes modelos de consumo que, de certo modo, acalentaram o furor consumista dos portugueses nos últimos tempos, em que muitos aumentos salariais foram desbaratados em consumos perecíveis e condicionantes. Há que ter imaginação para nos adaptarmos a um modo de viver em que a solução das necessidades colectivas esteja protegida, desde a criação de equipamentos necessários à oferta de novos produtos alimentares, semiconfeccionados, de refeições de baixo preço, até aos serviços colectivos de transportes, creches, lavandarias, etc. É necessário promover consumos de substituição e desenvolver certas formas de consumo colectivo.

Mas é evidente que os novos modelos de consumo não resultam em sequência do clima de austeridade nem apenas da vontade pessoal. É a estrutura de produção e as suas técnicas, é a organização da vida social que determina cada vez mais o modo de vida. A estrutura de produção determina o quadro no qual as necessidades são satisfeitas, os objectos e os serviços a que se pode recorrer, a maneira de consumir e a forma de utilização dos produtos. Haverá, pois, não apenas que limitar e condicionar o que pode neste momento ser considerado de supérfluo mas também determinar e produzir o que conscientemente se considera necessário, reavaliando produtos e serviços, estimando não a sua quantidade, mas a qualidade de satisfação que asseguram aos seus utilizadores.

Um segundo aspecto relaciona-se com o aparelho de distribuição de bens alimentares. O actual existente é mal equipado e fundamentalmente orientado para servir a especulação. Um aparelho que não respeita os interesses nem dos que produzem os bens alimentares nem dos que os consomem. Um aparelho que se diria destinado à especulação, com a aprovação tácita de muitos produtores e também de alguns consumidores.

Há aqui um largo campo de actuação ao movimento cooperativo que é necessário fomentar e apoiar. Mas um movimento cooperativo que se liberte da bengala do protecçãoismo, tão ao nosso gosto e resultante de anos de iniciativa contida, o que muitas vezes não são mais do que pequenos produtores e comerciantes que se servem de intermediários e que rompem assim

a solidariedade de cooperantes. Um movimento de criação e apoio a cooperativas, que tenham em si a sua razão de ser como forma própria de intervenção económica e não sejam meras formas de associação de trabalhadores ao serviço camouflado de outros interesses que não lhes são próprios.

Em terceiro lugar, urge acelerar a reorganização dos organismos de coordenação económica, com efectiva capacidade de regulamentação e intervenção nos mercados. A maioria desses organismos estão disfuncionalizados. É necessário alargar o seu campo de acção e reequipá-los de meios humanos e materiais que lhes permitam exercer o papel de controladores e orientadores da produção e do abastecimento. É necessário, sobretudo, também aproveitar com visão e eficiência as empresas públicas de comercialização, orientando-as para estender as possibilidades de abastecimento em produtos essenciais a todas as zonas do País e não só às zonas urbanas, dando-lhes o papel de dinamização, de garantia do abastecimento e de controlo dos preços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O mérito destes dois dias de debate parlamentar, se outro não houver, reside porventura numa explicação e discussão mais detalhada das causas e critérios que estão na base da formulação das medidas que lhe deu origem, já que outras alternativas não foram apresentadas.

O futuro imediato é de pesados sacrifícios, dando-nos consciência de que a construção de um país novo nos fará passar por alguns anos difíceis, mas que serão fáceis de aceitar se os objectivos nos merecerem. Ora os objectivos merecem-nos esse sacrifício mas esses objectivos não estão neste pacote de medidas, onde se teima por vezes ver o que ele por si não contém, mas sim nas metas qualitativas por que se orienta a política económica do Governo. O horizonte, que por sua vez se antevê de inserção europeia, dá novo impulso e fornece outro quadro de referência à formulação de políticas sectoriais, nomeadamente de orientação da nossa produção num contexto de complementariedade europeia.

A premência dos problemas obriga a soluções rápidas e urgentes para dar eficácia, ao sistema produtivo, para permitir o investimento, sem o que não haverá nem reorganização, nem fomento da produção, nem sequer auto-suficiência satisfatória no mercado interno. O que teremos de garantir, porém, é que não é qualquer eficácia nem qualquer sistema produtivo o que estamos modelando, mas que as medidas que se tomam decorrem de um projecto político da nossa sociedade futura inserida na Europa e que, portanto, as políticas económicas, financeiras, de trabalho, e mesmo as inflexões no quadro político e social que se revelam indispensáveis a ele se têm de submeter.

É neste contexto também que o pacto social tem sentido e fica perspectivado, não apenas como estabilizador de tensões e concerto de interesses temporários, mas incentivador de uma dinâmica num percurso aceite. A política de rendimentos e preços a negociar com os diferentes parceiros sociais insere-se então como elemento estruturante do modelo de crescimento. O que haverá que negociar não será apenas a contenção, tanto quanto possível, do aumento dos preços e a fixação do nível dos salários para garantir um nível de vida, mas também a viabilidade das uni-

dades económicas de acordo com planos de investimento, o aumento de emprego é a melhor redistribuição dos rendimentos sectorial e regionalmente.

Só a consideração simultânea destas ópticas permitirá caminharmos na concertação dos interesses de todas as partes interessadas: O Governo, as organizações dos trabalhadores e as entidades patronais.

Só agora, e não antes, definidos os objectivos macroeconómicos a prosseguir depois de repor a verdade dos preços face à situação financeira e às perspectivas de produção interna e tomadas as medidas decisivas para o reequilíbrio da balança de pagamentos, medidas largamente aceites por esta Assembleia, estão criadas as condições da concertação social que se reclama, propiciando assim a criação de um clima cooperativo e obstante a lutas intestinas daqueles que devem assumir um papel de verdadeiros parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chegámos a uma situação que, do ponto de vista económico, não é decerto das mais tranquilizantes. Percorremos já um longo caminho político, onde sucessivamente se foram ultrapassando escolhos que tornaram vulnerável a democracia. Mas a experiência permitiu esclarecer caminhos, avaliar os homens, criar espaços de entendimento.

Resta-nos prosseguir com firmeza.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para além do Sr. Deputado Sousa Marques, mais alguém deseja inscrever-se para pedidos de esclarecimento?

Pausa.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Quero pôr-lhe apenas uma breve questão, Sr.^a Deputada.

Fez uma afirmação com a qual poderei eventualmente estar de acordo, a de que os sacrifícios que se pedem são pedidos a determinados estratos da população. Isto significa que não são a todos. Em que medida são sacrificados aqueles que continuam a ter possibilidade de comprar artigos de luxo para além dos artigos essenciais e ainda podem aforrar, já que são claramente pedidos pesados sacrifícios às classes trabalhadoras mais desfavorecidas, aos desempregados, aos reformados e outros?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio para responder, se assim o desejar.

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Deputado: Essa sua afirmação não é correcta e admirei-me até que, depois das explicações e da análise que foi feita de todas as medidas, ainda me ponha essa questão.

O Sr. Deputado sabe que a cada grupo social deste país vão ser pedidos sacrifícios, a cada um dentro da sua escala. Mas se aos trabalhadores vão ser pedidos sacrifícios, nomeadamente no aumento da produtividade e numa contenção de salários, sacrifícios também, nada pequenos, vão ser pedidos a todas as outras classes. Novos impostos, a limitação e o aumento do custo de vida, a limitação de determinados produtos

a que estavam habituados, nomeadamente a contingência de determinados produtos, e o aumento dos impostos já existentes, tudo isso são pesados encargos que lhes vão ser pedidos. A cada um, pois, a sua quota-parte de participação na construção de uma nova sociedade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio Interno.

O Sr. Secretário de Estado do Comércio Interno (Escaja Gonçalves): — Começo por responder a uma questão que foi posta ontem pelo Sr. Deputado Faria de Almeida, do CDS, relativamente ao critério seguido pelo Ministério da Agricultura e Pescas quanto à importação da batata de semente.

Esclareço o Sr. Deputado que a responsabilidade da importação da batata de semente depende da Secretaria de Estado do Comércio Interno, da Junta Nacional das Frutas. O critério foi o de uma liberalização na importação da batata de semente, para atender à procura dos produtores relativamente à campanha deste ano. Refere o Sr. Deputado que, através de notícias vindas na imprensa, essa batata, que teve uma elevação de preço bastante acentuada em relação à campanha anterior, terá sido vendida como batata de consumo a preços mais baixos. Posso esclarecer o Sr. Deputado que acontece, como certamente é do seu conhecimento, que a batata é um produto perecível. As encomendas foram feitas em Novembro, no sentido de no arranque da campanha ela estar à disposição dos agricultores. No entanto, são inúmeras as variedades de batata que são importadas e acontece que, devido às chuvas verificadas, atrasaram-se as plantações. Por isso, num caso ou outro, e daí a referência feita nos jornais, talvez alguma dessa batata não tenha sido escoada em tempo suficiente e alguns dos comerciantes, na iminência de essa batata se estragar, a tenham vendido como batata de consumo, o que não é de estranhar, a fim de evitar um prejuízo maior.

Julgo que terei esclarecido o Sr. Deputado sobre a questão que me pôs.

Aproveitava esta oportunidade para fazer uma referência a certas considerações que têm sido feitas aqui quanto ao novo regime de controlo de preços. Tem-se falado insistentemente que este regime é um regime de liberalização de preços. Evidentemente que não é um regime de liberalização de preços. Houve, sim, uma alteração nos procedimentos mais burocráticos, chamemos-lhe assim, do controlo de preços. Deixou de existir um regime de preços controlados, passando o controlo a concentrar-se mais no regime de preços declarados.

O objectivo é evidente. Aliás, o regime seguido anteriormente foi e tem sido várias vezes criticado pela asfixia, pelas complicações que causaria na vida das empresas um processo que, por vezes, era demorado e não permitia compatibilizarem-se os preços de venda com as evoluções nos custos. Este regime, que continua vigente, não perde os efeitos de controlo sobre os preços, uma vez que o regime de preços declarados permite em qualquer altura que o Governo, através da Secretaria de Estado do Comércio Interno, refute os preços que as empresas praticam. Por outro lado, continua o regime de preços máximos, o regime dos preços declarados e o regime de produtos que estão na

lista anexa ao Decreto-Lei n.º 329-A/74. Aliás, essa lista anexa está a ser revista em colaboração com os outros Ministérios de tutela, especialmente os Ministérios da Indústria e Tecnologia e da Agricultura e Pescas, e a todo o momento, quer através do regime de preços máximos quer através da inscrição de produtos nessa lista anexa, o Governo tem possibilidade de controlar devidamente os preços e não deixar efectuar alterações sem seu prévio consentimento. Julgo que a evolução dos custos nestes últimos tempos é de tal modo acentuada que uma burocracia, isto é um tempo bastante demorado no controlo dos preços, ocasionaria dificuldades à vida das empresas. Por outro lado, e isso vem sendo feito desde há algum tempo a esta parte, a Secretaria de Estado, através dos seus vários serviços, tem tido contactos com as associações no sentido de se estabelecerem as regras que possibilitem um processo rápido e correcto de agravamento dos preços face ao agravamento dos custos.

Pelo Sr. Deputado Sousa Franco foi referida esta manhã a possibilidade de revisão do «cabaz de compras». Entendemos que neste «cabaz de compras», tal como ele é constituído, fruto de uma intensa meditação, chamemos-lhe assim, procurou-se incluir todos aqueles produtos cujo abastecimento se garante, com uma aplicação correcta do sistema de subsídios, quando seja necessário. Evidentemente que entendemos que ele, embora por vezes possa parecer reduzido, pelo menos não é demagógico. Em vez de fazermos um «cabaz» mais completo, cuja garantia, na prática, não poderíamos dar, entendeu-se ser mais sério a constituição do «cabaz» tal como foi apresentado. No entanto, também quero referir ao Sr. Deputado que pelo facto de certos produtos não estarem no «cabaz» — e o Sr. Deputado referiu produtos de higiene e limpeza que afinal têm uma pequena incidência nas despesas familiares — nem por isso deixam de estar devidamente controlados e vigiados. Portanto qualquer alteração no preço desses produtos não é feita sem prévia concordância do Governo.

Falou também o Sr. Deputado Sousa Franco sobre o problema dos legumes e das frutas. É um problema que entendemos que é difícil no momento actual, pois que a produção se encontra dispersa por milhares de produtores, e não é com o tabelamento de preços ou a fixação de preços que se resolve, porque na realidade isso não poderia ser controlado. Entendemos que o processo será uma intervenção nos circuitos, será uma motivação da associação dos produtores nesse tipo de produtos, será proporcionar nos circuitos de distribuição, especialmente a nível de produção, na distribuição grossista uma melhor aproximação entre o mercado produtor e o mercado consumidor. E é nesse sentido que está neste momento empenhada a Secretaria de Estado, olhando para os mercados abastecedores.

Em breve irá ser inaugurada a primeira fase do mercado abastecedor do Porto, estando já aprovados os projectos para a segunda fase. Em relação à cidade de Lisboa está-se a projectar o futuro mercado abastecedor, que não irá abranger apenas Lisboa mas toda a zona limítrofe, como Loures, Sintra, Cascais, e enquanto esse mercado, que levará cerca de dois ou três anos a concretizar, não estiver concluído, irá também rever-se toda a problemática dos mercados abastece-

dores, no sentido de sanear o procedimento que não tem sido mais curial nestes últimos tempos, visto que há uma série de intermediários — é um facto — que oneram os preços dos produtos.

Além disto, a própria Junta Nacional das Frutas, a nível da produção, está neste momento já em fase de construção de estações hortícolas em Barcelos, na Moita e no Carregado, no sentido de elas serem um motivador da concentração desses produtos, e de uma maior transparência nos circuitos de distribuição desses produtos, especialmente nos grandes centros consumidores, que é onde temos verificado que acontecem bastantes empolamentos desses preços.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Secretário de Estado do Comércio Interno: Eu queria, em primeiro lugar, dizer-lhe que tive em conta, nas perguntas que fiz esta manhã, por um lado, não ser demagógico acerca do «cabaz de compras», por outro a necessária limitação financeira que uma medida deste género, com a garantia de manutenção de preço, impõe por outro a correspondência do seu conteúdo ao orçamento do consumidor e também às necessidades não quantificadas de dieta familiar, por outro ainda a existência de outras formas que não a do controlo do «cabaz de compras», ainda que formas menos garantidas, menos seguras para o consumidor.

Em todo o caso não deixo de chamar a atenção para um facto, sem pretender com isto vir defender o regime do Decreto-Lei n.º 329-A/74 e muito menos a aplicação que durante muito tempo dele se fez. Foi apontado, e com razão, que a burocracia não é processo de controlo de preços. Na realidade não é processo de controlo de nada. Simplesmente, a redução da extensão de produtos controlados *a priori* e a confiança excessiva no controlo *a posteriori* não virão ficar também defraudadas por essa mesma paralisação da burocracia?

Por outro lado, a possibilidade de libertação, se não quisermos falar de liberalização, de preços de produtos, como embalagens ou certos materiais de construção, não poderá ser apenas oneração dos orçamentos familiares ou dos consumidores, mas muito principalmente, ou igualmente, mais um dos estrangulamentos ao processo de relançamento de actividades económicas fundamentais numa perspectiva de exportação e de emprego — menciono de novo as embalagens e certos materiais de construção.

Por tudo isto me parece que o regime de preços é amplamente provisório. Gostaria, pois, de repetir a pergunta que fiz, sobre se o Governo encara ou não para o futuro outros processos, como por exemplo a fixação de faixas de tolerância limitada, compatíveis com a taxa de inflação ou com a fixação contratual, por acordo, de preços de maneira diferente daquela que se pratica actualmente, ainda que haja necessidade de montar a máquina que permita praticar um sistema desse tipo, e, por outro lado, se não encara uma intervenção mais concertada e mais activa das entidades representativas de consumidores e produtores, sob a arbitragem do Governo, não apenas na fixação do «cabaz de compras», mas ainda em outros aspectos fundamentais da política de preços. Não creio

que a posição dos agentes económicos possa ser medida apenas pelo estudo dos seus interesses, em abstracto, no gabinete, mas tem de ser muito principalmente definida pela posição que os representantes desses agentes económicos tomem. E sem haver uma política de preços não poderá haver uma política concertada de rendimentos ou de preços e salários.

Uma outra questão que se prende de algum modo com esta tem que ver com aspectos fundamentais da nossa política comercial e também com aspectos fundamentais da nossa política de transportes. Não é uma pergunta que se dirija especificamente ao Sr. Secretário de Estado, mas, explicitando um pouco a intervenção inicial, dirigir-se-á ao Governo, para que o Governo no seu conjunto responda, se bem o entender. O conteúdo do Decreto-Lei n.º 75-U/77 que aparece neste conjunto de medidas, e que em si pode ser muito contestado, não será de algum modo contraditório com alguns dos objectivos de relançamento que se pretendeu apontar como justificação para as medidas de austeridade? Por um lado, artificialmente se favorecem algumas empresas produtoras nacionais, por outro, criam-se condições de redução de competitividade e de eventuais estrangulamentos ao transporte de produtos para o exterior. Ainda, por outro lado, pode criar-se uma situação de desemprego e de deficiente racionalidade em muitas das operações que envolvem transporte marítimo no nosso país.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Secretário de Estado: Já pela intervenção do Sr. Ministro António Barreto nos apercebemos de que o Governo está a mostrar muito pouco entusiasmo com a ideia do «cabaz de compras». O Sr. Ministro António Barreto disse mesmo que o Governo estaria a pensar em encontrar outra solução.

Eu queria saber se o Governo já tem alguma ideia sobre qual será essa outra solução e, concretamente, se essa outra solução não será a de senhas de racionalização em que os preços poderão subir livremente, mas que em relação a algumas camadas de trabalhadores seriam distribuídas, passando assim Portugal a assistir àquele espectáculo, já conhecido de outros tempos, de longas bichas às portas dos armazéns que até, na maioria dos casos, já nada tinham.

O Sr. Presidente: — Não há mais pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio Interno, para responder.

O Sr. Secretário de Estado do Comércio Interno: — Respondo ao Sr. Deputado Sousa Franco. Como já foi referido, o sistema de preços que agora foi corrigido, e que é uma resultante do sistema que vinha do anterior regime, consideramo-lo um sistema provisório, uma vez que está em estudo e em vias de elaboração um código de preços. Daí que realmente todo um trabalho de profundidade está a ser feito no sentido de arranjar as regras de convivência, chamemos-lhe assim, entre as empresas e o Governo, no sentido de controlar os preços, controlar os processos de custo, as imputações dos vários elementos de custo. Aliás, recentemente já foi aprovado um plano de normaliza-

ção contabilística que muito virá facilitar este trabalho. Certamente que o Sr. Deputado Sousa Franco sabe que muitas das empresas ou têm uma contabilidade ineficiente ou ela é feita das mais diversas formas, o que portanto não permite um tratamento uniforme em todas as empresas.

Respondendo ao Sr. Deputado Acácio Barreiros, posso dizer que esta ideia que ontem foi expressa pelo Sr. Ministro António Barreto — e talvez implicitamente eu também lhe tenha dado essa ideia — resulta de uma reflexão quando foi feito esse trabalho do «cabaz de compras». Essa reflexão resulta no seguinte: o Governo vai gastar 9 milhões de contos para subsidiar um conjunto de produtos. Quando se gasta dinheiro devemos pensar, julgo eu, na melhor utilidade a dar a esse dinheiro. E, contemplando uniformemente uma série de produtos que são consumidos por todas as classes de rendimento deste país, pôs-se exactamente o problema de saber se realmente estaremos a ser suficientemente justos quando pretendemos ao fim e ao cabo com o «cabaz» — e a ideia do «cabaz» transcende vamos lá, a farinha, o pão e outros produtos que nela estão incluídos — defender determinado tipo de classes cujos rendimentos são mais fracos e que já foram aqui referidos várias vezes. Daí que tenha surgido essa reflexão que nós iremos agora trabalhar na maneira de concretizar, na maneira de objectivar, porque muitos dos sistemas que nos aparecem e de que nós temos conhecimento que tenham sido ou possam vir a ser praticados são por vezes extremamente burocráticos. A nossa ideia é realmente, durante estes meses que se aproximam, procurar um sistema expedito, não muito burocrático, que permita que por cada conto de réis gasto em subsídios se obtenha uma melhor justiça social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para um intervenção.

Pausa.

Peço-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas o Sr. Ministro Jorge Campinos pede a palavra.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Presidente: Se me dá licença, creio que houve uma pergunta que foi formulada ao Sr. Ministro dos Transportes, pelo que, se o Sr. Presidente estivesse de acordo, o Governo gostaria de responder ao Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Acácio Barreiros não tem nada a opor?

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Com certeza que não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar): — Eu peço desculpa de fazer adiar por alguns segundos a intervenção do Sr. Deputado Acácio Barreiros, mas não queria deixar de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Sousa Franco, que se referiu a um diploma, em matéria de transportes marítimos, que está incluído neste conjunto de medidas.

O Decreto-Lei n.º 75-U/77 tem como objectivo fundamental contribuir para a protecção da nossa balança de pagamentos, através da protecção da nossa balança de fretes. Como o Sr. Deputado certamente sabe, nós não conseguimos atingir, e estamos muito longe disso, a regra de repartição de tráfego recomendada pela UNCTAD: 40, 40, 20 — 40 para o importador, 40 para o exportador e 20 para a terceira bandeira. Ora acontece que nas condições actuais de mercado, devido à baixa de fretes e à existência de muitos equipamentos subaproveitados, nós entendemos que podemos recorrer ao mercado internacional fretando navios e assegurando determinados tráfegos que são essenciais para a nossa economia a preços baixos de mercado.

A nossa frota, que estava virada para o tráfego com as colónias, não é apta para o transporte de cereais, não é apta para o transporte de minérios nem de carvão, que são matérias-primas essenciais para a nossa economia e em que nós estávamos a pagar a bandeiras estrangeiras fretes muito altos.

Nós entendemos que com este diploma, e sem atingir regras de reciprocidade, e sem atingir porque estão expressamente ressalvados acordos e convenções internacionais, podemos trazer para a bandeira portuguesa tráfegos que são tráfegos de importação e de abastecimento do País. Por outro lado, o nosso comércio externo tinha a má tradição, a tradição preguiçosa de vender FOB e comprar CIF. Creio que com esta medida começaremos a inverter esta tendência maisa do nosso comércio externo e isto constituirá um incentivo não só para o nosso comércio externo como para o nosso armamento. Creio que não se protegem empresas, visto que se fala de armamento nacional, armamento da bandeira portuguesa, e que será uma obrigação para esse armamento competir no mercado internacional. As normas que nós introduzimos são bastante mais moderadas que normas vigentes e nalguns países como o Brasil, são muito próximas das normas vigentes em França, que é um país do Mercado Comum e da OCDE, que tem uma lei, sobre esta matéria, de 1935 e que ainda está em vigor. E pelas notícias que tenho, países muito liberais, como os Estados Unidos, estão a pensar lançar medidas semelhantes para fazer face a uma concorrência muito agressiva, que vinda de vários quadrantes se situa no mercado internacional da marinha mercante.

É este o sentido do diploma, o qual será aplicado de maneira selectiva e dirigido especialmente ao abastecimento de produtos essenciais e visará sempre a defesa da nossa balança de fretes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, Povo Trabalhador de Portugal: Foi com justificada expectativa que o povo português aguardou este debate, esperando uma mais correcta definição das alternativas políticas, e um esclarecimento sobre as raízes das profundas dificuldades que enfrenta.

Para nós uma interpelação deve ser uma atitude de oposição. Mas curiosamente, o PSD, que há alguns dias atrás levantou com alguma agressividade

a interpelação, veio aqui trazer um debate morno e descolorido. Compreende-se. Neste prazo de tempo, o PSD conseguiu um acordo com o Governo sobre a delimitação do sector público e do sector privado, que foi mais um passo em frente do grande capital. Conseguiu ainda a impropriamente chamada cimeira das ilhas, onde foi antidemocraticamente excluído o grupo parlamentar da UDP na Madeira. Tantas vitórias em tão pouco tempo, e o que mais adiante se verá, é para nós a razão da mudança de atitude do PSD.

Mas outro resultado da máxima importância neste debate é a atitude do CDS. Há oito meses atrás (apenas há oito meses), a UDP manifestava profundas preocupações em relação à política do Governo do Dr. Mário Soares. Também nesse tempo, o CDS manifestava muitas preocupações. E apenas oito meses depois, eis que o CDS não só diz já não ter quaisquer preocupações, como aplaude com entusiasmo a política do Governo, enquanto a UDP firma a sua posição de oposição.

O Dr. Freitas do Amaral chamou a estas medidas do Governo o 25 de Novembro da Economia.

O Sr. Narana Coissoró: — Não foi ele não!

O Orador: — Assim disse uma verdade. E os trabalhadores podem ver mais claramente a posição da UDP face ao 25 de Novembro, classificando-o de golpe contrário aos interesses da democracia e dos trabalhadores.

Aqueles trabalhadores, sobretudo os socialistas, que acharam injusto que a UDP tivesse declarado no debate do Programa do Governo que a política do Governo do Dr. Mário Soares era cada vez mais a política do CDS, devem tirar com coragem as conclusões que os factos impõem. A UDP mantém o que já em Agosto disse: não há nenhuma porta à direita que nos conduza ao socialismo. O socialismo só virá levando com firmeza adiante o 25 de Abril nas mãos do povo, numa oposição frontal ao imperialismo e combatendo com firmeza o fascismo. Não há outro caminho.

É numa clara atitude anti-imperialista que a UDP denuncia a política de ingerência cada vez mais descarada do imperialismo na nossa pátria, de que as recentes medidas governamentais são apenas uma amostra do que ainda nos vai querer impor para recuperar a posição dominante e preponderante que tinha antes do 25 de Abril.

É numa clara atitude antifascista que a UDP denuncia estas medidas governamentais, que a não nos opormos decididamente a elas veremos espezinhadas as próprias liberdades do 25 de Abril.

As recentes medidas governamentais vieram ainda mais, e uma vez mais, agravar a aflitiva situação do povo português, e o panorama que se nos apresenta pela frente é catastrófico, se o povo não puser um travão à política que nos conduz, cada vez mais, à fome, e à miséria, à entrega da nossa pátria ao estrangeiro, ao regresso ao passado.

A desvalorização, como medida principal, trouxe graves e imprevisíveis consequências para as massas populares, que se revelam de imediato no aumento do custo de vida e na diminuição do poder de compra. Este é, aliás, o fito principal do imperialismo, que não quer ficar só por aqui. Vai querer mais cedências, sobretudo no sentido de dispor de uma

mão-de-obra barata, ameaçada pelo desemprego, pela insegurança social e económica, para poder investir em segurança, certo de que agora, sim, o tempo das vacas gordas voltou, e que o 25 de Abril não foi senão um acidente de percurso, do qual irá tirar lucros com juros elevados.

As medidas tomadas pelo Governo pretendem entre outras coisas, dizem os governantes, combater a grave situação da balança comercial e de pagamentos. Dizem-nos com os argumentos totalmente opostos àqueles que, há algum tempo atrás, utilizavam para combater tal medida. Tais argumentos tinham força e eram até lógicos, contrastando com os actualmente utilizados para defender estas medidas (e aqui referimo-nos em particular à desvalorização), que não podem ser nem lógicos nem ter qualquer força.

Uma das condições impostas pelo imperialismo e pelos grandes capitalistas para sair da presente grave crise económica, à custa dos trabalhadores, é fazer aumentar os preços (e implicitamente o custo de vida), muito mais que os salários, fazendo assim baixar o poder de compra. Não é por acaso que sai o Decreto n.º 49-A/77, que limita os aumentos salariais a 15% para 1977, enquanto o custo de vida subiu 27% em 1976, e, só no mês de Janeiro passado, 11%. Outras medidas apresentadas com outras finalidades visam o mesmo. Assim, o aumento das sobretaxas sobre as importações pouco ou nada resolve, e acaba por funcionar como um imposto indireto sobre certos produtos. Eles continuar-se-ão a importar, pois, em muitos casos, as camadas sociais que os adquiriam continuarão a fazê-lo, mesmo mais caros.

A desvalorização do escudo foi a medida mais importante tomada após o 25 de Abril, no sentido de resolver os graves problemas da balança de pagamentos, mas tal medida nada resolvendo. A desvalorização foi nitidamente imposta pelos imperialistas, foi um prémio aos monopolistas portugueses que levaram o seu dinheiro para o estrangeiro, transformando em dólares, marcos, francos, etc., para os especuladores que compram dinheiro estrangeiro aos emigrantes, para os capitalistas estrangeiros que, na base da desvalorização, estavam a exigir aos portugueses o pagamento imediato do que importavam e a retardar enormemente o pagamento das nossas exportações. Já há longos meses eles o vinham sugerindo, chegando ao cúmulo de virem a Portugal apontá-lo claramente na Conferência sobre a Economia Portuguesa, há tempos realizada na Gulbenkian. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial há muito vinham a pôr condições para continuarem a emprestar os seus milhões de dólares. É na sequência destas pressões que o Governo desvaloriza o escudo. Esta medida, como já apontámos, traz graves consequências para o nosso povo, e interessa sobretudo à grande burguesia exportadora, dependente do imperialismo (dos sectores têxtil, celulares, electrónicos, etc.), que já há algum tempo, exprimindo-se através do CDS, PSD, da CIP e do *Jornal Novo*, vinha exigindo, em conjugação com o imperialismo, a desvalorização. Esta medida não resolvendo nem ajudará a resolver a situação crítica dos trabalhadores.

Uma das consequências imediatas da desvalorização é o agravamento dos preços das importações. E isto é tanto mais grave quanto a maioria dos pro-

dutos importados são bens essenciais. A título de exemplo, em 1975 os produtos agrícolas representaram 23% do total das importações; se se mantivessem essas mesmas quantidades daquele ano, esses produtos custariam mais 4 milhões de contos, mas, atendendo ao mau ano agrícola, estes números serão muito mais dramáticos, e as consequências serão ainda mais graves no que respeita ao aumento do custo de vida.

Dizem os governantes que, com a desvalorização, as nossas exportações ficarão mais baratas e que, consequentemente, exportaremos mais. Que significa isso num país que há longos meses os produtos se vendem para o estrangeiro a preços escandalosamente baixos, devido às dificuldades de escoamento, dada a forte concorrência de grandes multinacionais.

Por outro lado, a falsidade da argumentação governamental é clara: parte importante do sector de exportação está na completa dependência do estrangeiro, no que respeita quer ao abastecimento de energia quer ao abastecimento de matérias-primas e intermediárias (caso dos têxteis) quer ainda no fornecimento de bens de equipamento (máquinas e aparelhos), uma vez que tudo isso aumenta de preços, segundo a própria lógica capitalista, isso leva à necessidade de aumentos de preços dos bens de exportação assim produzidos. Por outro lado, os justos aumentos de salários para que os trabalhadores possam fazer face ao aumento do custo de vida anularão, em grande parte, as vantagens apontadas pelo Governo. É claro que há a acrescentar aqui que o que precisamente o PSD e o CDS exigem é que esse aumento de salários se não faça para que sejam os capitalistas a engordar com a desvalorização.

Quanto ao aumento das remessas dos emigrantes, que o Governo diz que se seguirá à desvalorização, isto é ilusório e falso, que lhes interessa aos trabalhadores emigrantes, receber mais 15% em escudos pelos mesmos francos, dólares ou marcos, se só no mês de Janeiro o custo de vida no seu país aumentou 11%, prometendo chegar aos 30% ou 40% durante todo o ano? Além disso, as remessas vão entrar em maior quantidade, mas sobretudo para fazer face ao aumento do custo de vida, que atinge as suas famílias, e não para aplicação em investimentos. Daqui se conclui que esta medida não só não beneficia o emigrante como ainda o prejudica. É ainda prejudicado o emigrante que quer construir cá a sua casa, pois os preços dos materiais de construção têm vindo a aumentar consideravelmente e adivinhando-se novos aumentos. Quem beneficia, sim, e reafirmamo-lo, são os grandes capitalistas que têm grandes depósitos no estrangeiro, contrastando com os pequenos depósitos dos emigrantes, que vêm assim, de um momento para o outro, grandemente premiadas as suas sabotagens económicas, e com maior poder para pressionar o Governo do Dr. Mário Soares, que lhes atribuiu tal prémio.

O raciocínio é semelhante quanto às receitas que vão advir do turismo. Que vale ao turista ter mais 15% de escudos, se de um ano para o outro os preços aumentaram 30% ou 40%? Além disso, os bens alimentares que serão necessários importar para responder às necessidades dos turistas ou à escassez dos mesmos farão aumentar ainda mais o custo de vida, o que, além de ser um motivo para afastar à partida

os turistas, vem agravar ainda mais a grave situação económica do nosso povo.

As relações económicas externas e, em particular, o comércio externo devem ser encaradas como complemento das actividades produtivas internas. É internamente que se deve procurar a resolução da crise. Não é escancarando ainda mais as portas ao exterior, desenvolvendo sectores económicos que vão ficar dependentes de mercados externos ou outros que não tenham em conta aquilo que o povo precisa para viver ou que a economia necessita para desenvolver as suas capacidades produtivas, que se pode falar de política de independência nacional. Procurando a saída da crise na integração ainda mais completa num conjunto de países capitalistas desenvolvidos é reforçar os elos de dependência, é aumentar o peso do que se passa lá fora cá dentro, é termos crises quando lá fora há crise, é vender ao desbarato quando é difícil escoar, é comprar caro o que cá dentro se podia produzir. É o completo enquadramento do nosso país na divisão internacional do trabalho que nos faz ser um elo num cadeado e, como tal, completamente dependente de todos os outros elos, elos que são nada mais que países onde vigoram regimes dominados pelos interesses monopolistas em que americanos e alemães têm papel crescente.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A nós não nos restam dúvidas de que o pano de fundo das recentes medidas do Governo é a submissão às exigências dos imperialismos americano e europeu, é um primeiro passo da política de entrada para o Mercado Comum. O povo diz, com razão, que as viagens à Europa do Dr. Mário Soares não têm trazido nada de bom ao nosso país e seguramente é com apreensão que encaramos a próxima visita do Sr. Primeiro-Ministro aos Estados Unidos.

A entrada no Mercado Comum é um passo decisivo e de consequências muito graves. O PS defendeu que o simples passo de participação num congresso sindical deveria ser precedido de um referendo nos sindicatos. Por maioria de razão, um passo da importância da entrada no Mercado Comum, que marcará profundamente o futuro de Portugal, não poderá ser dado sem uma ampla consulta da vontade popular. Ninguém com justiça poderá dizer que quer na votação para a Assembleia da República quer nas posteriores eleições, o povo português se tenha pronunciado em consciência se «sim» ou «não» ao Mercado Comum, pois essa entrada nunca foi posta como questão central nessas eleições. A UDP entende que não é democrático e é mesmo um desrespeito pela vontade popular que não seja dada ao povo a possibilidade de se pronunciar nesta questão bem precisa. Por um «sim» ou «não» ao Mercado Comum.

Outros países da Europa com constituições muito menos democráticas que a nossa só deram esse passo depois de consultarem os povos dos seus países. E na Noruega, apesar de o Governo estar de acordo com a adesão da Noruega ao Mercado Comum, o povo norueguês votou contra essa adesão e ela não foi feita.

A UDP entende que deve ser aberto um amplo debate nacional sobre a adesão ao Mercado Comum, em que seja permitida às várias forças políticas, aos sindicatos e às associações de agricultores e patronais expressarem as suas posições e que seja feito

um referendo para que o povo, pesando bem os prós e os contras, possa decidir em consciência por um «sim» ou «não» ao Mercado Comum. Só assim será verdadeiramente respeitada a vontade popular.

Tem-se dito aqui que é necessário mentalizar o povo para a necessidade de fazer mais sacrifícios. Mas a vida da esmagadora maioria dos trabalhadores foi sempre um vida de sacrifícios. Mesmo assim o povo não recusa os sacrifícios desde que eles sejam para construir um futuro melhor, e não para que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres sejam empurrados para a maior miséria. O que se pode ouvir da maioria das donas de casa é dizerem — «ainda se isto fosse para bem dos nossos filhos ainda ia, mas assim não pode ser».

Quando a televisão, parafraseando o Sr. Primeiro-Ministro, diz — «Não gastes dinheiro naquilo que não necessitas» —, o que qualquer mulher trabalhadora pode responder amargamente é que o problema está em ela não ter dinheiro para as despesas que são mesmo necessárias.

O que as mulheres deste país, o que os trabalhadores deste país têm de levantar com firmeza é a exigência: «Os ricos que paguem a crise, porque o povo pobre já não tem mais dinheiro».

Criou-se o «cabaz de compras», mas os produtos do «cabaz» são bem poucos e os seus preços tiveram uma subida escandalosa. Um «cabaz de compras» completo a preços justos seria seguramente sustentado com firmeza, antes de mais, pelas próprias donas de casa, que saberiam organizar-se em comissões de vigilância de preços. Mas como pedir às donas de casa que defendam preços tão escandalosos?

Aqui deixamos um apelo às mulheres de Portugal para que façam ouvir a sua voz na unidade e na luta exigindo: — uma lei que regule e baixe imediatamente os preços dos géneros de primeira necessidade, principalmente a carne, os ovos, o leite e o peixe; uma lei que regule as rendas de casa, que acabe com a especulação, que estabeleça a declaração obrigatória de todas as casas vagas e que pare com os despejos; medidas firmes para garantir os postos de trabalho existentes e combater o desemprego; leis que defendam os que vivem e trabalham no campo e no mar e garantindo-lhes os mesmos direitos dos outros trabalhadores.

Ao mesmo tempo que os preços sobem vertiginosamente, os contratos colectivos estão congelados ou arrastam-se em morosas negociações ante a passividade do Governo.

O amplo movimento reivindicativo que se levanta por todo o lado é um movimento justo, porque os trabalhadores estão a ver os aumentos de salários que conseguiram a serem esmagados pelos escandalosos aumentos de preços, enquanto os grandes capitalistas e os imperialistas arrecadam chorudos lucros, estão a ser pagas indemnizações ao capital estrangeiro, aos monopolistas e latifundiários, e os grandes intermediários estão cada vez mais ricos.

O povo do campo é também fortemente atingido pelas medidas do Governo. O aumento de preços de combustíveis, rações e máquinas tornam impossível manter os preços actuais de compra dos produtos agrícolas. Mas, ao mesmo tempo que os camponeiros devem exigir aumentos de preços que sejam justos, devem também exigir que seja garantido o escoamento dos produtos e se tomem medidas sérias

para acabar com os intermediários parasitas que têm engordado à custa de pagarem preços de miséria ao produtor e venderem os produtos agrícolas a preços escandalosos nas cidades.

Os agricultores rendeiros devem continuar a defender com intransigência a lei do arrendamento rural e a exigir o seu cumprimento, enquanto se tem de acabar de vez com o regime da colonia.

Os heróicos trabalhadores alentejanos nas suas cooperativas ou unidades colectivas de produção, nas suas ligas de pequenos e médios agricultores, devem continuar a defender um Alentejo ao serviço de quem trabalha.

O mau ano agrícola, além de outras dificuldades, vai levar os reaccionários a caluniarem a Reforma Agrária. Mas os trabalhadores não se deixarão enganar. Precisamente, a gravidade da situação actual exige um rápido impulso na expropriação das terras que ainda estão por expropriar na zona da Reforma Agrária, bem como o apoio às culturas da Primavera e uma política de crédito justa estendida a todo o País.

Aos homens do mar compete sobretudo lutar para que seja possível trazer para o nosso país a riqueza das 200 milhas para que foram alargadas as nossas águas, exigindo o efectivo apoio à indústria pesqueira e à vida dos pescadores, exigindo uma acção decisiva das forças armadas que escorrace os piratas estrangeiros que roubam constantemente o peixe dos nossos mares. É ainda necessário exigir condições de segurança na pesca, nomeadamente na construção de portos de abrigo, que permitam aos homens ir ao mar sem que as suas famílias fiquem em sobressalto e por vezes de luto, como aconteceu recentemente em Tavira.

As recentes medidas do Governo vão em sentido contrário ao que atrás apontamos. O povo vai vendo assim as diferenças entre as promessas do PS nas eleições e a política actual do Governo. É tal a diferença entre o que se dizia nos tempos em que o PS não era governo e o que hoje se faz quando o PS está no Poder, que não podemos deixar de recordar aqui um quadra de António Aleixo, poeta popular algarvio:

Tu que tanto prometest
Enquanto nada podias
Hoje que podes esqueceste
Tudo quanto prometias

Risos.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Perante a gravidade da situação actual, o claro avanço do fascismo, do grande capital e do imperialismo, o povo deve continuar a levantar as suas bandeiras de luta. A política que vai fazendo os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, que liberta os pides e os bombistas, que deixa a nossa juventude na perspectiva do desemprego, não é seguramente a política do 25 de Abril.

A recente comemoração do 11 de Março e as próximas comemorações do 25 de Abril devem-nos fazer recordar que a defesa da liberdade e da independência tem o seu principal baluarte na luta e na unidade do povo trabalhador e antes de mais da classe operária.

É cada vez mais urgente encontrar um nó, um ponto de unidade, entre as mais amplas forças demo-

cráticas e patrióticas, que defenda a nossa independência, não vendendo Portugal nem a russos nem a americanos, que defenda as conquistas revolucionárias e, apoiada na firme unidade dos trabalhadores, permita ao povo português, aos operários, aos camponeses e pescadores, às mulheres deste país, aos pequenos e médios agricultores pôr de pé o Portugal livre, independente e feliz a que temos direito.

Para que o povo seja livre é preciso reprimir os fascistas, os ricos que paguem a crise.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Medina Correia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma breve análise da evolução das nossas relações económicas externas e de algumas variáveis macroeconómicas; da principal medida — a desvalorização — que foi apoiada pelo Governo para lhes fazer face e o saneamento económico e financeiro de empresas constituirão hoje os temas da minha intervenção.

Porque suponho serem os de mais vivo interesse neste momento.

Alguns males, em consequência da crise geral e global a que se chegou, vêm afligindo a vida dos portugueses.

Males temporários. Seguramente.

Mas cuja tendência, a curto prazo, não aponta no sentido do seu alívio.

Análise que, em todo o caso, e desta feita, apenas se destina a servir de enquadramento explicativo das medidas de 25 de Fevereiro, na parte em que mais directamente foram objecto de reflexão e de elaboração no âmbito do Ministério das Finanças.

Nalguns pontos a crise manifesta-se de modo acentuado: os défices da balança de pagamentos são progressivos; o consumo global é excessivo para as nossas possibilidades; o nível do investimento é excessivamente baixo para absorver a mão-de-obra desempregada; o desequilíbrio das contas públicas e das empresas é profundo.

Em tal situação não surpreende que encontremos inquietantes sinais de mal-estar social: o elevado desemprego, a inflação crescente, a desconfiança paralisante e, portanto, sérias apreensões quanto ao futuro próximo.

Temos dificuldades, imensas dificuldades.

Negá-lo seria cegueira ou má-fé.

Mas pensar que nos escasseiam potencialidades para ultrapassá-las seria subestimar a capacidade de um povo para, no presente, ser igual a si próprio nos piores momentos do seu passado.

Virados hoje mais expressivamente para a Europa, para retomar o destino suspenso no início do século de quatrocentos, temos um espaço e uma meta.

Sem esquecer que em vários continentes continua a pulsar o coração de portugueses; a falar-se a língua portuguesa; e a lutar-se por interesses que também são portugueses.

Sem esquecer ainda a intensificação de relações que desejamos com todos os povos amigos do Mundo.

A balança de pagamentos constitui, como sabemos, o problema mais sério com que nos defrontamos.

Quatro razões principais existem para que assim seja: o decréscimo vertiginoso das nossas disponibilidades em meios de pagamento sobre o exterior;

a crescente dificuldade para obter financiamentos externos; a enorme dependência do País, face ao estrangeiro, em bens essenciais; a tendência para o fraco desenvolvimento das exportações.

Os saldos negativos da balança de pagamentos têm crescido, de 16 milhões passaram a 26 e provavelmente a 30 milhões no ano passado.

De 1974 para 1975 o crescimento do défice foi de 63%; e de 1975 para 1976 houve uma desaceleração de 15%, ao contrário do que aqui foi ontem afirmado por um Sr. Deputado.

Houve, pois, nítida desaceleração, mas não chega. Em valor absoluto, as cifras são excessivas e a nossa capacidade actual de endividamento externo não pode alimentar um fluxo negativo daquela ordem.

A rubrica «Mercadorias» continua a apresentar um desequilíbrio excessivo e incomportável devido a um acentuado crescimento das importações: de 99 milhões de contos em 1975 passámos a 128 milhões em 1976, mais 28%.

Por outro lado, as exportações foram de apenas 49 milhões de contos em 1975, e 55 milhões em 1976. Um aumento de apenas 11%.

Porque as importações têm subido a ritmo acentuadamente maior do que as exportações, as taxas de cobertura das importações pelas exportações têm-se agravado de modo assaz preocupante: de cerca de 61% em 1973, baixou para 42,8% em 1976.

Quer dizer que as nossas exportações não chegam para pagar sequer metade do que importamos. O Turismo apresentou uma significativa melhoria em 1976, não se tendo, no entanto, atingido o nível de 1974, ano em que as receitas subiram a 13 milhões de contos e as despesas a 6 milhões e meio de contos, isto é, um saldo positivo de 6 milhões e meio de contos.

Deve salientar-se que os nossos gastos turísticos no estrangeiro são excessivamente altos para a realidade portuguesa de hoje: perto de 4 milhões e meio de contos em 1976.

Entendemos que se deve esperar uma maior compreensão e um maior esforço de todos na contenção — ou mesmo na redução — deste tipo de gastos.

Excessos no supérfluo podem vir a significar graves carências no essencial.

Quanto às transferências privadas, com evidência para as remessas dos emigrantes, há, em termos nominais, uma tendência para estabilização ao nível dos 27 a 29 milhões de contos, o que representa uma tendência regressiva em termos reais.

O ano de 1976 poderia ter sido francamente melhor, creio, se o País tivesse podido institucionalizar-se em moldes democráticos a uma cadência mais acelerada.

É o que parece revelar o facto de, até Junho de 1976, as remessas terem vindo sempre a baixar em relação a homólogo período de 1975. De Agosto em diante a recuperação foi notável.

Com efeito, houve uma queda de 10% no primeiro semestre de 1976, contra uma subida de 73% no segundo semestre do mesmo ano.

Na rubrica «Rendimentos de capitais», a evolução dos respectivos saldos mostra-nos que temos uma condição desfavorável, pois se passou de um saldo positivo de 3,3 milhões de contos em 1974 para um saldo negativo superior a 4 milhões de contos em 1976.

As receitas globais externas do País não têm podido acompanhar os respectivos gastos, com os consequentes reflexos nas nossas disponibilidades líquidas sobre o exterior.

Efectivamente, e considerando o valor oficial do ouro, aquelas disponibilidades representavam no fim de 1976 cerca de 15% apenas daquilo que possuímos em Dezembro de 1973.

A dívida externa portuguesa, por seu lado, apresentava, no fim de 1976, a seguinte posição aproximada:

Dívida do Estado — 8 milhões de contos
Dívida do Banco de Portugal — 37 milhões de contos.
Dívidas das empresas com aval do Estado — 9 milhões de contos
Dívidas das empresas sem aval do Estado — 39 milhões de contos
Num total, portanto, de cerca de 93 milhões de contos.

Há que observar o seguinte: estes valores não incluem cerca de 15 milhões de contos de dívida relativa a Cabo-Bassa, por se admitir que as receitas do empreendimento venham a cobrir os encargos em moeda estrangeira e, na estimativa apresentada, foram considerados os câmbios em vigor naquela data.

Se incluirmos Cabo-Bassa e tivermos em conta a recente desvalorização do escudo, poderemos dizer que a dívida externa total andará pelos 130 milhões de contos.

O endividamento público externo em 31 de Dezembro de 1976 (incluindo nele o Banco de Portugal e a dívida de Cabo-Bassa) corresponderia a cerca de 15% do produto interno bruto de 1976 e a cerca de 127% das exportações deste ano. Assim se vê o acentuado peso que esta dívida já representa.

Estamos melhor que certos países, como por exemplo Israel, estamos a um nível sensivelmente idêntico ao da Turquia e estamos em condições nitidamente piores do que a Espanha e do que a Grécia, por exemplo.

O panorama traçado, considerando o profundo e crescente desequilíbrio de trocas com o exterior, as dificuldades de obtenção de empréstimos externos e a nossa grande dependência em produtos alimentares, matérias-primas e equipamento, exige enorme atenção e aponta para a necessidade de uma inflexão rápida dos nossos hábitos de vida. Ou a operamos voluntariamente, ou os factos a impõem.

Neste sentido, pode e deve saudar-se o 25 de Fevereiro como uma importante e decisiva data no longo caminho da recuperação — que continuará exigente nos sacrifícios, no trabalho, na moderação das ambições económicas de cada um e na consciência das sérias dificuldades que nos esperam.

Porque a alternativa, embora clara, não é desejável: sermos vencidos pela crise.

O consumo total (privado e público) tem-se traduzido em valores excessivamente altos, da ordem dos noventa e tal por cento do nosso produto bruto. Em 1975, excedeu mesmo os 100%. Quer dizer, que se consumiu bastante mais do que se produziu.

Em contrapartida, as taxas de poupança têm-se

mostrado extremamente baixas; nos últimos três anos, respectivamente 15%, 5% e 7%.

A alta poupança negativa do sector público tem contribuído também, e decisivamente, para a queda alarmante da poupança nacional.

Através da execução do Orçamento de 1977 podemos esperar uma melhoria da situação.

A diminuição dos défices do sector público e a contenção ou diminuição, em termos reais, do consumo privado, tornam-se, pois, absolutamente essenciais.

No que toca ao nível dos investimentos não temos, nos últimos anos, atingido valores satisfatórios de execução. Os números assim o indicam: baixamos de 21% em 1974 para 10% em 1975 e para 13% em 1976.

Para 1977 prevê-se que consigamos atingir os 16 a 17%.

Todavia, há que ter em muito séria atenção dois relevantes aspectos:

Primeiro, a estagnação da iniciativa privada;

Segundo, o habitual baixo grau de execução dos investimentos previstos no Plano, aferidos em termos financeiros e não físicos: em 1974 apenas foram consumidos 69,5% das despesas orçamentadas, em 1975 um pouco mais de 82% e em 1976 talvez se não chegue aos 81%.

É essencial uma acentuada melhoria nestes pontos, uma vez que algumas medidas tendentes à contenção dos consumos, com efeitos depressivos, terão de ser compensadas pela alta do investimento.

O desequilíbrio financeiro das empresas é um facto notório.

Para ilustrar a deterioração financeira ocorrida em relação a inúmeras empresas, basta referir que o valor total dos protestos foi de: 700 000 contos apenas em 1973, 2 300 000 contos em 1974, 12 milhões de contos em 1975 e cerca de 5 200 000 contos em 1976, até ao mês de Outubro.

Estes números parecem altamente expressivos quanto à situação financeira deste sector.

Até Outubro de 1976 houve uma sensível melhoria, neste aspecto, relativamente a igual período de 1975, cerca de 57% menos de protestos. Esta a panorâmica da situação. Perante ela se entende o conjunto de medidas adoptadas. Mesmo as mais drásticas.

O escudo foi desvalorizado no passado dia 25 de Fevereiro.

É uma medida integrante do conjunto que o Governo entendeu por bem aceitar, propor ou adoptar.

Só como parte de um todo mais vasto e coerente ela poderia ser decidida.

Nesse contexto tem de ser e deve ser encarada.

Como bem se comprehende não é uma medida que se aceite de ânimo leve.

O Governo ponderou-a séria e demoradamente.

Com a moeda desvalorizada, será possível conseguir uma melhoria na competitividade dos nossos produtos nos mercados externos, cuja quebra se deveu não só ao aumento dos custos de produção, mas também ao incumprimento dos prazos de entrega e à deterioração da qualidade.

Deverá, pois, passar a existir por parte do exportador a preocupação de tirar o benefício total da desvalorização.

A melhoria no saneamento financeiro das empresas exportadoras e as perspectivas de recuperar a nossa quota no comércio internacional são factores de estímulo ao investimento e à produção.

Paralelamente, o aumento de preços dos bens importados, para além da redução no seu consumo, levará ao aparecimento e desenvolvimento de actividades de substituição de importações. Este é um factor importante de reanimação da economia e na criação de postos de trabalho. Assim o esperamos. Também se verificará, por via da desvalorização, um embaratecimento dos nossos serviços de turismo, pelo que será de esperar, não direi já na próxima época mas na outra, um maior afluxo de estrangeiros, desde que se não descure a prontidão e a qualidade dos serviços prestados.

O turismo dos nacionais no exterior é agora 15% mais dispendioso, pelo que é indispensável que se reduzam as despesas desta natureza.

Restabelecida a confiança e contrariada a forte especulação sobre o escudo, estão criadas condições que levarão os nossos emigrantes a enviar para Portugal o fruto do seu trabalho. Factor da maior importância para a atenuação do nosso gravoso défice externo. Cremos que a tendência esboçada no 2.º semestre de 1976 irá acentuar-se durante o ano de 1977.

O estímulo ao investimento estrangeiro tem também um papel a desempenhar numa economia tão carecida de investimentos como a nossa.

O combate à especulação e a relação mais favorável do factor trabalho face ao factor capital são também efeitos esperados da medida agora tomada.

Toda a gente reconhece que a desvalorização, para produzir efeitos, deve ser acompanhada de medidas complementares.

De entre essas avultam algumas já tomadas. A esta luz nos surgem: o Plano e o Orçamento aprovados para 1977 e que influenciam o nível global do consumo público; a flexibilidade do sistema de preços e a definição de uma política de investimentos que, sem pesar demasiado sobre a balança de pagamentos, melhore a nossa capacidade produtiva e combatá efectivamente o desemprego.

Foi pois perante esta situação e tendo presentes as repercussões da desvalorização do escudo, algumas das quais referi, que o Governo decidiu apoiar essa desvalorização.

Fê-lo, comparando a evolução dos preços e dos custos em Portugal e nos nossos maiores parceiros comerciais; e levando em conta a depreciação deslizante anteriormente operada.

Tem-se posto em causa a possível eficácia da desvalorização, em especial com fundamento na ausência de elasticidade da procura externa e da oferta interna.

Esta preocupação — típica das teorias que sobre a matéria fizeram escola nos anos 50 — também a teve o Governo antes da desvalorização.

Na procura externa dos nossos bens — exceptuada a cortiça e pouco mais — deverá considerar-se que é ínfimo o quinhão de Portugal no mercado internacional de cada produto; significativo para nós, quase não conta na escala universal do comércio.

Uma pequena variação nas condições de preço, de oportunidade de entrega e de qualidade pode aumentar agradavelmente o nosso quinhão, quase sem bolir com a distribuição das quotas de colocação de cada um dos outros países.

A oferta interna, a curto prazo, estabilizadas como se desejam as relações laborais, pode ser substancialmente acrescida dado o nível de capacidade subutilizada.

Bastará usar mais os factores de produção disponíveis.

O acréscimo de oferta, a médio prazo, decorrerá dos investimentos nos sectores da exportação e de substituição de importações, estimulados pela maior rendibilidade conseguida.

Sem a desvalorização não se investiria em sectores incapacitados de concorrer externamente. É óbvio.

Estaríamos a provocar um estrangulamento, a curto prazo, do nosso aparelho produtivo. No âmbito da OCDE, Portugal perdeu sempre terreno nas exportações dos últimos anos: 4% menos em 1974; 17% menos em 1975; e 5% menos, cerca disso, em 1976.

Por outro lado, no comércio interpaises da OCDE houve estagnação, como disse ontem, em 1974, um decréscimo de 8% em 1975 e um acréscimo de 14% em 1976.

Resulta dos números indicados que perdemos uma larga parte da nossa quota no espaço comercial da OCDE.

Para a desvalorização resultar beneficamente bastará que recuperemos uma boa parte da posição perdida; mesmo que não toda, para já.

A deterioração económica e financeira de grande número de empresas, ocorrida nos anos de 1974, 1975 e 1976, e de que estão dependentes centenas de milhares de postos de trabalho, exige a tomada de medidas eficazes que permitam a recuperação e o desenvolvimento daquelas que revistam condições de viabilidade económica.

São as seguintes as medidas adoptadas com vista ao saneamento de empresas em dificuldade:

Como medidas genéricas:

A revisão do regime de preços;

A bonificação das taxas de juro do crédito ao investimento;

A reavaliação dos activos imobilizados corpóreos;

Como medidas específicas:

A criação de contratos de viabilização e a bonificação das taxas de juros a empresas em dificuldades.

Cabe aqui analisar as medidas específicas e, pelas suas incidências, a reavaliação dos activos. É o que irei fazer de seguida.

Quanto aos contratos de viabilização o novo instrumento criado para permitir a viabilização das empresas implica que estas se obriguem a atingir determinados objectivos prefixados de equilíbrio financeiro de produtividade e de rendibilidade, em contrapartida dos benefícios concedidos.

Por outro lado, as instituições de crédito obrigam-se a participar nas operações financeiras indispensáveis à consecução dos objectivos fixados e a conceder as moratórias necessárias à compensação do passado deficitário dos dois últimos anos. Os contratos de viabilização podem ser celebrados com empresas privadas que apresentem uma situação financeira desequilibrada a partir dos exercícios de 1974, 1975 ou

1976, e mantenham viabilidade económica, desde que corrigida a sua deficiente estrutura financeira.

As respectivas empresas poderão ser concedidos, se a Assembleia da República assim concordar, apreciáveis benefícios fiscais. Igualmente a mobilização das indemnizações para efeitos de aumentos de capital de empresas celebrantes de contratos de viabilização é instrumento que pode ser relevante.

Outras medidas previstas para a recuperação económica de tais empresas contemplam, como se disse, a consolidação de créditos resultantes da acumulação de prejuízos, a transformação de outras dívidas a curto prazo em passivo a médio e a longo prazos, a participação do Estado ou de instituições de crédito no respectivo capital social e a concessão de subsídios por trabalhador para as empresas previamente declaradas em crise e sem possibilidade de pagar os salários mínimos dos contratos colectivos de trabalho.

Para a cobertura dos riscos bancários que ocorram por força dos créditos consolidados cria-se um fundo de compensação, alimentado pelas próprias instituições de crédito.

É claro que os contratos de viabilização não constituem panaceia. Servem para empresas em situação difícil, mas em que a deterioração financeira não é suficientemente grave para lhes retirar a sua viabilidade económica, desde que sejam tomadas medidas que as aliviem da carga de uma estrutura financeira deficiente. Não pode perder-se de vista que a realização e o integral cumprimento do contrato de viabilização é, para os trabalhadores de centenas de unidades produtivas, a única alternativa para o desemprego.

Também são consideradas as bonificações de taxas de juro a empresas em dificuldade. Em complemento dos benefícios introduzidos nos contratos de viabilização, o Banco de Portugal bonificará durante um ano as taxas de juro de créditos consolidados que cubram prejuízos de empresas em situação difícil, embora, repito, com viabilidade económica.

Pretende-se, assim, contribuir para o estabelecimento das condições mínimas de reequilíbrio da respectiva estrutura financeira.

Foi também aprovado um decreto sobre a reavaliação dos activos. A persistência de altas taxas de inflação e a aplicação dos critérios tradicionais de contabilidade e de normas fiscais vigentes têm provocado distorções sensíveis nas estruturas dos balanços e das contas de ganhos e perdas.

Também a acumulação de prejuízos e a sua representação no balanço contribuem para deformar a verdadeira estrutura financeira das empresas em causa.

Inúmeras empresas encontram-se em situação de falência técnica. Esta situação resulta de prejuízos recentemente acumulados, e, portanto, contabilizados a preços actuais, no entanto, os seus aparelhos produtivos mantêm-se válidos e rendibilizáveis, mas escruturados por valores muito abaixo do seu valor real.

A falência de tais empresas originaria situações de grande injustiça se, paralelamente com o apoio financeiro imediato, não se lhes desse uma oportunidade de repor a verdade da sua situação patrimonial, isto é, de proceder à reavaliação do seu activo immobilizado corpóreo.

Por outro lado, as reintegrações terão de ajustar-se aos novos valores do património reavalido e, nessa medida, as contas de exploração das respectivas empresas serão clarificadas para patentear as suas próprias limitações, evitando o deferimento de medidas inadiáveis de correção ao nível de produtividade e da estrutura de custos.

Este impacte sobre a produtividade só pode beneficiar as empresas e os que nelas trabalham, sobretudo quando a crise é, fundamentalmente, de disciplina de produção e de organização de mercados e o aparelho produtivo mantém a sua potencialidade de atingir os níveis de equilíbrio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Abeiro-me dos 30 minutos que me foram concedidos. Vou terminar. O País tem hoje um regime democrático, um aliante projecto de europeização e o fundamental de uma política económico-financeira coerente.

As recentes medidas do Governo dão amplo espaço de manobra para a recuperação e o desenvolvimento económico.

O Governo procurou cumprir responsavelmente o seu dever.

Os demais, certamente, não deixarão de fazer o mesmo.

Aplausos do PS.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Victor Sá Machado.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Sousa Franco, Ângelo Correia, Macedo Pereira, Furtado Fernandes, Acácio Barreiros e Nuno Abecassis.

Se estiverem de acordo, faremos agora o nosso intervalo e o Sr. Ministro responderá depois.

Eram 17 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Chamo a atenção para os tempos disponíveis para o debate: o Governo dispõe de 26 minutos e 20 segundos, o PS de 6 minutos, o PSD de 18 minutos e 30 segundos, o CDS de 21 minutos e 50 segundos, o PCP de 21 minutos e 55 segundos e a UDP de 2 minutos.

Para pedidos de esclarecimento, os tempos disponíveis são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos, o PS de 12 minutos e 15 segundos, o PSD de 5 minutos, o CDS de 6 minutos e 40 segundos, o PCP de 6 minutos e 35 segundos e a UDP de 6 minutos e 40 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco, para pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Presidente: Vou apenas formular duas perguntas ao Sr. Ministro. Quanto à primeira, devo dizer que conhecemos ontem o texto do diploma relativo à reavaliação de activos de empresas privadas. Pergunto qual o motivo por que, sendo a necessidade de viabilização financeira comum a estas e às empresas públicas e estando a

reavaliação de activos prevista no estatuto base das empresas públicas, esta medida não foi extensiva ao sector público produtivo.

A segunda pergunta é do seguinte teor: em matéria de preços de bens e serviços de empresas públicas, muitas vezes existem distorções que se tentam corrigir, como é o caso típico de fretes internos, muito superiores ao frete médio internacional, por meio de medidas proteccionistas. Entende o Sr. Ministro que a política de preços de bens e serviços de empresas públicas deve aproximar-se das condições do mercado ou não?

As duas perguntas têm, como é óbvio, uma base comum: as empresas públicas são empresas ou são alguma coisa híbrida que ninguém sabe bem o que é?

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro deseja responder imediatamente ou aguarda que lhe sejam formulados todos os outros pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro das Finanças: — Se estivesse de acordo, Sr. Presidente, eu responderia depois de formulados todos os pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro. Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Ministro: São também apenas três questões que lhe quero pôr.

Uma das dúvidas e sugestões que fizemos no debate seria a da possível adopção de descontos para as taxas de juro de operações activas que contemplassem o financiamento de operações relativas a capitais circulantes, sobretudo de algumas rubricas. Gostaria de ouvir a sua opinião relativamente a esta possibilidade.

Segunda questão: dada a política de avales que ultimamente tem sido seguida, que hipóteses vê o Governo da sua recuperação? Isto é, não pensa o Governo que irá poder suportar alguns desses montantes? No caso desta circunstância, onde pensa o Governo ir buscar o financiamento?

Última questão: disse o Sr. Ministro que o turismo vai entrar em expansão. Pensamos que esta afirmação está relativamente em contradição com um documento emanado do Governo que diz que deverá verificar-se este ano uma eventual retracção do turismo. Perguntamos, concretamente, em que ano é que o Sr. Ministro pensa que as receitas do turismo e o número de dormidas conseguirão adequar-se ao nível daquele que se verificou em 1973 ou em 1974.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira, ainda para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Ministro: Ouvi com muita atenção as suas palavras realistas e, como o Sr. Ministro deve saber, muitas das medidas agora decretadas pelo Governo tiveram a nossa aprovação em comissão parlamentar.

Retomo aqui, se me dá licença, uma questão surgida aquando de uma pergunta que lhe fiz na altura da discussão do Orçamento para 1977, em que o Sr. Ministro salientou as nossas diferentes opções.

A minha era a de uma defesa da iniciativa privada e o Sr. Ministro tinha tomado uma outra opção — não me recordo, de momento, das palavras que nessa altura terá utilizado.

No entanto, eu perguntava-lhe muito claramente — porque entendo que a esta Câmara são questões políticas que devo pôr e não perguntas de índole técnica — qual o papel que preconiza para a iniciativa privada. Por outras palavras: em matéria de investimento, a iniciativa privada será o motor da economia ou será, digamos, uma simples peça de arrasto perante o impotente sector público estatizado?

É que, Sr. Ministro, este país foi-se habituando a ouvir coisas deste género, e até por parte de altos responsáveis; por um lado, a iniciativa privada é tolerada; por outro lado, diz-se que o relançamento económico só se fará com a iniciativa privada.

Era esta a pergunta que eu formulava ao Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Acácio Barreiros também se tinha inscrito para formular pedidos de esclarecimento, mas, visto não se encontrar presente, dou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Ministro das Finanças: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Sousa Franco pôs uma dúvida pertinente sobre a razão pela qual se teria previsto, desde já, a possibilidade de reavaliação de activos por parte das empresas públicas. Efectivamente, aquele diploma que foi aprovado pelo Governo prevê, num primeiro momento, apenas a possibilidade de reavaliação por empresas privadas em certas circunstâncias.

Pareceu-nos, em face da generalizada complexidade que no sector público ultimamente foi introduzida por operações de integração, de fusão, de cisão, etc., e em que há, portanto, uma certa perturbação interna das empresas, que não seria desejável ir sobrecregar-las com trabalhos que são complexos e demorados — porque as empresas públicas são em geral de apreciável dimensão — no sentido de procederem à reavaliação dos activos. Isto pareceu que seria mais desejável em empresas de menor dimensão que se encontrassem porventura em pior situação patrimonial e sendo necessário acorrer a elas em primeiro lugar.

Eu adianto que a opinião do Ministério das Finanças é de que esta medida deverá ser prevista com tempo suficiente e igualmente anunciada com tempo suficiente pelo Governo para as empresas públicas a porem em vigor no ano de 1978. Portanto, não há na nossa mente uma exclusividade ou uma ideia de exclusão, há, apenas, uma pequena ideia de diferimento.

Eu suponho que o Sr. Deputado Sousa Franco pensa o mesmo que eu a respeito de fretes, de preços, etc. Suponho também que toda e qualquer actividade, como regra, deve ganhar para se manter e para se justificar. Actividades que não rendem o suficiente para cobrir custos, em princípio, não têm razão de existir. Apenas a título excepcional e quando razões de índole política ou social justifiquem que as empresas tenham custos maiores que as respectivas receitas, o Estado deve intervir para suprir este défice de fluxo.

financeiro. Mas não é isso que efectivamente se passa nos tempos actuais no nosso país. Por razões de um certo arrastamento, de uma certa desorganização, natural em períodos perturbados mas que vai sendo menos natural, pois à medida que caminhamos no sentido de uma certa estabilização vai deixando de ter razão de ser que toda e qualquer actividade, pelo simples facto de se cair no sector público, passa em princípio a estar protegida pelo Orçamento Geral do Estado, com todos os inconvenientes que daí decorrem.

Isto significa, portanto, que deverá definir-se — é esta a minha opinião, pelo menos —, no futuro quais as actividades e quais as empresas nelas integradas que devem realmente beneficiar de substituição, para que possam praticar preços sociais ou preços políticos.

Segundo ponto: a margem de substituição tem de ser determinada em termos objectivos, nomeadamente através do recurso à comparação com as próprias subsidiações que se verificam ao nível internacional.

Como sabem, há padrões que permitem aferir do grau de subsidiação desejável — e era isto que, a meu ver, parecia desejável acontecer. Exemplificando, suponhamos que o Estado entende que o Metropolitano de Lisboa deve, por razões de ordem social, fazer uma carreira, para o Bairro de Salazar, da Sacor, ou coisa parecida. Pois o Bairro de Salazar, da Sacor, naturalmente não alimenta os custos que a empresa suporta para a carreira e o Estado, porque aquela carreira em concreto dá prejuízo, sobre o prejuízo da carreira.

O que se está a verificar agora é esta triste e lamentável situação em que o Estado é solicitado a acorrer mediante a simples apresentação de dois números: das receitas, às vezes, porque às vezes a coluna é só das despesas e dizem que falta tanto para cobrir as despesas e pedem ao Ministério das Finanças a diferença. Há mesmo casos ridículos e ainda há dias estive com o Secretário de Estado das Finanças em certo sector, que não vou dizer qual é, e verificámos que nos mapas em que se pedia dinheiro se limitavam a dizer: «Falta tanto para pagar.» Já nem se dão ao trabalho de indicar quais as receitas e quais as despesas para fazermos a subtração.

Isto não pode realmente continuar. Não é porque esta seja uma opinião pessoal minha ou que seja nova a posição do Governo em si, pois é uma realidade ...

Pausa.

Sr. Presidente: Dizem-me aqui, com surpresa, que tenho doze minutos no total. Gostaria de saber se é verdade.

O Sr. Presidente: — Efectivamente, Sr. Ministro, o Regimento diz que se dispõe de três minutos para responder a cada orador que formular pedidos de esclarecimento.

O Orador: — Eu lamento, mas realmente sou um motivo de perturbação permanente em matéria de tempo.

Risos.

O Sr. Deputado Sousa Franco desculpar-me-á que não continue o meu esclarecimento, mas há escassez de tempo.

Quanto ao Sr. Deputado Ângelo Correia, pergunta-me se acho que deve haver bonificações das operações de crédito relativas a capital circulante. Dir-lhe-ia que, em princípio e em relação a certas situações, poderia admitir que assim fosse. Não meditei sobre o problema, irei convidar o Banco de Portugal a pensar nele, mas quereria desde já dizer-lhe o seguinte e fazer-lhe uma prevenção: porventura muitas outras situações ou algumas outras — não exagerarei — justificarão taxas bonificadas.

Acontece é que o pagamento da diferença entre a taxa normal e a taxa bonificada terá de ser feito por alguém ou por alguma entidade e terá de ser suportada, no fundo, por qualquer pessoa ou qualquer conjunto de pessoas. Logo, um dos limites que surgiu à definição das áreas bonificadas foi, rigorosamente, o das disponibilidades suficientes para praticar a bonificação. Não sei se, em concreto, nesta dúvida que me pôs, foi essa a razão ou não, mas prometo-lhe que irei tentar saber.

Quanto ao problema da política dos avales e de se saber se se recuperam ou não os avales, devo dizer que não sou adivinho, não sei o que vai acontecer no futuro. O que lhe posso dizer com toda a franqueza e com toda a honestidade é que estou convencido de que há muitíssimos que não vão ser recuperados. Não foram avales, foram, no fim de contas, subsídios. Lutamos para que isto acabe. E aproveito para pedir aos Srs. Deputados o favor de acelerarem a discussão e a aprovação da lei dos avales, porque estamos à espera disso como escudo protector visível contra os assaltos e as investidas a que somos submetidos diariamente em matéria de avales injustificados. Será uma boa colaboração que esta Câmara dará ao Governo e que eu agradeço desde já.

Quanto ao turismo em expansão ou turismo em retracção e em que ano se atingirá o nível de 1973-1974, é uma pergunta difícil de responder e eu dir-lhe-ei que espero pelos números de 1976, pelos números previsíveis de 1977, e talvez neste ano ou no próximo se atinja, em termos normais, o valor de 1973-1974 que lhe referi. Espero pelas notícias do sector do turismo e espero que os estrangeiros sejam recebidos em termos de não irem embora e, pelo contrário, de ficarem e trazerem mais estrangeiros para este País.

O Sr. Deputado Macedo Pereira pergunta-me se eu defendo a iniciativa privada e já não sabe bem o que é que eu disse há meses. Tem sempre umas perguntas interessantes o meu amigo Mamedo Pereira.

Bem, não vale a pena dizer-lhe o que é que eu penso da iniciativa privada. Há uma Constituição, e essa é que rege o País. Por conseguinte, aquilo que o Ministro das Finanças pensa é relativamente secundário. Penso que no estado actual do nosso país a iniciativa privada é indispensável. É indispensável não só neste momento, como, em termos estáveis, para todo um conjunto de actividades em que o Estado nunca poderá desempenhar, cabalmente, uma função capaz.

Eu costumo dizer, por exemplo, que não acredito numa oficina de reparação de automóveis em que haja quinhentas pessoas a trabalhar. Quando o meu

pequeno carro preoisa de arranjo vou a uma pequena oficina em que o próprio dono é capaz de diagnosticar o mal do carro. Também não consigo comer aquela comida que é feita para milhares de pessoas. Há, assim, todo um conjunto de actividades que, na minha opinião, desejavelmente, deve ser sempre explorado pela boa cozinheira ou pelo bom mecânico — isto em termos estáveis.

Em termos de realidade conjuntural, na minha opinião, o Estado tem dificuldades para dirigir o sector público que já está nos seus braços, mas procurará desenvencilhar-se da situação em que se encontra. Mas digo que é muito difícil dirigir, por parte do Estado, o sector que já está nas suas mãos.

Com o Plano que aqui foi aprovado eu espero que o ano de 1977 seja satisfatório do ponto de vista da realização dos investimentos previstos. Mas nada surpreenderia que não se conseguisse porque, realmente, a capacidade de execução em geral fica aquém da própria capacidade de mobilização financeira.

Se a iniciativa privada é o motor ou o próprio carro sem motor, se é uma peça de arrasto, como disse, tenho a impressão de que isto é uma pergunta que tem resposta apenas para cada momento, e não como posição definitiva.

Dada a extensão do sector público em Portugal, creio que, neste momento, não podemos deixar de contar com o grande impulso que o sector público pode realmente dar. Embora empregue uma parte relativamente pequena da população total, o certo é que a sua capacidade de investir é ainda neste momento bastante superior à do sector privado. Desde que tenha condições para levar a cabo e para atingir as metas que estão realmente programadas, eu tenho a impressão de que, ainda em 1977, deverá o sector público ser um sector-guia, um sector fundamental, um sector-arranque. No ano de 1978 veremos como é que as empresas privadas reagem a todo este conjunto de medidas. O motor neste ano presumo que ainda terá de ser o sector público.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros não me deu o prazer de saber qual era a sua pergunta, mas agradecia-lhe que, antes que decorressem os doze minutos, me dissesse.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Muito obrigado, Sr. Ministro. Eu, aliás, queria pedir desculpa ao Sr. Ministro de não ter podido estar logo no início para, na devida ordem, fazer a pergunta.

Mas as perguntas que eu gostaria de formular são as seguintes: a primeira é se o Sr. Ministro das Finanças pode calcular, na base dos depósitos que se encontram em bancos estrangeiros — bancos esses que estão a reclamar a troca dos escudos que lá se encontram depositados por moeda estrangeira do Banco de Portugal —, mais ou menos, quantos milhões de contos foram depositados em bancos estrangeiros depois do 25 de Abril. Aliás, se a Europa é tão nossa amiga como diz o Sr. Dr. Mário Soares, seguramente seria uma informação que nos poderiam prestar os próprios Governos estrangeiros.

Risos.

A segunda questão era esta: que medidas estão a ser previstas para o comércio externo se se impe-

drem ou tentarem minimizar as falcatruras na importação e na exportação, que estão a fazer sair deste País milhares de contos.

O Sr. Ministro das Finanças: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu penso que não terá ficado lá fora mais alguns minutos para me vir fazer perguntas que me atrapalhassem. Certamente que não.

Risos.

A primeira pergunta não lhe poderei dar resposta porque, na realidade, não sei. Nas bancas estrangeiras, como sabe, vigora um sigilo completo, nomeadamente na Suíça, e suponho que é essa uma das razões pela qual a Suíça é um ponto centralizador de afluxo de capitais. De qualquer modo, o que lhe prometo é que poderei tentar, através do Banco de Portugal, saber algo que possa satisfazer a sua curiosidade, que também seria curiosidade minha, porque realmente precisamos de números deste tipo. Mas presumo que será difícil. Todavia, assumo o compromisso formal de o fazer.

Quanto às medidas que, em matéria de comércio externo, se pensa adoptar para se evitarem as falcatruras, presumo que o Sr. Deputado se quer referir aos problemas de sub e sobrefacturação. Será?

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Exacto, Sr. Ministro.

O Orador: — Este é um ponto sobre o qual eu creio que já aqui trocámos breves impressões e aquilo que lhe posso dizer que é a intenção do Ministério das Finanças é que, a partir da montagem de um serviço que vá permitir a conversão de um sistema aduaneiro de taxas específicas em taxas *ad valorem*, se possa montar, subsequentemente, a fiscalização, no domínio do possível, da sobre ou da subfacturação. Somente, acontece que os serviços aduaneiros que façam prever um sistema predominantemente *ad valorem* em vez de um sistema de taxas específicas — que, como sabe, é a que domina em Portugal — são serviços complexos e levam algum tempo.

Não sei se o Sr. Secretário de Estado do Orçamento tem notícias frescas a este respeito. Eu sei que se está a estudar e a trabalhar, mas não lhe posso garantir que, de momento, venha a entrar em funcionamento. Sei, inclusivamente, que há meses, quando eu estava no Orçamento, houve contactos com alfândegas estrangeiras mais desenvolvidas que a nossa para se saber como é que o serviço devia ser montado. Está, portanto, na linha de fabricação — desculpe a expressão — e não lhe sei dizer quando vai começar.

Aproveito a oportunidade da pergunta do Sr. Deputado Acácio Barreiros para responder a uma pergunta que o Sr. Deputado Sousa Franco ontem me fez e à qual eu não pude responder porque me foi retirada a palavra, e bem, por esgotamento de tempo: se nós pensávamos manter um sistema aduaneiro de taxas específicas ou de taxas *ad valorem*.

Naturalmente que qualquer Governo de 1977 não poderia apontar para a meta da manutenção de um sistema de taxas específicas, profundamente desactualizado e injusto em muitas circunstâncias.

A parte da resposta que dei ao Sr. Deputado Acácio Barreiros serve para o Sr. Deputado Sousa Franco. Realmente, nós pensamos converter o nosso sistema aduaneiro num sistema predominantemente *ad valorem* e está, portanto, a trabalhar-se nesse sentido. Espero que, tão breve quanto seja possível, atinjamos essa meta tão desejada por todos.

Suponho que não havia mais perguntas e, portanto, não há mais respostas da minha parte.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Poucas pessoas têm no presente momento a percepção nítida de que a crise económica mundial que deflagrou em 1973 foi uma das causas menos visíveis, mas não menos profundas, da queda do fascismo e do processo de descolonização então iniciado. A alta vertical então desencadeada dos preços dos produtos alimentares de base, do petróleo, do material de guerra e das máquinas — tudo artigos crónicos das nossas importações — tornava impossível a continuação das guerras coloniais. Em 1962 gastámos com as guerras coloniais 6 milhões de contos. Em 1973 gastámos 26 milhões. Tomando em conta o aumento de preços e o agravamento previsível das guerras coloniais, se estas não tivessem terminado, provavelmente o seu custo seria hoje de 60 milhões de contos anuais.

A verdadeira guerra civil mundial que se tem vindo a travar no comércio internacional de 1973 em diante tem provocado, e provocará, consequências dramáticas no futuro. Para nós, estão à vista. O défice da nossa balança de pagamentos foi, em 1974, de 16 milhões de contos e de Janeiro até à Revolução de Abril era já de 7 milhões. Em 1975 foi de cerca de 26 milhões e no ano passado, de cerca de 30 milhões de contos.

Que fazer?

Eis a pergunta que neste debate todos nós fizemos a nós próprios e uns aos outros, mais do que ao Governo!

Parece-me que este debate deverá ser despojado daquela linguagem ultratécnica que certos economistas por vezes utilizam talvez para esconder a sua perplexidade — ou quem sabe? — a sua ignorância. Sem ideias claras não se chegará a parte alguma. Pior do que não ter ideias claras é redemoinhar constantemente à volta de ideias fixas e obsessivas, na mais patente demonstração de incapacidade para compreender a realidade.

Em primeiro lugar, constatemos o evidente. Os países do Terceiro Mundo, que não produzem petróleo, devem hoje ao estrangeiro cerca de 180 biliões de dólares, ou seja, 7 biliões e 200 milhões de contos. Isto é, estão praticamente falidos. Devem o que não têm e ninguém sabe como sairão do beco em que se encontram, aparentemente sem saída.

Muitos outros países, que não são do Terceiro Mundo, encontram-se a braços com enormes dificuldades que só resolvem à custa de empréstimos externos. É o caso, nomeadamente, da União Soviética e da Polónia; entre outros, que também têm recorrido a empréstimos no mundo ocidental para comprar o que precisam e não produzem. (A dívida externa dos países de Leste aos países ocidentais é,

neste momento, de cerca de 40 000 milhões de dólares, ou seja, 1 bilião e 600 milhões de contos.)

Portugal não é um país do Terceiro Mundo e possui os recursos naturais e humanos para vencer a crise e criar um futuro à medida das legítimas ambições do seu povo.

Neste debate têm sido postos em relevo, em meu entender excessivo, os remédios financeiros e monetários como se eles pudessem ter a virtualidade milagrosa de tudo sarar enquanto o diabo esfrega um olho.

Por outro lado, têm sido formuladas críticas quanto à desvalorização do escudo e ao recurso ao crédito externo.

Um período houve na nossa história — ou seja, o que se seguiu à I Grande Guerra — que convém ser relembrado, pois subconscientemente ele determina muitas das reacções emocionais de hoje.

A seguir à I Grande Guerra, ou seja, concretamente, de 1919 a 1924, o escudo sofreu uma desvalorização de cerca de 1600 %, ou seja, portanto, de cerca de 300 % ao ano. Esta desvalorização, a carência de géneros alimentícios e a inflação galopante da época determinaram um clima de lutas sociais que marcou profundamente o movimento operário português e, em especial, a sua ala anarco-sindicalista e anarco-populista.

A desvalorização do escudo foi travada em 1924 por Álvaro de Castro através de uma severa política deflacionista, que, pelas suas implicações recessionistas, foi uma das causas mais próximas e relevantes da queda da democracia.

Após o golpe fascista de 28 de Maio, a Ditadura Militar colocou na pasta das Finanças o general Sinel de Cordes, que desbaratou alegremente os dinheiros públicos, pensando que assim imortalizaria para sempre o seu nome obscuro. Uma espécie de Vasco Gonçalves da época!

Risos do PS, PSD e CDS.

Salazar sacrificou o progresso e o futuro de Portugal a uma concepção estagnatória de vida e emparedou na prisão aqueles que ousavam discordar.

Compreende-se que a desvalorização impressionante do fim da I República ainda hoje nos impressiona. Mas entre os 1600 % de então e os 15 % de hoje não há paralelo.

E mais do que os fenómenos monetários, interessa sobretudo apreciar e julgar o que através deles se pretende e o que deles realmente resulta.

Não era possível que os treze anos de guerras coloniais, a descolonização e os seus 700 000 refugiados, a crise económica mundial e os delírios frenéticos do gonçalvismo passassem por nós sem nos atingir. Nenhum país pode viver sistematicamente acima das suas posses, com a míope ilusão de que tudo é possível, incluindo o aumento continuado do nível de consumo ao mesmo tempo que se agrava o défice externo. A verdade é que este défice tem de ser financiado com divisas (que não produzimos) e este financiamento tem os seus limites próprios no volume das nossas reservas e na capacidade de endividamento externo do País. Ao ponto a que se chegou, torna-se indispensável reduzir o próprio défice, pois o seu financiamento é cada vez mais difícil de realizar. Ora, como se sabe, qualquer que seja o

método adoptado (desvalorização, controlos e restrições ou deflação da economia) a absorção do défice envolve sempre sacrifícios para a generalidade da população, sacrifícios que nenhum regime, nenhum governo, nenhuma política estariam em condições de evitar neste momento.

Para vencer as dificuldades daí resultantes não há artes que multipliquem milagrosamente os pães sem esforço, de um dia para o outro. A vitória sobre a carestia durará anos, mas conseguila-emos se quisermos realmente vencer.

Se estamos a caminho da vitória ou da derrota, eis o que se consegue ver lendo-se os índices de produção. Se produzirmos mais, bem vai. Se produzirmos menos, mal vai. Simplesmente, não poderemos esquecer a importância extraordinária que as remessas de emigrantes e as receitas do turismo têm na nossa economia. Como também não devemos esquecer que é mais fácil produzir mais do que exportar mais. Não temos empresas especializadas na exportação diversificada de nível europeu, nem se nos afirma que se tenham tomado iniciativas a esse respeito, como se impunha.

A nossa economia tradicionalmente baseava-se no fruto do trabalho dos portugueses no estrangeiro ou nas antigas colónias para cá enviado para nós o gastarmos. Hoje há que trabalhar em Portugal para viver em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Exportamos em média 50 % do que importamos. O défice de 50 % fica reduzido mais ou menos consoante as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo.

Dai que a curto prazo seja mais fácil estabilizar e incentivar as receitas dos chamados invisíveis do que aumentar as exportações de modo sensacional.

Em consequência do clima de estabilização, financeiro e político, derivado da actuação do VI Governo Provisório e da eleição do Presidente da República, as receitas de turismo aumentaram no 2.º semestre de 1976 cerca de 49 %, em comparação com idêntico período de 1975, e as transferências cerca de 73 %.

Todavia, o défice da balança comercial de 1976 foi superior ao de 1975, em boa parte porque o preço dos produtos importados aumentou mais do que o dos exportados. Nas exportações verificou-se mesmo subfacturação, ou seja, o preço real das exportações não foi todo encaminhado para Portugal como deveria ser. Dado que o escudo foi perdendo o seu poder de compra, os exportadores serviram-se de todos os expedientes para reter parte dos pagamentos no estrangeiro, em consequência do benefício evidente que daí lhes advinha.

Esse aumento do défice da balança comercial em 1976, a não se querer tomar em conta esse facto inegável, tornar-se-á tanto mais incompreensível quanto é certo que a produção, que baixara em 1975 cerca de 4 %, aumentou, em 1976, cerca de 5 %.

Havia, pois, que tentar pôr termo à fuga de capitais, feita por várias formas e resultante da especulação com base na expectativa de que o escudo se iria continuar a depreciar. A recente desvalorização foi, pois, um acerto, destinado a sanear os circuitos de exportação, a travar a especulação e a consolidar e incentivar as receitas invisíveis.

A inflação daí resultante, que os técnicos calculam em 5 %, não poderá ser agravada por práticas comerciais especulativas, e toda e qualquer forma de actuação ilegal deverá ser energicamente combatida.

Aplausos do PS.

O agravamento momentâneo dos preços é uma forma de inflação correctiva de distorções anteriores ou de mero reflexo, feito de uma só vez, dos efeitos do encarecimento dos produtos importados em consequência da desvalorização. Não há razão nenhuma para que nos meses seguintes a inflação continue a agravar-se ao mesmo ritmo. Conter o ritmo da inflação é uma condição essencial para o êxito das medidas agora tomadas e para a defesa da nova paridade do escudo. Impedir qualquer doença de S. Vito nos preços, a anarquia na sua fixação pelas empresas, impondo-lhes um código de conduta fortalecido por sanções adequadas e reprimir eficazmente a especulação nos circuitos comerciais, constituem, portanto, aspectos fundamentais da política a seguir pelo Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A contínua preocupação com uma distribuição socialmente justa dos sacrifícios, que esteve presente nas medidas adoptadas relativas ao «cabaz de compras», à melhoria dos subsídios de desemprego e pensões, etc., terá de ser coerentemente mantida.

Há também que rever o sistema fiscal que deixa quase intactos os lucros dos especuladores e grava os trabalhadores e empregados por conta de outrem.

A lei não pode ser uma tenaz de ferro para os pobres e uma volátil teia de aranha para os ricos e os sem escrúpulos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que as recentes medidas económicas não resolverão todos os nossos problemas.

Teremos necessariamente de recorrer a crédito externo para subsistir no imediato e eu gostaria que algum dos Deputados aqui presentes pudesse apresentar qualquer outra solução viável.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E teremos também de incentivar a produção nacional, sobretudo naqueles sectores que são essenciais para a nossa recuperação económica — agricultura, pecuária, pescas, energia. Nestes, não podemos ser forretas e teremos de aumentar aí o investimento, racional e orientado, de modo espectacular. Ser forreta aqui significará estrangularmos o nosso futuro. E nestes sectores não poderemos ser tradicionalistas. Não basta palrar. É preciso trabalhar e estudar não os clássicos do passado, mas os técnicos do futuro. Estudá-los e saber aplicá-los! Sem uma investigação científica à altura das nossas necessidades concretas não sairemos da cepa torta. O Programa e o Plano do Governo, aqui aprovados, vão prosseguir e triunfar e só assim triunfarão.

A nossa integração na CEE significa que todos nós desejamos uma economia moderna, industrial, aberta, de acordo com a nossa tradição universalista.

Mas a base de uma vida económica moderna, justa e de plenitude não se alcançará sem uma produção alimentar e energética capaz. Não há casa sem alçerces, como não há economia sem fundamentos.

As medidas económicas do Governo são, por isso, necessárias.

O clima de estabilidade política e constitucional de que é supremo garante o Presidente da República, a vontade do povo português de orientar um futuro digno de nós próprios e da nossa história, a actuação energica e o prestígio do Governo farão com que os desejos de hoje sejam a realidade de amanhã.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aboim Inglês, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Eu desejava perguntar ao Sr. Deputado Salgado Zenha se me podia esclarecer de qual era a fonte exacta donde tinha colhido o dado de que a dívida externa da União Soviética ou de outros países socialistas — não ouvi bem — ...

Risos.

... era de 40 000 milhões de dólares. Porque eu tenho aqui, e precisamente hoje mesmo o li, o documento apresentado na Comissão Geral das Questões Económicas e do Desenvolvimento do Conselho de Europa, onde se aponta o número de 33 000 milhões de dólares para a URSS e todos os países socialistas.

Esqueceu-se também de indicar qual era a dívida dos países estrangeiros à União Soviética.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, para responder.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Não me parece que entre o número apresentado pelo Sr. Deputado Aboim Inglês e o número que eu indiquei haja uma grande diferença.

De qualquer maneira, a fonte que consultei foi um relatório da OCDE sobre energia que eu terei muito gosto em indicar depois ao Sr. Deputado Aboim Inglês, pois não o tenho aqui neste momento.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na sua grande maioria, as providências adoptadas pelo Governo em 25 e 26 de Fevereiro são restritivas. Não vai nesta constatação especial censura: no ponto em que nos encontramos é a austeridade que avança aceleramente sobre nós. Se não tivéssemos a coragem e a inteligência de nos anteciparmos, em vez de uma austeridade controlada e equacionada, em breve teríamos o caos e a miséria.

Nós, os sociais-democratas, temos honestamente reconhecido que as medidas de austeridade são inevitáveis face ao défice global da economia portuguesa. Mas o que também sempre temos sustentado é que as medidas restritivas serão inúteis se não forem contrabalançadas por medidas de relançamento da economia.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E serão injustas se não forem enquadradas numa política social e de rendimentos coerente e dotada de um claro projecto progressista.

Não pode, com efeito, aceitar-se que estas medidas venham a ser postas em execução sem simultaneamente se lançar um «pacote» de medidas sociais, isto é, sem se actuar para que as providências económicas não agravem relativamente a situação dos mais desfavorecidos e não contrariem na prática a evolução a caminho de uma sociedade sem distinção de classes.

Entre essas categorias, o Governo não esqueceu totalmente os emigrantes. Precaver de futuro as suas poupanças contra todos os acidentes é não só uma política promocional, mas o tributo de uma elementar justiça.

Mas cumpre também reparar as injustiças já cometidas, e por isso o Partido Social-Democrata tentará incluir, na lei de indemnizações, algumas medidas favoráveis para os emigrantes atingidos pelas nacionalizações.

Em matéria de ensino português aos filhos dos emigrantes, as carências continuam a ser pedra de justo escândalo, agravado pela existência em Portugal de professores primários desempregados.

Urge abrir concursos para esses professores, proporcionar-lhes uma preparação intensiva que os habilita para trabalhar nos meios da emigração e pôr ao mesmo tempo cobro à contratação de amadores, só compreensível como solução de emergência, mas pedagogicamente contra-indicada e politicamente perigosa, por propícia a compadrios e nepotismos escusos.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, põe-se em termos mais amplos a questão do provimento dos quadros dos serviços do Estado Português no estrangeiro, nomeadamente no que respeita às funções de contacto com as comunidades portuguesas. O VI Governo Provisório seguiu nesse domínio uma linha de rigoroso apartidarismo, única que pode garantir no estrangeiro o carácter nacional das nossas instituições.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas onde o VI Governo Provisório pôs na Alemanha um diplomata de carreira, escolhido pelo Conselho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a dirigir a rede de apoio social e cultural à comunidade portuguesa, e recrutou por concurso os funcionários para essa rede, o actual Governo escolheu um militante do Partido Socialista, alheio à carreira diplomática, para o cargo de conselheiro social, em França, e vem reestruturando os serviços de apoio à emigração sem que se conheçam os critérios gerais seguidos e os processos de recrutamento e redistribuição dos funcionários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os numerosos emigrantes sociais-democratas em França repudiam a manobra antipatriótica e antieuropeia, de origem indubitablemente comunista, que debalde procurou deslustrar a recente visita do Primeiro-Ministro a França. Mas consideram que os erros cometidos facilitaram a vida aos agitadores.

Como medida social de largo alcance o Partido Social-Democrata defende a criação de um fundo de apoio ao emigrante, destinado a financiar projectos de intervenção sociocultural junto das comunidades portuguesas no estrangeiro.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este fundo teria como receita principal uma dotação global, a inscrever anualmente no Orçamento Geral do Estado, de montante mínimo equivalente a 3% do valor das remessas dos emigrantes no ano anterior, estimadas pelo Banco de Portugal.

O Estado despenderia, pois, tanto mais com os investimentos sociais e culturais a favor dos emigrantes quanto maior fosse a contribuição destes para a economia portuguesa. Para uma entrada de remessas da ordem dos 27 milhões de contos, teríamos assim uma dotação anual de 81 000 contos, o que, não sendo excessivo, permitiria já investimentos sociais e culturais de algum vulto, que se iriam somar às despesas correntes com escolas portuguesas e restantes serviços de apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos objectivos da nossa interpelação foi o de exigir ao Governo a urgente formulação de um «pacote» de medidas sociais.

Em momentos difíceis como aqueles que iremos atravessar uma política de protecção social e de transferência de rendimentos é uma das formas de que o Estado dispõe de manter a situação sob controlo e de proceder à indispensável repartição de recursos e sacrifícios.

A inexistência de um orçamento social ou mesmo de um verdadeiro orçamento de segurança social impede, no nosso caso, a transparência e a racionalização completa do aparelho redistributivo. O recurso ao método do «cabaz de compras» é, aliás, um índice da falta de mecanismos de redistribuição dos rendimentos.

Esperamos que a Lei do Orçamento seja cumprida e que desse modo venhamos a dispor para 1978 de um orçamento de segurança social. Mas, entretanto, o tempo não pára e é indispensável estabelecer, ainda que por forma empírica, um conjunto de medidas de emergência que atenuem, em relação aos mais desprotegidos, os efeitos negativos do aumento do custo de vida que o «pacote» económico irá provocar.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Através da instituição do seguro social para os trabalhadores independentes e da generalização da pensão social — medida que fica, ao que cremos, a dever-se à pressão exercida por este Parlamento —, o Governo demonstrou uma actuação decidida no domínio da extensão da protecção social. Em contrapartida, o montante das prestações, nomeadamente o das pensões de reforma, continua extremamente reduzido e as actualizações recentemente levadas a cabo não bastam para o proteger de erosão inflacionista.

Creamos, pois, que, pelo menos, os aumentos de recursos fiscais a obter através da subida do imposto

de transacções e das sobretaxas de importação deveriam ser canalizados para o financiamento de nova revisão das pensões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É também necessário nivelar na função pública os montantes das pensões em função da categoria e do tempo de serviço, visto que a rápida desvalorização da moeda contra-indica tomar como ponto de referência para cada reformado o montante da remuneração que cabia à sua letra no momento de passagem à reforma.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As famílias com mais baixos rendimentos e maior número de filhos são também especialmente vulneráveis à subida dos preços dos bens de primeira necessidade. Pensamos por isso que se deveria estabelecer de emergência um suplemento de abono de família para os casais com três e mais filhos e rendimentos mensais inferiores a 8000\$, sem aguardar o termo dos estudos que o Governo anuncia ter empreendido em matéria de prestações familiares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Igualmente sem esperar pelo advento do imposto único sobre o rendimento, se deveriam rever, desde já, os montantes dos descontos efectuados em relação a cada filho na matéria colectável do imposto complementar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O inevitável aumento dos preços dos medicamentos, aliado à subida geral do custo de vida, recomenda, por seu turno, que se reduza a participação exigida aos pensionistas na aquisição de medicamentos.

Estes são, pois, exemplos de providências que devem integrar um «pacote» de medidas sociais, a ligar ao «pacote» de medidas económicas por forma a aliviar os estratos mais desfavorecidos da população.

Mas o «pacote» de medidas sociais não poderá quedar-se apenas nos domínios da segurança social e da fiscalidade: é necessário dar à política de trabalho o papel privilegiado que deveria ter, mas que não se tem visto.

Sendo manifesto que o País sofre de um elevado grau de desemprego, é com apreensão que se observa o significativo silêncio que tem pairado sobre as possíveis acções de promoção de emprego e de implementação da formação profissional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, cremos que os nossos serviços de emprego continuam agarrados às funções tradicionais de pagamento de subsídios e de ligação passiva da oferta com a procura de trabalho. Nos países sociais-democratas, este tipo de actuação foi há muito ultrapassado não só pelas políticas activas da mão-de-obra mas, mais recentemente, pelas chamadas políticas de manutenção do emprego.

Não foi sem surpresa que verificámos que no chamado «Plano» que só nós tivemos a coragem de rejeitar, não se tentou sequer equacionar a interligação entre os investimentos projectados e um conjunto de medidas de política de emprego. Talvez por isso continuam a faltar medidas promovendo as licenças pagas para formação profissional; medidas de encorajamento à criação de empregos nas zonas mais claramente excedentárias de mão-de-obra; medidas destinadas a favorecer a inserção profissional de categorias mais desfavorecidas — jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores com mais de 40 anos, mães de família, deficientes físicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Faltam, enfim, bases claras de gestão dos recursos de mão-de-obra.

É também já tempo de acabar com as utilizações abusivas dos dinheiros do Fundo de Desemprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porém, assim como em 25 de Fevereiro o Governo teve a coragem de tomar providências económicas que deveriam ter figurado no Plano, é agora necessário actuar rapidamente, projectando em termos não casuísticos medidas de manutenção e fomento do emprego. Tarda que sejam gizadas com coerência as linhas mestras de uma política de subsídios ao desemprego parcial, de suporte financeiro transitório à manutenção de stocks, de incitamentos financeiros à criação de empregos no quadro da política regional e dos programas das autarquias.

Neste momento, o nosso grande problema é o excesso de mão-de-obra. É necessário encontrar a imaginação e a capacidade de planeamento que transformarão a médio prazo esse problema na grande base de riqueza nacional em que pode tornar-se.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, os sociais-democratas, reconhecemos o sentido profundo das conquistas sociais alcançadas com o 25 de Abril, entre as quais se contam a intervenção e a participação dos trabalhadores aos vários níveis decisórios. Mas, porque assim pensamos, preocupa-nos a consolidação dessas conquistas. E é com serenidade e objectividade que aqui afirmamos que a democracia laboral e sindical, sem a qual não existem democracia política e económica, têm de se autoviviabilizar, em vez de autodestruir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A viabilização pressupõe uma política clara de trabalho por parte do Governo e realismo e sentido de responsabilidade por parte das organizações de trabalhadores e de empregadores.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ao Governo reconhecemos a consciência dos objectivos a atingir no domínio das relações de trabalho.

Mas à correção dos objectivos nem sempre tem correspondido uma prática governamental e administrativa consequente.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A política legislativa do trabalho tem, por vezes, vindo a ser exercida com manifesto incumprimento dos dispositivos constitucionais que determinam a participação das organizações representativas dos trabalhadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É nítida a sensação de descoordenação na emissão de diversos diplomas.

Cumpre, por outro lado, observar que certos diplomas e práticas do Ministério do Trabalho, em vez de uma democracia sindical e de uma política social e de contratação verdadeiramente concertada, denunciam um pendor centralista e administrativista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isto se nota no domínio das relações de trabalho, sobretudo pelas actuações na contratação colectiva, que frequentemente são lesivas da liberdade de contratação, verdadeira pedra angular de qualquer sistema de relações profissionais.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, no domínio da intervenção nos conflitos colectivos e na contratação colectiva, o Governo tem-se revelado pouco apto para instaurar um diálogo frutuoso entre as forças sindicais e as associações patronais, diálogo que não é substituível.

Dados os objectivos partidários que muitas vezes guiam a sua actuação, a Intersindical tem empurrado o Ministério do Trabalho para intervir com demasiada frequência na solução dos conflitos colectivos.

Não tem o Ministério sabido resistir com lucidez ao engodo que o leva a chamar a si a resolução, sem uma prévia definição de uma política e de uma estratégia, sem sólidos *dossiers* informativos, sem apoio de outros departamentos governamentais.

Deixando-se conduzir assim, o Ministério permite a conversão em casos políticos de inúmeros problemas que não deveriam revestir essa feição. Submete-se, e submete o Governo, a uma desnecessária situação de desgaste permanente, partidarizando a vida sindical.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É certo que estes são problemas do Governo e não da oposição. Mencionamo-los, porém, porque os inconvenientes desta prática são de âmbito nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Desonerando quase sistematicamente os parceiros sociais da responsabilidade de encontrarem entre si solução para os diferendos, o Ministério do Sr. Dr. Marcelo Curto hipoteca o futuro de um sistema concentrado, livre e responsável de relações de trabalho do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mantém velhos hábitos com os quais se deveria romper. Cria insensivelmente um clima propício às soluções de centralismo burocrático em que estão empenhadas força adversas à implantação da democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Urge, pois, que se mude de rumo. Que se promova e se encoraje a livre negociação colectiva consagrada pela Convenção n.º 98 da OIT que Portugal ratificou. Que se criem as condições necessárias para que os sindicatos e as associações patronais iniciem uma prática responsável de relações sociais, a bem da economia, da justiça social e da democracia.

A um novo dinamismo na política de relações profissionais concertadas deveria também corresponder a curto prazo a reestruturação e ampliação dos tribunais do trabalho e o estabelecimento de nova orgânica para a administração do trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não negamos as responsabilidades do Governo no deficiente panorama das relações colectivas de trabalho.

Dada a importância destas no que toca às condições de trabalho, à produtividade e à condição de uma política equilibrada de preços e salários, é óbvia a necessidade de substanciais alterações na política levada a cabo pela Praça de Londres.

Não devemos, no entanto, esquecer a relevância que neste domínio possuem os sindicatos, parceiros sem cuja participação construtiva fica comprometida uma política que a médio prazo nos conduza a níveis satisfatórios de emprego e de consumo.

Até ao momento, a Intersindical tem-se comportado como uma dócil correia de transmissão do PCP. Ora, como pode verificar-se pelos últimos discursos dos seus dirigentes, este partido continua infelizmente empenhado em barrar-nos a saída para a crise económica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A Constituição Política reconhece a existência de um sector privado da economia. O funcionamento do esquema constitucionalmente delineado implica, pois, como aliás, a Constituição expressamente diz, o desenvolvimento harmonioso de todos os sectores. Fortemente carecido de reestruturação e de uma gestão que assegure o seu dinamismo e a sua rendibilidade, o actual sector público da economia tem já um vulto que excede de momento a capacidade de resposta de uma administração pública anciolosada, ela própria a necessitar de urgente reforma.

É, pois, óbvio que o sector privado é hoje uma área vital para o funcionamento de todo o aparelho produtivo e para o imprescindível relançamento da actividade económica.

Porém, o PCP não aceita uma plataforma de coexistência estável entre os sectores, não obstante ter votado a Constituição e não ter votado contra um plano donde resultam os limites de dinâmica de curto prazo do sector público.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É sintomático que para o PCP toda e qualquer melhoria da periclitante situação do sector privado represente o «reforço dos lucros, da exploração, da acumulação capitalista e do imperialismo»; que todas e quaisquer medidas de viabilização do sector privado sejam apodadas de «recuperação do patronato reaccionário», ou simplesmente de «recuperação capitalista».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sob a ideia de «uma dinâmica não capitalista», o que se pretende é inviabilizar de vez o sector privado, prosseguindo a política gonçalvista de asfixia da tesouraria das empresas através do congelamento de preços, da subida irrealista dos salários e da quebra vertical da produtividade. Com estes métodos lançam-se as empresas para a intervenção e sustenta-se depois a heresia de restituir à gestão privada empresas intervencionadas. E pretendia continuar-se a fugir sistematicamente à definição de regras de jogo do sistema económico, travando o investimento e perpetuando a estagnação.

A «dinâmica não capitalista» é para o PCP sinónimo de colocar o sector privado na rampa inclinada da degradação provocada e auto-sustentada e do boicote autoritário à recuperação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Dados os fins de estratégia mundial, pouco interessa aos promotores de uma tal metodologia o número de vidas destroçadas, de gente lançada na miséria, a descida da produção, o alastramento e a estruturalização do desemprego, a quebra brutal do nível de vida no dia em que as reservas cambiais chegassem ao fim.

Que temos um partido suficientemente irresponsável para prosseguir tal política, demonstram-no os factos. De outra vez aprofundaremos as motivações.

O que agora interessa sublinhar é que os sindicatos da Inter terão de se definir a curto prazo sobre se o seu fim é o de melhorar a situação dos trabalhadores no quadro institucional traçado pela Constituição e aplicado por esta Assembleia e pelo Governo, ou apenas o de explorar e agravar conflitos e problemas para debilitar ainda mais o nosso sistema económico.

Esses sindicatos terão de mostrar pela sua prática se querem ser agentes de uma estratégia política de terra queimada, se se querem puramente reivindicativos e desinteressados dos efeitos económicos da sua actuação ou se, pelo contrário, querem participar na condução da nossa economia. Esses sindicatos terão de mostrar se compreendem que travar a inflação significa beneficiar o poder de compra dos trabalhadores ou se preferem reforçar o surto inflacionário para assim agravar as condições económicas e criar situações de crise.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estas questões são essenciais. Os trabalhadores apercebem-se em cada vez maior número de que os muitos problemas que afligem o País e as classes trabalhadoras só terão saída pelo trabalho, pela inovação, pela participação generalizada, pela conciliação, pelo investimento.

Sem que se possa identificar com um só partido, uma tendência sindicalista reformista ganha força crescente. As direcções sindicais cumpre compreendê-lo para que as contradições entre o aparelho e as bases se não tornem demasiado violentas e a unidade do movimento sindical se não perca irremediavelmente por muitas décadas.

O projecto de lei sobre as associações sindicais que hoje o Partido Social-Democrata apresentou na Mesa demonstra o nosso empenhamento na unidade. Prova a nossa confiança no futuro de um movimento sindical livre e actuante. Exprime a firme determinação, que cremos compartilhada por todas as forças democráticas aqui representadas, de evitar as manipulações dos sindicatos por parte de aparelhos cupulistas e minoritários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se esse projecto se vier a converter em lei, um passo importante terá sido franqueado para que, no futuro, ninguém mais ouse dizer que a aliança com os trabalhadores significa, no nosso país, a aliança com um qualquer partido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Guterres (PS): — O Sr. Deputado Sérvulo Correia realizou hoje a segunda intervenção que, no debate posterior à interpelação, foi feita pelo PSD. Cumpre assinalar, em primeiro lugar, que além da primeira frase da sua intervenção e das duas últimas frases da intervenção do Deputado que o antecedeu, o Sr. Deputado Ângelo Correia, praticamente o PSD não se referiu uma única vez ao conjunto de medidas aqui em discussão.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Esqueceu-se!

O Orador: — Em segundo lugar, gostaria de me referir em especial e de lhe pedir o seu contributo no esclarecimento de alguns aspectos ligados à primeira parte da sua intervenção, aquela em que se referiu a um conjunto de medidas que propôs no domínio do sector da segurança social de que é conhecido e reputado especialista. E o comentário que eu desejaría fazer no início dessa pergunta é este: que bom seria se todos nós fôssemos ricos!

Na realidade, o Sr. Deputado apontou, sem indicar as formas de financiamento, um conjunto de medidas com as quais, em abstrato e naturalmente, todos estamos de acordo, mas que nos parecem infelizmente manifestamente difíceis de executar num período em que o próprio partido a que o Sr. Deputado pertence afirma que é necessário reforçar uma política conjuntural de austeridade e uma política conjuntural de contenção das despesas públicas e privadas.

A uma pergunta semelhante que lhe foi feita no último debate que aqui tivemos, salvo erro no debate sobre o Plano, respondeu o Sr. Deputado que havia imperativos de justiça que estavam acima das questões financeiras. Se isso é verdade, também nos parece certo que, se as questões financeiras não forem resolvidas e se não encontrar um caminho de resolução dos

problemas económicos do nosso país, não há nenhum imperativo de justiça ao qual se possa dar resposta em Portugal.

Uma voz do PSD: — Mas que pergunta é essa?

O Sr. Presidente: — Como não há mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para responder, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queixa-se ou pelo menos anota o Sr. Deputado António Guterres a circunstância de o Partido Social-Democrata não ter referido o conjunto de medidas em discussão.

Em primeiro lugar, discordo dessa opinião, pois os meus camaradas Sousa Franco e Ângelo Correia fizeram variadíssimas referências às medidas em discussão, concordando com algumas, sugerindo alterações de pormenor em relação a outras e rejeitando ainda algumas outras.

Mas eu queria chamar a atenção do Sr. Deputado para o facto de que a razão de ser e a filosofia de um debate desta ordem não são apenas as de analisar as medidas já efectivamente tomadas pelo Governo — referimo-nos a essas medidas na globalidade. Creio que esclareceremos suficientemente e por diversas vezes, que, no seu conjunto, as medidas em apreço, merecem o nosso apoio. Mas esclareceremos também que, em nosso entender, elas não são ainda suficientes, que terão de ser enquadradas num quadro mais amplo, que, por um lado, assegurará que se extraiam delas todas as potencialidades que de outra forma se poderão perder, e, por outro lado, permitirá também corrigir alguns efeitos negativos que necessariamente se associarão aos efeitos positivos. E, portanto, não se diga que nós fazemos a afirmação em abstrato, porque aqui, ao longo das diversas intervenções já produzidas — e foi, nomeadamente, o caso da minha — nós sugerimos ao Governo ou, até, em certa medida, exigimos ao Governo que venha a adoptar diversas dessas medidas que concretamente enunciámos.

Nós, como oposição responsável, somos portadores de soluções que, em parte, convergem com as do Governo, que, noutra parte, necessariamente não convergem e que, noutra ainda, poderão vir a convergir se o Governo vier a alinhar os seus pontos de vista com os nossos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, quanto à segunda questão enunciada pelo Sr. Deputado António Guterres, em que o Sr. Deputado refere o carácter positivo, penso eu, das medidas cuja adopção sugeri, mas em que suscita a questão da falta de recursos financeiros que permitam financiar essas medidas, eu devo, em primeiro lugar, chamar a sua atenção para o facto de que várias das medidas que sugeri concretamente não representariam, porventura, grandes aumentos de encargos do Orçamento Geral do Estado. Por exemplo, refiro-lhe a contratação de professores para, com o seu curso, prestarem serviço em escolas portuguesas no estrangeiro, em vez do recurso a amadores. Refiro-lhe também a criação de um fundo de apoio ao

emigrante, que, embora financiado pelo Orçamento Geral do Estado, através dos recursos gerais de que o Estado dispõe para esse efeito, seria uma contrapartida moral e quem sabe se, muito provavelmente, também um estímulo para um maior afluxo de remessas e, portanto, para uma correcção, ainda que parcial, dos nossos problemas da balança de pagamentos.

Por outro lado, Sr. Deputado, nós, sociais-democratas, sempre temos defendido claramente esta linha: que, em situações de crise económica, há determinadas medidas mínimas que asseguram níveis, ainda que deficientes, de subsistência à generalidade da população e que terão de ser tomadas custe o que custar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Num país como o nosso, nesta Europa, neste ano de 1977, nós não podemos, de forma alguma, permitir que haja pessoas que morrem de fome ou qualquer coisa do género.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, interpretamos e apoiamos vivamente a generalização pelo Governo da pensão social, que irá, ao que penso, envolver um agravamento muito substancial de encargos que não estavam abrangidos nas linhas fundamentais do orçamento da Previdência que foram aqui apresentadas à Assembleia em Dezembro último. Mas ainda assim nós aprovamos essa generalização da pensão social.

Contudo, chamo a sua atenção para o facto de que sugeri concretamente que os acréscimos de recursos fiscais, a obter através do aumento do imposto de transacções e das sobretaxas de importação, sejam preferentemente canalizados para o financiamento de medidas concretamente dirigidas a estratos que consabida e seguramente são os mais desprotegidos da população — os reformados com pensões de nível mais baixo, as famílias com níveis de rendimentos baixos e com maior número de filhos.

Penso, portanto, que há nestes domínios muito que fazer e muito que pode ser feito, ainda que, porventura, com detimento de outros gastos também necessários mas não essenciais quando está em causa, mais uma vez, a vida humana e a dignidade do ser humano.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretários de Estado, Srs. Deputados: Ao comentarmos, momentos após a sua apresentação, a interpelação feita ao Governo pelo PPD/PSD, a propósito das medidas adoptadas em Conselho de Ministros nos dias 25 e 26 de Fevereiro, tivemos oportunidade de declarar que a considerávamos constitucional e regimentalmente normal e que se nos afigurava ser também politicamente justificada e parlamentarmente oportuna.

A nosso ver, tratava-se de não dramatizar a utilização por um partido político representado nesta Assembleia de uma faculdade que a Constituição e o Regimento lhe conferem, exercido sobre matéria das mais fundas e graves repercussões nas condições de vida do povo português e quando se sabia já que a

Assembleia da República seria chamada a deliberar pelo menos sobre oito das medidas anunciadas pelo Governo.

Houve quem acolhesse a iniciativa do PPD/PSD com confessado enfado e indisfarçável nervosismo, houve quem a comentasse insinuando tratar-se de mais uma tentativa de desestabilização promovida por aquele partido.

Não curámos nós de sondar as intenções reservadas do PPD/PSD e de lhes fazer nessa base um processo como outros entenderam fazer. Nunca admitimos que entre o sentido das eventuais objecções do PPD/PSD e as nossas próprias pudesse haver identificação, nem sequer «pontual», e o debate ai está a demonstrá-lo.

Aproveito, aliás, a oportunidade para, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, lavrar o nosso mais vivo protesto pelas irresponsáveis afirmações aqui produzidas pelo Sr. Deputado Sérvulo Correia relativamente à política económica do meu partido.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — As afirmações do Sr. Deputado Sérvulo Correia dão razão àqueles que entendem que o PPD/PSD decidiu um bocado sob o impulso de circunstâncias muito próprias do momento, sem pensar um pouco à distância.

Na verdade, como, um pouco à distância, houve oportunidade para o PPD/PSD convencer o Governo de algumas das suas exigências, o PPD/PSD ficou com o menino nos braços sem saber bem o que lhe fazer.

Risos do PSD.

Hoje, apresentou aqui uma solução à pressa fazendo crer que se tratava de exigir um pacote de medidas sociais. Mas, na verdade, deu também um outro sentido à sua interpelação; foi, não o de interpelar o Governo, mas de interpelar a bancada do PCP. Relativamente a outras considerações que fez teremos oportunidade de responder adiante.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Lá está o processo de intenção!

O Orador: — Mas entendíamos e entendemos que este debate pode ser objectivamente salutar e até pedagógico num momento em que vários vectores actuantes na nossa sociedade apontam para um clima de intolerância, num momento em que quem objecta, quem discorda, quem protesta, quem se opõe, no pleno exercício das liberdades democráticas, à doutrina oficial ou à doutrina que a direita quer ver erigida como oficial, vê os seus pontos de vista deformados, caluniados, é objecto de ataques vesplos e ameaças veladas ou declaradas e frequentemente apontado à execração pública.

Não pode surpreender que os quadrantes reaccionários da nossa vida política e as bancadas da direita desta Câmara não tolerem a discordância e a oposição que não sejam as suas próprias discordância e oposição. Menos ainda pode surpreender que a reacção e a direita não tolerem a discordância e a oposição quando provenientes dos trabalhadores, das suas organizações sindicais e políticas. Não surpreende que

elas considerem que o ponto de vista dos trabalhadores é sempre «desestabilizador», na linguagem actual, ou «subversivo», na linguagem anterior ao 25 de Abril.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Decrépito!

O Orador: — Esta constatação reveste-se, porém, de grande importância política. Ela mostra como por detrás das profissões de fé democrática que a direita reaccionária prodigaliza ela se mantém apertada às concepções tradicionais dos detentores da terra e do capital no nosso país — o conservantismo cerrado, o ultramontanismo feroz, o autoritarismo de casta, combinados agora com um desforno mal contido.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Essa velha e impermeável intolerância tem sido aqui patenteada quando a bancada mais à direita desta Câmara tem entendido chamar a si a defesa deste ou daquele aspecto da política do Governo e se julga numa posição de força.

Risos do CDS.

Com isto não absolvemos as próprias manifestações de intolerância provenientes dos quadrantes do Governo e do partido do Governo.

Temos afirmado que a recuperação capitalista, agrária e imperialista, se consumada, representaria nas condições do nosso país a supressão das liberdades e da democracia. Mas repare-se que a própria pressão das forças do capital e da reacção no sentido da recuperação capitalista traz já no bojo a recuperação dos demais privilégios e entre eles o monopólio da palavra, o monopólio da opinião. Já traz no bojo a limitação das liberdades democráticas consagradas na Constituição, nomeadamente as que contemplam mais directamente os trabalhadores.

É curioso assinalar como certos tribunos da direita associam as medidas ora em debate a definição do sector público e privado, a regulamentação da greve e da liberdade sindical.

O projecto da reacção não é apenas o de impor pela força a recuperação capitalista como, ao mesmo tempo e para alcançar esse objectivo, desarmar os trabalhadores dos meios legais da resistência. O projecto da reacção é tentar que isto seja feito pelo PS, ou com o PS, mas preparando simultaneamente os dispositivos para que possa fazê-lo por outras formas ...

O que é preocupante é que homens e forças cujo apego aos ideais da democracia não questionados possam ceder nas transformações revolucionárias da nossa sociedade e irem cedendo nas próprias liberdades. O preocupante é que não se pressinta que por detrás das exigências de recuperação ou dos apoios circunstanciais e envenenados a medidas de recuperação capitalista se erguem as velhas classes dominantes sequiosas de restabelecer o antigo domínio sobre todos os aspectos da vida nacional. Por detrás das exigências é o próprio fascismo que se levanta.

Aplausos do PCP.

Para o PCP, não se trata de emprestar a este debate qualquer atmosfera de crise, mas a de, nos ter-

mos constitucionais, reafirmar a sua liberdade de crítica, a liberdade e a obrigação de se opor a todas as decisões que em seu entender comprometam as conquistas dos trabalhadores e do povo português, as transformações operadas na nossa sociedade, a democracia e a independência nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Trata-se de reafirmar o pleno respeito e a inquebrantável vontade de contribuir para a construção em Portugal de «um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras». (Artigo 2.º da Constituição da República.)

Não é o PCP seguramente quem se afasta dos imperativos constitucionais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Olhe que é!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, Srs. Representantes do Governo: São duas as notas principais que quisemos vincar neste debate.

A primeira, refere-se ao sentido fundamental das medidas do Governo.

A segunda é a de que, em nosso entender, há uma alternativa democrática à orientação subjacente às medidas adoptadas em 25 e 26 de Fevereiro.

Quanto à primeira questão, o sentido das várias intervenções feitas até agora, quer pelo Governo, quer pelo partido do Governo, quer pelos partidos de direita, adensam as nossas preocupações pelo futuro do nosso país, no imediato e no médio prazo, e justificam um tratamento separado, no sentido declarar a nossa posição em relação às questões suscitadas pelo debate.

Deveremos acentuar desde já que é particularmente preocupante a confluência de opiniões sobre a inevitabilidade da recuperação capitalista como única via possível entre os que por menos consideração da questão manifestam uma convicção quase obsessiva e aqueles que sabendo muito bem o que querem tecem um falso e ardiloso convencimento.

Para estes últimos, representantes do grande capital, o apoio às medidas de 25 e 26 de Fevereiro não se traduz, de maneira nenhuma, num engano ou numa actuação de má-fé em relação aos seus eleitos. Tal apoio significa no essencial que o grande capital vê nas medidas do Governo uma política que serve fundamental e suficientemente os seus projectos de recuperação e a eles conduz inevitavelmente.

Tal apoio é afinal prova, não bastante mas ainda assim prova, de que as medidas do Governo representam uma opção, mesmo que não sistemática e definitiva, pela via da recuperação capitalista.

Este é o ponto essencial da questão, esta é a explicação para a atitude dos partidos da direita, este é o fio condutor para entender o conjunto das medidas de 25 e 26 de Fevereiro.

Já dissemos neste debate que não pautamos a nossa atitude por uma conduta de oposição sistemática. Apoiámos e considerámos favoravelmente algumas

medidas integradas no chamado pacote de 25 de Fevereiro. Votámo-las favoravelmente na comissão parlamentar respectiva.

Tal facto não faz esquecer, e não esconde, o sentido profundamente negativo de outras medidas.

É o que se passa com a desvalorização do escudo, que, tal como decorre da intervenção do meu camarada Carlos Carvalhas, para além do agravamento das razões de troca — vamos passar a comprar mais caro e a vender por menos dinheiro —, para além das consequências negativas sobre a dívida externa, vem significar claramente, como hoje já sucede, um aumento brusco e alarmante do custo de vida e uma diminuição dos salários reais dos trabalhadores, sem que ninguém se atreva a garantir os seus efeitos positivos sobre a situação global da balança de pagamentos. Tudo isto legitima a convicção, que não é apenas nossa, de que a desvalorização obedeceu a pressões do imperialismo e se integra nas condições impostas na negociação dos empréstimos e outras iniciativas da actual política externa. É também o que se passa com o frustrado «cabaz de compras», com a liberalização do regime de fixação de preços, com a reavaliação dos activos das empresas privadas.

O PCP, e naturalmente o seu grupo parlamentar, tem defendido e continuará a defender que é necessário superar e é urgente resolver a crise económica e financeira que ameaça submergir o povo português em novas dificuldades e diminuir-lhe o já baixo nível de vida.

Temos defendido e continuaremos a defender que é necessário e urgente superar e resolver a crise económica e financeira, porque a sua persistência ameaça degenerar em crise social e política e pode pôr mesmo em risco a democracia e as liberdades democráticas, conquista preciosa do povo português, que ele pagou com uma longa luta, plena de sacrifícios e depois de quase 50 anos de ditadura fascista.

Mas as medidas tomadas em 25 e 26 de Fevereiro, dirigindo-se prioritariamente para a restrição dos consumos e pouco ou nada adiantando no objectivo de aumentar a produção, não só não resolvem a crise, como representam para os trabalhadores e classes médias, para os reformados e pensionistas e, de uma forma geral, para todos aqueles que vivem dos seus salários e vencimentos ou de rendimentos fixos, uma forte diminuição do seu poder de compra e a necessidade de sacrificar mesmo consumos de primeira necessidade, se quiserem que o dinheiro lhes chegue até ao fim do mês.

Ao contrário, os capitalistas, os que vivem do lucro e rendimentos variáveis vêem os seus lucros aumentados mesmo se candidamente admitissemos que as suas percentagens de lucro não sofreram alteração.

Quer isto dizer que a tão propalada solução dos nossos problemas económicos e financeiros é transformada com as recentes medidas do Governo no agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias e no aumento dos lucros e da vida folgada dos capitalistas, sobretudo dos grandes.

Isto, Sr. Presidente. Srs. Deputados, não é a recuperação económica mas a recuperação capitalista.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nas actuais condições do nosso país, a via capitalista não levará ao desenvolvimento económico, a recuperação capitalista não conduzirá à recuperação económica. Levará sim ao estabelecimento do processo de acumulação capitalista, à restauração dos privilégios da burguesia monopolista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo: Existe uma alternativa democrática.

Existe uma alternativa para a política de recuperação capitalista.

Em nosso entender, tal alternativa terá de basear-se na consolidação das transformações operadas desde 25 de Abril nas estruturas económico-sociais, na existência de uma economia portuguesa com sectores económicos diversificados.

Só uma política que tenha em conta a diversidade das formações económicas existentes e o seu peso relativo pode encontrar uma saída para as dificuldades e o caminho para a reconstrução da economia portuguesa.

Só uma política que atenda a que as relações de produção capitalista, embora predominantes, já não são determinantes, que considere o peso determinante e a importância da formação económica não capitalista, constituída pelas empresas nacionalizadas e intervencionadas, pelas cooperativas e unidades colectivas de produção da zona da Reforma Agrária e pelas cooperativas constituídas em empresas abandonadas pelo patronato, poderá garantir o desenvolvimento da produção nacional, o reequilíbrio financeiro, a reanimação da economia.

Só o arranque da actividade do sector público, onde se encontram os sectores básicos da economia, conduzirá à reanimação económica, possibilitará e estimulará o investimento reprodutivo, permitirá a planificação e assim evitárá a anarquia da produção e a delapidação de recursos tão necessários à economia nacional.

Queremos dizer, também em resposta ao Sr. Deputado Sérvulo Correia, que não defendemos em nenhum caso a liquidação do sector privado. Consideramo-lo como uma das formações existentes na nossa vida económica. Defendemos para ele os estímulos adequados.

Risos do PSD e CDS.

Pensamos, ainda, que será pelo arranque do sector público que o sector privado será incentivado.

A recuperação capitalista, mesmo que mascarada de recuperação económica, significa o agravamento brutal das condições de vida, o desemprego, o investimento anárquico e não orientado para o interesse nacional, a degradação progressiva da economia, a dependência externa.

Os milhões de desempregados que hoje existem no mundo capitalista são o resultado e as vítimas das soluções aqui apresentadas pelo CDS, que o povo português, aliás, bem conhece, porque as sentiu na carne até ao 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A estreita concepção dos que fazendo coro com as vozes do grande capital vêm na restrição dos consumos, na recuperação capitalista a via de saída esquece que existe no quadro das conquistas

da Revolução consagradas constitucionalmente a única solução democrática e nacional, que é dizer a única saída patriótica.

Protestos do CDS.

O PCP, no seu VIII Congresso, ao mesmo tempo que alertava para os perigos da situação, apontava uma série de medidas que, rapidamente aplicadas, poderiam amortecer a situação deficitária e provocar a reanimação económica.

É necessário reduzir as importações, desde logo com medidas de austeridade que limitem ou mesmo eliminem importações de bens não essenciais, que representam um volume de vários milhões de contos. É possível em algumas importações essenciais a sua substituição por produtos sucedâneos, bem como a reorientação de consumos.

Fundamentalmente, há que procurar rapidamente a produção nacional de artigos que actualmente se importam, numa correcta política de substituição de importações. O desenvolvimento do sector não capitalista é neste campo determinante. O apoio técnico e financeiro às cooperativas e unidades colectivas de produção na zona da Reforma Agrária, ao lado de igual apoio aos pequenos e médios agricultores permitiria em curto espaço de tempo desenvolver a produção nacional de cereais, de carne, nomeadamente de suíno e frango, de tabaco e de açúcar na base da cultura da beterraba.

Deve ser dado todo o apoio aos projectos de reconversão de empresas do sector não capitalista, para fabrico de equipamentos até agora importados, como é o caso do projecto apresentado pela Metalúrgica Duarte Ferreira para fabricação de tractores, camiões e equipamento agrícola.

No que toca às exportações, impõe-se alterar a sua natureza, substituindo as exportações de matérias-primas ou produtos pouco laborados por produtos com maior incorporação de trabalho nacional. Impõe-se diversificar as relações internacionais.

Deveremos aqui acentuar que quando falamos de diversificação não pensamos exclusiva ou predominantemente nos países socialistas ou nos países do Terceiro Mundo. Pensamos também na extensão das relações com os países com que tradicionalmente já temos um grande comércio. Não defendemos o isolamento de Portugal, sempre apontámos a necessidade de estabelecer relações de cooperação com todos os Estados, independentemente do seu regime político.

Para aumentar e desenvolver a produção nacional impõe-se reorganizar os sectores básicos, planificar o investimento, as compras, as vendas, estabelecer prioridades, definir as linhas de orientação do desenvolvimento sectorial.

O controlo de preços torna necessária a reestruturação dos circuitos de distribuição, quer criando estruturas de frio e de armazenagem, quer combatendo os grandes intermediários especuladores, quer intervindo no abastecimento de bens essenciais e no comércio externo, quer anulando situações monopolistas de empresas privadas.

O sucesso destas e outras medidas que há muito apontamos e constam da resolução política do VIII Congresso e de outros documentos do meu Partido, só será, no entanto, garantido se a batalha for travada com os trabalhadores, na defesa dos seus interesses e não contra os trabalhadores.

Sempre afirmámos a necessidade de medidas de austeridade. Fomos os primeiros a usar a expressão de que o País não poderia viver acima das suas posses.

Mas a austeridade e os sacrifícios de que falamos não são a degradação das condições de vida dos trabalhadores, por um lado, e o aumento dos rendimentos dos capitalistas, por outro. Essa é a austeridade da dinâmica capitalista, para que apontam as medidas de 25 e 26 de Fevereiro. Essa é a alternativa da miséria. A austeridade de que falamos é uma austeridade que comece por atingir e atinja mais pesadamente aqueles que mais têm.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Nós afirmámos e repetimos: há uma alternativa democrática. E insistimos:

A alternativa nacional e patriótica é a única via para a reanimação económica.

Partindo da realidade nacional, da consideração das várias formações económicas, respeitando as conquistas da Revolução, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, aplicando e defendendo a Constituição da República, dinamizando e desenvolvendo o sector não capitalista, respeitando as condições de vida e os interesses dos trabalhadores, apontando claramente o rumo do socialismo, a política de reanimação económica terá o seu sucesso garantido.

Não se trata tanto de diminuição dos consumos em geral, mas dos consumos supérfluos. O objectivo fundamental a alcançar para resolver o problema fulcral das grandes dificuldades económicas é a do aumento acelerado da produção nacional.

Este objectivo pode ser alcançado. Porque os trabalhadores o entenderão, porque estarão com ele, porque porão todo o seu entusiasmo, criatividade e espírito de sacrifício ao seu serviço, o que é dizer, ao serviço do interesse nacional.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretários de Estado, Srs. Deputados: Face aos graves problemas que afectam a situação económica e financeira do País, o PCP tem uma posição responsável.

O PCP não assume uma atitude de contestação negativista em relação às propostas e medidas provenientes do Governo ou de qualquer outro quadrante democrático. Aprecia essas propostas e medidas à luz do critério da alternativa democrática que sustenta e entende ser a capaz de dar resposta adequada à urgente necessidade de superar os défices e aumentar a produção nacional, com o reforço da democracia e de mais conquistas da Revolução no trajecto constitucionalmente traçado.

O PCP aponta uma alternativa clara e está trabalhando para dentro dela avançar as mais completas propostas de solução para os problemas concretos dos diferentes sectores. Como já anunciamos, a direcção do PCP, os economistas, técnicos, trabalhadores comunistas, estão envolvidos neste labor. Em breve todas as células do partido, nomeadamente as de empresa e os trabalhadores não comunistas, que connosco quiserem colaborar, serão chamados a pesquisar e encontrar soluções concretas que repercutam no

aumento da produção e na diminuição das importações. O tempo vai demonstrar que as medidas adoptadas pelo Governo a 25 e 26 de Fevereiro, agravando desmedidamente as condições de vida do povo português, são inadequadas e não conduzem à resolução dos problemas económicos e financeiros que o País enfrenta. Umas carecerão de ajustamentos, outras terão de ser inteiramente substituídas.

Quanto a nós, comunistas, reafirmamos que, independentemente das divergências e das críticas que abertamente formulamos, mantemos a determinação de procurar o entendimento com outras forças democráticas que permita estabelecer uma plataforma de resposta às graves ameaças económicas e políticas, tendo em vista a salvação e a consolidação da democracia, a construção de um Portugal democrático, próspero, independente, a caminho do socialismo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Deputado Carlos Brito: Não tive o gosto de ouvir toda a sua intervenção e, portanto, se houve algum lapso naquilo que lhe vou perguntar, peço antecipadamente desculpa.

Tenho a impressão de que o Sr. Deputado Carlos Brito reconheceu que há um défice da nossa produção em relação ao nosso consumo, o que aliás, é um facto notório, e pareceu-me ouvi-lo dizer que esse défice podia ser suprido por um aumento rápido e forçado da nossa produção. Não entendi bem isso porque, sendo certo que nós importamos 23 milhões de contos de géneros alimentícios, directos ou instrumentais, não vejo muito bem como é que seria possível, num prazo extremamente curto, obter pela produção agrícola portuguesa esses 23 milhões de contos de géneros que importamos.

Queria saber se é realmente esse o seu pensamento ou se concorda que, porventura, os portugueses terão de recorrer, pelo menos num período provisório, ao crédito externo para comprarem aquilo de que necessitam para comer. Se assim é, por que motivo é que o Sr. Deputado Carlos Brito tem uma tal relutância em relação ao endividamento externo? Ainda há pouco o Sr. Deputado Aboim Inglês referiu que a Europa de Leste tinha uma dívida externa de 33 milhões de dólares — eu sustento que são 40, mas isso para o caso não tem grande importância — ao mundo ocidental. Por que motivo é que a União Soviética e a Polónia se podem endividar e Portugal não? Este o mistério que eu gostaria de ver aclarado. Aliás, se a Europa de Leste tem créditos, como toda a gente sabe, muitos deles são incobráveis e a história política diplomática tem-nos dado bastantes exemplos disso, não valendo a pena referi-los aqui.

O terceiro pedido de esclarecimento que desejava fazer é o seguinte: A Europa democrática está associada no Mercado Comum — a CEE; a Europa comunista, com a excepção da Jugoslávia, também está associada num mercado comum, que é o COMECON. Pergunto se essa relutância do Sr. Deputado Carlos Brito a uma adesão de Portugal ao Mercado Comum também se amplia a uma eventual adesão de Portu-

gal ao COMECON? Será que haverá mercados comuns bons e mercados comuns maus? Se assim é, porque é que isso acontece?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito quer responder já ou no fim de feitos todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Prefiro responder já.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É um grande prazer ser questionado pelo Sr. Deputado Salgado Zenha e por isso vou rapidamente responder aos pedidos de esclarecimento que me fez e também esclarecer uma outra situação.

Na verdade, a ausência do Sr. Deputado interfere com os pedidos de esclarecimento que formulou, não por aquilo que eu disse e o Sr. Deputado não ouviu, mas por aquilo que o Sr. Deputado não ouviu porque eu não disse.

Risos.

A verdade é que eu não me referi ao Mercado Comum. Tive esse cuidado.

Risos.

O Sr. Primeiro-Ministro vem amanhã fazer uma comunicação à Assembleia e reservei para esse momento as dúvidas que a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro nos suscitará e também as posições do meu partido, se eventualmente, num pedido de esclarecimento pudermos insinuar quais são.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Depreendi que o Sr. Deputado Carlos de Brito se referiu às pressões internacionais, nomeadamente aos empréstimos, e entendi isso como alusão crítica ao endividamento de Portugal em relação ao mundo ocidental, como uma posição crítica em relação ao Mercado Comum. Foi essa sua frase que eu interpretei desta maneira, mas, se esse não é o seu sentimento íntimo, eu muito me congratulo.

Risos.

O Orador: — Sr. Deputado: Repare que manifestei uma relutância em relação às imposições do imperialismo que acompanham os empréstimos e não em relação aos empréstimos.

Começando então por responder às suas perguntas, quero dizer-lhe que reconhecemos, até o afirmei e ninguém até agora o contestou, que fomos os primeiros a alertar para este imenso défice que existe entre a nossa produção e o consumo. Desde há muito que propomos medidas para lhe fazer frente. Na verdade, não apontamos como medida única o aumento da produção, embora esse seja, quanto a nós, o objectivo capaz de resolver os nossos problemas financeiros. Além desta, temos advogado outras medidas, como a limitação das importações e outras propostas concretas, desde a contingenciação a outras.

Temos defendido a extrema limitação de todas as importações supérfluas e só não temos advogado que sejam pura e simplesmente proibidas porque conhecemos as regras do mercado internacional e poderíamos ser objecto de medidas idênticas por parte de outros países. De qualquer maneira, temos avançado em vários dos nossos documentos, com largas propostas sobre esta matéria. Repare que eu afirmei na minha intervenção que defendemos a redução dos consumos supérfluos. Defendemos medidas de austeridade que atinjam sobretudo os que mais têm e não os que têm muito pouco.

O meu partido não é contra o recurso ao crédito e aos empréstimos externos. Aqui na Assembleia todos o sabem, pois até já votámos a favor de um ou dois empréstimos.

Risos

O que temos sempre reclamado é que o Governo nos forneça o quadro do nosso endividamento externo.

A outra questão que temos posto é a das condições da negociação dos empréstimos. É que se enveredarmos por uma política como aquela que consta da nossa alternativa, uma política assente no sector público — embora sem desprezo pelo sector privado, embora com medidas que possam também incentivar este sector —, mas uma política assente nos recursos nacionais, nós estaremos em condições de negociar os empréstimos a partir de uma posição e de uma perspectiva que nos permitirá rejeitar qualquer condição que seja atentória da nossa independência política e mesmo económica.

Se diversificarmos as nossas relações externas, se encontrarmos formas de estabelecer linhas de crédito com uma larga diversidade de países que poderão estar em condições de estabelecer acordos a esse propósito connosco, pensamos que estaremos em melhores condições de rejeitar as condições políticas que os países imperialistas costumam associar aos empréstimos que concedem.

Por último, há a questão do Mercado Comum. O Sr. Deputado pergunta-me se defenderíamos a adesão de Portugal ao COMECON. Trata-se de uma pergunta absolutamente despropositada.

Risos do PS.

Nunca, em nenhum momento, em qualquer consideração, em qualquer texto do meu partido, aparece semelhante sugestão. Tal e qual como pensamos que a adesão integral ao Mercado Comum não é solução adequada para os nossos problemas, também pensamos que a adesão integral a qualquer outro tratado, a qualquer outro acordo, não seria adequada aos nossos interesses. Pensamos que temos tudo a ganhar na diversificação das relações económicas e de crédito e cremos que esse é um caminho possível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado: Reparei que não falou no Mercado Comum. Mas não pensa o Sr. Deputado que este conjunto de medidas é precisamente a consequência dos primeiros passos para a entrada no Mercado Comum?

Como já sei qual seria a resposta a muitas das perguntas que pretendia fazer...

Risos.

...farei apenas uma última: Qual a posição do seu partido em relação ao pacto social proposto pelo Sr. Primeiro-Ministro aquando da sua chegada da última viagem à Europa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder o Sr. Deputado Carlos de Brito e peço-lhe que seja breve.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quanto à primeira pergunta do Sr. Deputado Acácio Barreiros, quero dizer-lhe que estou convencido de que estas medidas estão ligadas à fase preparatória da negociação com o Mercado Comum, mas não só. Penso que elas também estão ligadas a uma concepção, que tive oportunidade de criticar, que é a de que a viabilidade da nossa economia se consegue através da recuperação capitalista. É essa a principal crítica que fazemos ao Governo. Pensamos que o Governo conta de mais com o sector privado e que estas medidas são tendentes, sobretudo, a favorecer o sector privado. Pensamos que elas surgem como condições impostas pelas instituições de crédito do imperialismo aos empréstimos em negociação. Atribuir a causa só à fase prévia da negociação com o Mercado Comum parece pouco e é bastante limitado.

Quanto ao pacto social, nós não conhecemos ainda qual é o pacto social que o Governo vai propor. Em geral, a burguesia quando propõe aos trabalhadores um pacto social, é nestes termos: «Vocês convençam-se a trabalhar mais e a ganhar menos.» Este é o pacto social da burguesia e eu não sei qual é o pacto social que o Governo nos vai propor.

Risos

O melhor será aguardar que o Governo apresente a sua proposta de pacto social, à qual daremos uma resposta responsável.

Risos

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para uma intervenção.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Antes de mais, suponho que me é devido formular um protesto por uma declaração feita aqui há momentos pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Deputado ou tem má memória ou vê fantasmas quando afirma que o povo português conhece por experiência o que é um Governo CDS. É de tal maneira absurda a afirmação do Sr. Deputado Carlos Brito que eu me permito protestar, dizendo apenas que o povo português conhece bem o que é a participação do Partido Comunista num Governo de Portugal ao serviço de forças que não são portuguesas.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito quer usar da palavra para que efeito?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Para um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Amaro da Costa o permitir, não me oponho.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Pedia ao Sr. Deputado Carlos Brito que o fizesse no final da minha intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Diogo Freitas do Amaral afirmou ontem nesta Assembleia que para nós, no CDS, a política, mais do que a «arte do possível», é a «arte de tornar possível aquilo que é necessário».

Por isso, julgamos que este debate sobre o conjunto de medidas económicas aprovado pelo Governo em 25 de Fevereiro, poderá, legitimamente, esperar-se que contribua para a criação de condições indispensáveis ao necessário combate à mórbida crise económica com que nos defrontamos.

Pessoalmente, não esconde que tive dúvidas sobre esta possibilidade. Quando o Partido interpelante formulou o seu requerimento solicitando ao Governo o presente debate, parecia haver uma grande distância entre os seus pontos de vista e a política económica conjuntural decidida em 25 de Fevereiro e desde há muito reclamada, em aspectos essenciais, pelo CDS.

Ouvindo ontem o Deputado Sousa Franco, julguei, todavia, perceber, pelo seu discurso, uma útil inflexão de tom do Partido interpelante. Disse ele: «A discussão das recentes medidas de divergência é legítima: sem ela não há democracia. Mas deve ser, acima de tudo, um momento de unidade democrática, à volta de objectivos comuns, que sejam claros e queridos pela maioria, e de comum espírito de esclarecimento e correcção por parte de todos nós.»

Se a política é a «arte de tornar possível aquilo que é necessário», é importante que todos aqueles que partilhamos de uma mesma concepção da democracia pluralista, de uma mesma doutrina sobre os direitos do homem e as liberdades públicas, de um mesmo projecto de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, nos saibamos pôr de acordo sobre aquilo que é necessário, nesta hora difícil que atravessamos, para dar a Portugal uma alma nova para salvar a democracia, para garantirmos aos portugueses a liberdade, a justiça, o bem-estar e a segurança a que têm direito.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Só assim conseguiremos ir mais longe na busca das condições que tornem possível o que é necessário.

Sem esta humildade, que é a de cada um pôr de lado, por momentos que seja, aquilo que o separa dos outros para construir, solidariamente, a plataforma de unidade mínima sem a qual o Estado é um recipiente meio vazio, seria muito difícil darmos passos significativos em direcção a um futuro melhor para todos os portugueses. Nesta atitude que, ao existir, favorece, no essencial, a convergência em vez de estimular a divergência, iremos, afinal, encontrar uma importante base para novos e construtivos avanços.

Neste quadro valerá a pena recordar o que aqui disse quando da discussão das leis do Plano e do Orçamento para 1977: «Será que o Plano, tal como

nos foi apresentado, e antes de ser corrigido, abre caminho para um novo contrato social? Julgamos que não. Será que estão criadas condições para um novo contrato político, base de uma política económica que promova efectivamente a reconstrução do País? Aos partidos representados nesta Câmara caberá a resposta.»

Pelo que se refere ao contrato social, continuamos aguardando que o Governo apresente as correspondentes propostas e assuma as necessárias iniciativas. Quanto ao contrato político, julgamos poder afirmar, pelo que se passou nesta Câmara, a propósito deste debate, pela recente realização do encontro de alto nível promovido acerca das situações nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e pela identidade de pontos de vista agora existentes entre muitos de nós quanto à política pró-europeia de Portugal, que existem entre os três maiores partidos portugueses suficientes factores de convergência prática para permitir encarar, com relativo optimismo, o futuro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A hora presente é mais de opções concretas do que de definições abstractas ou ideológicas. Os problemas nacionais — e à cabeça deles os económicos — exigem um certo consenso em torno de um núcleo fundamental de questões objectivas e de efeitos imediatos. E esse consenso parece estar a formar-se.

A ser assim, parece legítimo afirmar-se que nos últimos dois meses e meio o CDS averiou mais uma importante vitória política. Não lhe pertencem, naturalmente, todos os méritos. Não lhe pertencem, nomeadamente, as responsabilidades pelas iniciativas que os outros decidiram empreender ou pelas atitudes que resolveram adoptar. Mas fica ao CDS o direito de sublinhar que as suas propostas de economia política têm encontrado no País, e em vários sectores da opinião pública, um progressivo acolhimento.

Em particular, tudo isto foi possível — julgamos nós — graças à atitude que o próprio CDS adoptou quando da discussão da lei do Plano para 1977. Dissemos então: «Se da votação resultasse uma rejeição clara das propostas governamentais, o Governo teria obrigação política e moral de interpretar esse sinal vermelho num sentido bem preciso, qual seja o de considerar que devia apresentar a sua demissão ao Presidente da República ou que, pelo menos, devia promover a apresentação de uma moção de confiança à Assembleia. Não aceitamos, efectivamente, que o Governo considerasse, por hipótese, que um tal sinal vermelho pudesse representar um convite à substituição sectorial de alguns Ministros. O papel da oposição democrática não é o de sugerir ao Governo que proceda a remodelações ministeriais. O papel dos partidos democráticos de oposição não é o de julgar homens, mas o de julgar políticas. E, nos termos da Constituição, o Governo é colegialmente solidário pela política que propõe ou desenvolve.» O mesmo era dizer, por outras palavras, que não nos parecia útil, fundamentado e oportuno, a pretexto do Plano, provocar uma crise governamental.

Foram múltiplas as críticas que formulámos ao Plano do Governo para 1977. Mas se, graças ao CDS,

não se provocou, em Dezembro passado, uma grave crise política de consequências imprevisíveis, será justo reconhecer-se, agora, que o País lucrou, já e muito, com a atitude patriótica do CDS. A questão europeia, por exemplo, aí está a demonstrá-lo. Abriram-se, deste modo, novos caminhos, novas perspectivas para a nossa vida política. Por isso digo que o consenso, em formação, sobre pontos fundamentais da acção do Estado é em grande medida resultante da definição estratégica e do comportamento político do CDS. Através desse consenso começa a vislumbrar-se a possibilidade de se estabelecer, em Portugal, um eficaz contrato político.

E embora o problema de uma eventual revisão da fórmula que preside à composição do Governo continue a carecer de actualidade — demonstrando-se, também por esse lado, o realismo do CDS —, a verdade é que parece agora mais fácil a descoberta das «fórmulas novas», cuja necessidade, para a construção daquele contrato político, o Conselho Nacional do CDS recentemente reivindicava.

Tal é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o significado político que damos à forma como decorreu o presente debate. Sem qualquer esforço, sem qualquer emendar de mão, com naturalidade, o CDS pode partilhar do ponto de vista de que tinha chegado o momento de viver a «unidade democrática à volta de objectivos comuns».

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Haverá quem, nesta sala e fora dela, pretenda converter ou ver convertidos esses «objectivos comuns» em simples «recuperação capitalista».

Julgo que nem os que tal afirmam estão convencidos ou completamente convencidos do que afirmam.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Está muito enganado, Sr. Deputado!

O Orador: — Até porque eles são os primeiros a saber que o preço ou a consequência da sua atitude é o progressivo isolamento do espaço de convivência democrática e nacional em que a maioria dos portugueses se encontra empenhada.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Portugal tem uma economia doente. Portugal enfrenta-se com profundas crises morais, culturais e sociais. Portugal tem uma administração pública desorganizada e, em excessivos casos, inoperante. Portugal tem centenas de milhares dos seus trabalhadores no desemprego. Portugal necessita, urgentemente, como de pão para a boca (dizia Freitas do Amaral), de um projecto nacional mobilizador das vontades, decidido na salvação da democracia, solidário no enfrentamento do desafio europeu. Perante este quadro, será útil salientar-se que o isolamento voluntário de quaisquer forças políticas e sociais em relação ao consenso formado entre a maioria dos portugueses terá o significado histórico de uma auto-exclusão da irreversível marcha dos portugueses para a liberdade, para a democracia e para a Europa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Irei mesmo mais longe, se os democatas que se reclamam da esquerda nesta Assembleia me não levam a mal. O que está em causa, no nosso país, não é o problema da vitória da esquerda. O que está em causa não é a possibilidade ou impossibilidade da unidade de esquerda. O grande problema é o da unidade democrática. Mais do que a unidade antifascista, mais do que a unidade da esquerda, o que, na minha opinião, deveria preocupar sobremaneira e prioritariamente aqueles que, na esquerda, como no centro e na direita, têm como objectivos fundamentais a consolidação da democracia e a independência nacional, deveria ser a luta pela descoberta dos meios necessários para conseguir, de uma forma positiva, a unidade democrática.

Aplausos do CDS.

O nosso problema, antes de ser o da divergência entre projectos políticos, é o da salvação de Portugal. E Portugal, fora dos modelos socioeconómicos, vigentes na Europa Ocidental, está destinado ao fracasso colectivo ou a uma sangrenta ditadura.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Por maior que seja o respeito que nos merece o idealismo daqueles que procuram, no puro modelo ideológico, a fonte exclusiva e dogmática do seu combate político, julgamo-nos no direito de lhes pedir que tenham o realismo suficiente para permitir que a democracia em Portugal possa sobreviver.

E àqueles que, apesar de tudo, teimam em tentar a sabotagem da nossa economia, sentimo-nos, com certeza, autorizados a dizer-lhes: De uma vez por todas, senhores, definam-se, digam com clareza o que pretendem! Digam se consideram possível dar emprego a meio milhão de desempregados sem recurso intenso à capacidade do investimento da poupança e da iniciativa privada! Digam se julgam possível ao Estado aumentar significativamente a pesada carga fiscal que já pesa sobre os contribuintes! Digam se a vossa atitude de manifesta hostilidade para com a Europa Ocidental esconde qualquer outro modelo alternativo, de carácter ditatorial, seja ele de direita ou de esquerda! Digam se estão ou não dispostos a aceitar e a cumprir as leis que esta Assembleia ou o Governo Constitucional tiver aprovado! Digam se é, ainda, a dinâmica revolucionária das massas, conduzidas pela sua vanguarda, quem deve pautar o ritmo da nossa evolução colectiva ou se deve ou não ser respeitada a vontade expressa da maioria, através dos mecanismos da democracia representativa! Digam, de uma vez por todas, de que lado estão, para que o povo possa efectivamente ajuizar sobre quem pretende e sobre quem não pretende o seu bem!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É este, afinal, o cerne do nosso debate. A partir daqui é possível, com meridiana transparência, distinguir o essencial.

Sobre as medidas determinadas em 25 de Fevereiro pelo Governo, já o CDS, em diversas ocasiões, tomou as suas posições. Ontem mesmo, o seu presidente aqui voltou a evocar o núcleo fundamental das nossas críticas.

cas e a remeter à Assembleia para as análises políticas e técnicas já em anteriores ocasiões por nós efectuadas.

O CDS — bom é recordá-lo a alguns manipuladores da informação ou alguns observadores mais distraídos — não deu o «seu incondicional aplauso às recentes medidas de austeridade do Governo, nem as apoiou entusiasticamente». Pelo contrário, fomos talvez o único partido a apresentar, publicamente, e até nesta Assembleia, uma enumeração concreta dos pontos da política governamental que mereciam a nossa aprovação, a par daqueles que nos sugeriram reservas ou discordâncias. Desde a primeira hora dissemos que as medidas, no seu conjunto, nos pareciam inevitáveis, insuficientes e tardias e fomos os primeiros que assim nos pronunciámos.

Apesar dos esclarecimentos prestados pelo Governo, continuamos a pensar do mesmo modo. Tínhamos, pois, razão ao pensar que o interesse deste debate estaria mais nas repercussões no significado político que lhe estivessem associados do que propriamente na análise técnico-económica das medidas do Governo. Tal nos parece ser, aliás, a natureza própria dos debates parlamentares deste tipo. Por isso, julgamos que não teria andado mal o Governo se tivesse sido ele próprio a desencadear aquele que agora tem lugar. Com isso teria demonstrado, por sua iniciativa, maior atenção pública aos outros partidos e ao próprio Parlamento. E tratando-se de um Governo de apoio parlamentar não maioritário, teria agido bem se assim tivesse procedido.

Não é, porém, isso que agora está em causa.

A questão fundamental está em saber se o Governo vai ou não ser capaz, vai ou não ter condições para executar uma política económica conjuntural de sinal positivo. Como ontem aqui afirmava o CDS, «doravante as atenções têm de concentrar-se não tanto ou não apenas na concepção dos programas, mas sobretudo na sua execução, e pela execução ou inexécução das suas medidas é que o Governo virá certamente a ser julgado».

Para lograr os objectivos que se propõe, deverá o Governo promover algumas revisões do que, agora determinou, completar as medidas aprovadas com outras que ainda não publicou e promover indispensáveis ajustamentos no seu próprio processo interno de decisão.

Em particular, terá o Governo de acautelar, de forma mais eficaz, os efeitos secundários que ao nível de emprego dos rendimentos, e das relações internacionais, derivam do plano de 25 de Fevereiro.

É patente que se abrem sérias perspectivas de crise para alguns sectores. Com justificada apreensão os comerciantes de alguns ramos de actividade interrogam-se sobre o futuro das suas empresas e sobre o destino dos respectivos trabalhadores. Os agentes de navegação e os afretadores perguntam, legitimamente, se Portugal pretende enveredar pelo caminho da autarquia económica em matéria de transportes marítimos, com todas as possibilidades de sanções internacionais que daí podem decorrer. Mais: geralmente, os grupos sociais mais desfavorecidos não encontram no Plano de 25 de Fevereiro suficientes mecanismos de protecção ao seu já reduzido poder de compra, nomeadamente na forma de salários indirectos. Os desempregados — ainda que vislumbrem um lenitivo

no prometido alargamento do subsídio de emprego — não têm diante de si perspectivas imediatas que lhes permitam encarar com maior esperança a concretização do seu direito ao trabalho. Os consumidores perguntam, entretanto, se o Governo não terá ido longe de mais, através do imposto de transacções e da contingentação das importações, na fixação de padrões de consumo que constituam limitações exageradas à sua própria liberdade de escolha.

Neste quadro será, pois, posta à prova a capacidade do Governo para colmatar as insuficiências detectadas na sua política e para dar execução firme aquilo que já é definitivo.

A este propósito julga-se imprescindível que o Governo tenha, em matéria de política laboral e de produtividade, uma posição clara marcada pelo estilo de diálogo e de abertura, mas também pela coerência e pela ausência de quaisquer ambiguidades, não vá acontecer que, na prática, sejam quotidianamente anuladas as perspectivas positivas que as intenções do Governo parecem revelar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por aproximações sucessivas — primeiro quando da apresentação do seu Programa, depois quando do debate das leis do Plano e do Orçamento para 1977 e agora pelo seu plano conjuntural de 25 de Fevereiro —, tem o Governo realizado algum esforço no sentido de encontrar solução para a superação da crise económica. Somos sensíveis a esse esforço, embora não calemos as nossas críticas, nem deixemos de manifestar as nossas discordâncias quanto à estratégia seguida pela equipa governamental.

Perante aqueles que pretendiam de nós uma atitude ácida e agressiva perante o Governo; perante os que gostariam de encontrar na oposição a voz monocórdica dos assentimentos mecânicos; perante aqueles que não fazem da coerência uma regra de comportamento político; o CDS, mesmo na oposição, demonstra assim que pelo seu lado tudo fará para que Portugal seja governado no respeito das regras de diálogo, da concertação, do equilíbrio, do realismo e da vontade da maioria, que são apanágio da democracia pluralista.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Que esta democracia, trinta anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, esteja em vias de ser o regime político de todos os países da Europa Ocidental, sem qualquer exceção, é, para nós, um seguro estímulo e motivo suplementar do nosso empenhamento político.

Aplausos do CDS.

Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Amaro da Costa começou por deformar aquilo que afirmei na minha intervenção, para desferir depois um ataque calunioso ao meu partido e em tudo idêntico ao que ouvimos durante o fascismo aos governantes fascistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que eu disse foi isto: «Os milhões de desempregados que hoje existem no mundo capitalista são o resultado e as vítimas das soluções aqui apresentadas pelo CDS, que o povo português, aliás, bem conhece, porque as sentiu na carne até ao 25 de Abril.»

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — A sua capacidade de deformação é extraordinária, Sr. Deputado!

Sr. Carlos Robalo (CDS): Benza-o Deus!

O Orador: — A deformação também é um estilo e tem, também, significado político. Por isso posso agora afirmar que o povo português conheceu também durante cinqüenta anos os autores e o significado do mesmo ataque calunioso, que agora é repetido na Assembleia da República pelo Sr. Deputado Amaro da Costa.

Aplausos do PCP.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Caluniador!

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado Amaro da Costa: Há na vida política portuguesa um certo contrabando que certas forças tentam infiltrar para dividir o povo e as forças democráticas. O PSD tem afirmado que não há perigo de fascismo em Portugal, o que já foi correctamente rebatido pelo Sr. Deputado Salgado Zenha numa outra sessão. No entanto, o CDS, que constantemente quer estar na vanguarda da produção teórica, desde que descobriu a teoria do personalismo...

Risos.

... vem agora propor uma unidade democrática muito mais ampla do que a unidade antifascista.

Para a UDP, a unidade democrática é a unidade antifascista, é a unidade das forças que lutam contra o fascismo. Para o CDS, se a unidade democrática é mais ampla do que a unidade antifascista, é porque inclui também na unidade democrática os próprios fascistas?

Risos.

O Sr. Presidente: — Poderá responder, se assim o entender, Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — A pergunta que formulou, Sr. Deputado Acácio Barreiros, nem parece sua.

Risos.

Não quero que faça minhas as suas opiniões, mas gostaria de o citar quando o Sr. Deputado e o seu partido falam tanto do antifascismo e do anti-social-fascismo. Isto dá a impressão de que não basta ser-se antifascista para se ser democrata, mas isto é naturalmente um problema de citação.

Risos.

O Sr. Deputado lá saberá interpretar à sua maneira o que isso quer dizer.

O que quero significar quando digo que há maior amplitude e um maior carácter positivo na atitude democrática do que na simples atitude antifascista é que parece patente aos olhos de todos que não basta ser-se contra para se ser necessariamente por. Temos o exemplo flagrante de quem durante estes anos de revolução era, e é, acendidamente antifascista e, no entanto, teve comportamentos acentuadamente anti-democráticos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Isto significa, por consequência...

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Permite-me que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — O Sr. Deputado tem de facto uma certa arte de manobra.

Risos.

Queria apenas esclarecer o Sr. Deputado que para a UDP o anti-social-fascismo é uma forma de antifascismo. O que quer dizer que combate aquele fascismo que se mascara com palavras socialistas, com a mesma consequência com que nos batemos contra aquele fascismo que se mascara com palavras democráticas.

O Orador: — Sr. Deputado Acácio Barreiros: Devo dizer-lhe, e perante esta Câmara, que raras vezes terei estado tão de acordo consigo.

Risos.

Se me permite o pretexto que me foi fornecido pela sua interpelação, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Brito, com a maior simplicidade e cordialidade, que não foi nem tem sido apanágio do meu partido, nem pensa ser, desenvolver o tipo de linguagem, de argumentação e combate político que o Sr. Deputado, através do seu contraprotesto, entendeu insinuar. Creio que a minha intervenção, que vinha preparada, foi suficientemente esclarecedora disso. Se o Sr. Deputado e a sua bancada não querem entender isso é porque realmente têm uma grande dificuldade em conviver com quem pensa de maneira diferente.

Aplausos do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Com os desse lado.

O Sr. Presidente: — Ainda para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Amaro da Costa, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejava perguntar ao Sr. Deputado Amaro da Costa o seguinte: Afirmou o Sr. Deputado na sua intervenção que não é possível fazer face ao desemprego criando novos postos de trabalho sem o recurso ao investimento privado, sob pena de se au-

mentar a já pesada carga fiscal sobre os contribuintes. Creio ser este em suma...

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não, Sr. Deputado.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Se quiser precisar, faz favor

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — O que disse foi que não me parecia possível, e suponho ser demonstrável aritimeticamente, criar 500 mil postos de trabalho em dois, três ou quatro anos, mesmo estabelecendo como horizonte temporal quatro anos para a resolução no essencial do problema do desemprego, sem recurso intensivo à capacidade da poupança privada e, portanto, sem recurso ao investimento privado. E disse, separadamente, que a carga fiscal era já bastante pesada em Portugal.

Se o Sr. Deputado pretende que o esclareça, dir-lhe-ei, com todo o interesse, que consideramos que essa carga fiscal é pesada para todos os portugueses e que, na medida em que a quota-parte de impostos indirectos tem uma grande participação no sistema português, é evidente que o consideramos gravemente distorcido em termos de justiça.

O Orador: — No seguimento das suas afirmações, e dado que o Sr. Deputado Freitas do Amaral ontem na sua intervenção frisou, creio que o Sr. Deputado Amaro da Costa também focou o problema, embora não o especificasse, de que se tornava necessário o pagamento das indemnizações pelas expropriações, de molde a que o produto desse pagamento pudesse ser investido para criar novos postos de trabalho através desse investimento privado.

O que queria perguntar-lhe é se dessa maneira, ao serem pagas as indemnizações das nacionalizações e expropriações, não serão os contribuintes que irão suportar esse fardo e se, além do mais, ao fazê-lo não vão permitir que novos investimentos privados lhes arranquem a mais-valia.

Ao contrário, se fosse o investimento público a ser projectado directamente na criação de novos postos de trabalho, não haveria um aligeirar da carga fiscal para os contribuintes, quer dizer, para o povo português?

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Deputado Aires Rodrigues: A sua pergunta tem uma resposta muito fácil, embora correndo o risco de lhe parecer demagógica, mas é natural que um não marxista como eu responda como vou fazer.

Se a colectividade considera que as nacionalizações e expropriações são indispensáveis às grandes transformações estruturais da própria sociedade, é a colectividade que deve pagar o preço dessas nacionalizações e expropriações.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Temos agora de esclarecer uma questão para a qual peço a atenção dos Srs. Deputados. Faltam 10 minutos para as 21 horas e temos ainda, na melhor das hipóteses, uma hora para intervenções, tudo isto intercalado, certamente

com pedidos de esclarecimento. Pela contagem que aqui temos, vejo que há ainda a possibilidade de mais meia hora para pedidos de esclarecimentos, se porventura forem feitos.

Há momentos foi-me dito por um Sr. Deputado do PSD de que por um assentimento do seu partido e do Sr. Primeiro-Ministro, que não se opunha a esse facto, se sugeria a suspensão da sessão por uma hora e meia, retomando-se após esse intervalo os trabalhos.

Há alguma oposição quanto a isto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente: Nós temos em conta o cansaço das pessoas. Simplesmente, julgaríamos que poderia ser mais útil que se pudesse encerrar os trabalhos já, isto é, decorrido o tempo que em princípio deverá demorar o seu encerramento. De outra forma, creio que haverá um desgaste suplementar, podendo sofrer com isso o brilho e o interesse que as intervenções do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Deputado Sá Carneiro certamente terão.

O Sr. Presidente: — Queria, já agora, ouvir as opiniões dos outros partidos.

Como a posição do Partido Social-Democrata já é conhecida, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha para nos dizer qual a posição do Partido Socialista.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Nós não fazemos nenhuma oposição a esta questão. Parece-nos que o arranjo do tempo não é um assunto que possa ter dignidade suficiente para o estarmos aqui a discutir. Desde o momento que os dois intervenientes estão de acordo, não vemos razão para nos opormos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para nos dizer qual a opinião do Partido Comunista.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente: Para nós é indiferente, uma vez que há esse acordo estabelecido. Estaremos aqui à hora decidida.

O Sr. Presidente: — Parece-me que o Sr. Primeiro-Ministro quer dizer alguma coisa sobre isto.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Queria sim, Sr. Presidente.

No que se me refere não houve propriamente um acordo. O que disse foi que não me opunha, se a Assembleia assim entendesse, a que houvesse uma interrupção dos trabalhos. Se o entendimento for outro, estou de acordo em prosseguir os trabalhos.

O Sr. Presidente: — Como me parece que a maioria da Assembleia não se opõe à interrupção, suspendo os trabalhos até às 22 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

Eram 20 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão, Srs. Deputados.

Eram 22 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro para encerrar o debate por parte do PSD.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vale a pena determo-nos quanto à oportunidade, à conveniência e à utilidade deste debate.

O Partido Social-Democrata foi aqui legitimamente louvado pelos partidos de oposição e por membros do Governo por termos tomado esta iniciativa. Fizemo-lo no uso de um direito constitucional regimental, fizemo-lo por imperativo de um partido democrático, fizemo-lo porque entendemos que esse era o nosso dever perante o povo português.

Trata-se de analisar a nova política económica do Governo socialista.

Pela primeira vez ficou claro que aos erros passados de mais de cinquenta anos se propôs um correctivo. Não podemos esquecer-nos de que, no pós-guerra, o desenvolvimento industrial em Portugal foi feito à custa de baixíssimos salários e da prática de preços irreais.

Procurou-se desenvolver controladamente o País, pagando mal as matérias-primas, à agricultura, à pesca, à indústria, às próprias indústrias transformadoras, pagando mal os produtos coloniais. Baixos preços foram assim conseguidos, aliando uma opressão económica à opressão política.

Isso significava a industrialização incipiente, suportada sobretudo pelos baixos preços agrícolas, pelo esquecimento, abandono e exploração das populações rurais, mais do que qualquer outras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com o 25 de Abril procurou corrigir-se o modelo, mas introduziram-se-lhe novas distorções e agravaram-se desigualdades. A alta de preços atingiu todos, mas só alguns — poucos — viram os seus salários aumentados.

Os agricultores do Norte e do Centro do País, em especial, as populações rurais, em geral, viram mesmo diminuídos os seus salários reais — e agravado, em relação ao período anterior, muitas vezes, o seu nível de vida. Todos aqueles que não tiveram e que não têm poder reivindicativo e os que não têm mesmo salário — os reformados, os pensionistas —, esses viram-se privados da melhoria de condições de vida e suportaram eles, mais do que quaisquer outros, a inflação, o agravamento do custo de vida, os erros e as novas distorções praticadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Certos partidos criticam especialmente as medidas da nova política económica do Governo com que procuram corrigir-se algumas destas distorções. E criticam-na porque as suas clientelas eleitorais e partidárias foram as principais beneficiadas com os aumentos salariais, que introduziram novos privilegiados no nosso país e que agravaram as desigualdades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estas medidas procuram introduzir uma correção, é verdade. Mas é uma correção ainda insuficiente. Isso ficou claro neste debate, e é bom que isso tenha ficado claro.

Tratou-se de um debate em que o Partido interpellante cumpriu o seu dever, que era o de perguntar, de criticar, de definir a sua posição. Não nos compete a nós vir apresentar aqui, uma alternativa, uma outra política económica, porque não viemos aqui para tentar derrubar o Governo. Também não viemos para lhe trazer apoio. Viemos, sim, para procurar esclarecer. E se do debate resultou, como felizmente sucedeu, um certo consenso, podemos todos felicitarnos, sem que ninguém se possa armar de triunfalismo. E sem que muito menos o Governo procure sair daqui dizendo: «Afinal não nos apresentaram uma alternativa, afinal nós somos a única alternativa.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esperemos que esse período tenha passado. Esperemos que tenha passado o período de o Governo se julgar a única alternativa. Esperemos que tenha passado o período de qualquer dos partidos da oposição se julgar ele, por si só, uma alternativa. Porque, se esse período tiver passado, então teremos progredido seriamente no caminho da consolidação democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A política económica aqui analisada é a do Governo. Não é a nossa política económica, a do Partido Social-Democrata, nem a política económica da oposição. Foi o Governo que a concebeu, a formulou, e é o Governo único responsável pela sua execução.

Não pretendemos nem averbar vitórias em função das nossas críticas nem enfeitar-nos com penas de paixões alheias.

O momento político-económico português é demasiado sério e severo são os problemas que os portugueses enfrentam para que este debate possa ser transformado numa luta política partidária, em que se queiram averbar vitórias, ver possíveis empates ou procurar soluções de substituição.

Trata-se de uma política de austeridade e de restrições, a do Governo Socialista, que neste debate apreciamos. Austeridade e restrições inevitáveis, austeridade e restrições que deveriam ter sido mais cedo equacionadas e mais cedo resolvidas por uma política positiva.

O Sr. Primeiro-Ministro fez, em 9 de Setembro de 1976, um discurso profundamente corajoso e altamente realista. Mas isso foi em Setembro de 1976, e só em 25 e 26 de Fevereiro se lhe seguiram as medidas correspondentes. Perdeu-se tempo. Mas mais do que olhar para trás, interessa ver se a nova política económica do Governo, afastados o irrealismo e o optimismo do Plano e do próprio Orçamento — Plano que aqui rejeitámos — é a política adequada e a suficiente.

Estamos numa situação extremamente grave do ponto de vista económico e financeiro. Mais grave do que aquela que se verificava em 9 de Setembro de 1976 e que levou o Sr. Primeiro-Ministro a dizer que, se não se tomassem medidas rápidas para resolver a crise, se aproximava o colapso económico, e colapso a curto prazo. São palavras do Sr. Primeiro-Ministro.

Hoje ouvimos do Sr. Ministro das Finanças — cujo contributo para este debate não é de mais salientar,

não só pelos elementos que trouxe como pela forma franca, directa e despretensiosa como o fez — que os números se agravaram em extremo.

Não vou repetir aquilo que o Sr. Ministro das Finanças hoje nos forneceu, mas vale a pena recordar que, contra o optimismo de alguns, a nossa situação é a de a dívida externa portuguesa ser superior ao montante das nossas reservas de ouro calculadas a preço de mercado.

Disse o Sr. Ministro das Finanças que a nossa dívida externa era, em final de 1976, de 130 milhões de contos. Hoje é superior não apenas em virtude da desvalorização do escudo, mas também mercê dos novos empréstimos contraídos. Mais de 130 milhões de contos, pois, de dívida externa. Reservas de divisas esgotadas. Reservas de ouro, a preço de mercado, de 90 milhões de contos. Situação extremamente grave, se pensarmos também que o défice da balança cambial continua a ser superior a 100 000 contos diários. Quer isto dizer que Portugal continua a gastar por dia mais de 100 000 contos do que aquilo que produz e recebe mercê do turismo e das remessas dos emigrantes.

Trata-se de uma crise económica generalizada, dir-se-á, aos países do Ocidente. E é verdade. Já não o é o processo de contraposição que aqui se quis fazer das economias ocidentais às economias dos países do Leste. As economias dos países do Leste, dos países comunistas, estão em crise e em crise grave também.

Falou-se, a este propósito do endividamento de todos os países de Leste, o que motivou um esclarecimento redutivo da bancada do Partido Comunista. Mais significativo é o elemento resultante do saldo negativo da balança dos países do COMECON, ou seja, dos países comunistas com os países ocidentais. Se considerarmos seis dos países ocidentais mais desenvolvidos, vemos que o saldo negativo da balança comercial dos países do COMECON com esses países ocidentais triplicou de 1975 para 1976. E que atingiu, em 1976, a verba de 280 milhões de contos de saldo negativo. Um endividamento, pois, progressivo também e um saldo negativo crescente nas economias dos países do Leste.

Não se trata, assim, de escolher entre dois modelos económicos. Trata-se de desenvolver o nosso próprio modelo económico: o modelo económico constante da Constituição e por ela definido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Constituição cujo aniversário se vai celebrar no próximo dia 2 de Abril. E importa que, mais uma vez, as forças democráticas reclamem o seu contributo decisivo para esta Constituição e não deixem que este aniversário seja apropriado por forças que à Constituição e à Assembleia Constituinte declararam franca oposição, que, inclusivamente, sitiaram os Deputados. Aqui fica uma sugestão: que no aniversário, em 2 de Abril, da Constituição da República Portuguesa reunamos nesta Casa todos os Deputados constituintes que se viram sitiados por forças que hoje fazem grande barulho à volta da Constituição mas que, na altura, procuraram fazer tudo para que a Assembleia Constituinte não pudesse funcionar.

Aplausos do PSD e alguns Deputados do PS e do CDS.

Trata-se de desenvolver o nosso próprio modelo constitucional. E ao fazê-lo segundo esta nova política do Governo, nós estamos também a pagar os erros específicos do caso português.

Também se recordou, e não pode ser esquecido, que estamos hoje a pagar os erros, os desvarios e os desvios do gonçalvismo e do período revolucionário...

Risos do PCP.

... que a uma revolução democrática quis substituir uma revolução imposta, e revolução para um certo socialismo que não era aquele que depois foi perfilhado, em votação livre, pelos Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos a pagar esses desvios, e não não se julgue que nos países de Leste, a que aludi, também não há austeridade e que ela não é até imposta por forma mais violenta.

Acontecimentos recentes demonstram que a ditadura do proletariado, ou melhor, que nos países da ditadura do proletariado é afinal o proletariado quem paga e quem sofre na própria carne a ditadura.

Aplausos do PSD e risos do PCP.

O Orador: — Esses países não tiveram e não têm apenas a austeridade; têm a austeridade acrescida de repressão e de repressão muitas vezes violenta.

Vozes do PSD: — Apoiado!

O Orador: — Estamos, pois, num período crítico da nossa vida. Estamos no momento em que muitos daqueles que pior vivem, conjuntamente com todo o povo português, vão ser chamados a pagar a factura de todos os erros cometidos em cinquenta e três anos.

A nossa posição como partido foi aqui expressa no início deste debate: às medidas de austeridade, de restrição, de recuperação económica, do Governo, nós dizemos «sim, mas...», dizemos «sim, se...». Concluído o debate, nada temos a retirar, nem ao «sim», nem ao «mas», nem ao «se».

O «mas» foi condicionado à eficácia desta política. Apontámos lacunas, formulámos interrogações, algumas sugestões fizemos. Parte das nossas interrogações ficou por responder.

Recordo algumas das que o Sr. Deputado Sousa Franco aqui formulou e que ficaram sem resposta, quer porque, como alguns membros do Governo claramente referiram, não havia elementos para responder quer porque as perguntas não se esgotavam nas próprias medidas, antes supunham uma definição de fundo.

O financiamento do défice cambial, os critérios de fixação da taxa de desvalorização, as medidas a tomar contra a especulação cambial, a redução e a selectividade dos aumentos do imposto de transacções, o sistema generalizado de preferências, os critérios de sobretaxa e de contingentes, foram pontos que o Governo não esclareceu suficientemente. A eles há ainda a acrescentar as medidas de fomento à exportação e substituição de importações, o problema dos fretes, do privilégio de bandeira — acerca do qual temos

fortes restrições — a política anti-inflacionista, a política de emprego, a revisão do «cabaz de compras», a concertação futura a respeito desse mesmo «cabaz», a definição de regras para evitar altas de preços futuras, os sistemas contratuais e de variação dos preços, a alta das taxas de juro e a situação das empresas, os critérios de concertação e ajustamento de preços e dos salários e, por último, as questões relativas a muitas medidas positivas de relançamento.

Apresentámos também as nossas sugestões, especialmente pela reivindicação de um conjunto de medidas sociais positivas que levassem a corrigir as injustiças derivadas das medidas restritivas e de austeridade. É indispensável que se concretize a intenção anunciada pelo Governo de procurar compensar, com medidas positivas no campo social, as medidas restritivas no campo económico e no próprio campo salarial.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ai apresentámos sugestões concretas, tais como a revisão das pensões, o nivelamento das pensões da função pública com base na categoria e no tempo de serviço, os suplementos de abono de família às famílias com mais filhos e menores rendimentos, a redução na comparticipação dos medicamentos pelos pensionistas.

No campo do emprego, preconizámos as licenças pagas para formação profissional, o encorajamento à criação de empregos nas zonas mais excedentárias de mão-de-obra, a inserção profissional de categorias mais desfavorecidas, a política de subsídios ao desemprego parcial, o suporte financeiro à manutenção de stocks, o incitamento financeiro à criação de empregos no quadro do programa das autarquias.

No campo do trabalho, lembrámos a nova política de relações colectivas de trabalho.

No campo da emigração, apontámos para a despartidarização de estruturas, o ensino do português com recrutamento e formação acelerado de professores, o fundo de apoio ao emigrante e ainda um regime especial de indemnizações.

No campo das propostas concretas de relançamento, as políticas de exportação e turismo, o código do investidor e a correcção da legislação sobre investimentos estrangeiros, as medidas institucionais sobre o modelo económico, sector público, sector privado, legislação social, indemnizações, legislação agrária, a política contratual de apoio ao sector privado, incentivos fiscais, não discriminação entre o sector público e o sector privado, não discriminação entre capital e investimentos nacionais e capital e investimentos estrangeiros, as regras de concertação e a política conjugada de preços e rendimentos, foram várias das sugestões positivas que aqui apresentámos e justificámos no campo económico.

«Sim», «mas», «pois», «sim», «se»...

Risos do PS.

...as medidas de austeridade se incluírem numa política de relançamento, de desenvolvimento, de progresso e de justiça social.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Só assim se comprehende transitoriamente uma política de restrição, de austeridade e de sacrifícios.

Para que haja desenvolvimento e progresso é necessária a definição de uma política agrícola e industrial. Entendemos que a definição destas políticas deve ser feita num quadro mais amplo, de adesão de Portugal à Europa. Este foi também um tema que andou associado à discussão da política económica do Governo e ouvimos aqui pedir um referendo sobre a Europa. Defendemos, como partido, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e apoiamos a política do Governo socialista nos seus esforços e nas suas acções para obter o mais rapidamente possível e nas melhores condições esta adesão.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se amanhã houver dúvidas significativas quanto a esta política, justificar-se-á o referendo. Se esta política de adesão à Europa continuar a ser perfeita e apoiada por partidos que representam mais de 70% do eleitorado português, não se vê a necessidade de um tal referendo.

Creamos que o sentido deste debate se traduz também num apoio à política europeia e que ultrapassa ainda o seu sentido económico.

Ficou claro nesta Assembleia que, para além das divergências naturais entre adversários políticos, que não inimigos, visto que em política só há inimigos relativamente àqueles que o são da liberdade e da democracia...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... para além dessas divergências, foi possível um consenso, foi possível o esboço de uma maioria democrática. Salientaram-se pelas suas posições, e fizeram-no isolando-se, a UDP e o PCP. Isolando-se em relação a uma recuperação económica racional, equilibrada e progressiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Rejeitamos, como aqui ficou claro, a alternativa entre um certo socialismo, o socialismo do PCP, e a ditadura fascista. Não é essa a alternativa que os Portugueses enfrentam, mas sim a do descalabro económico, do colapso e a do desenvolvimento progressivo, equilibrado e racional. Essa é que é a verdadeira alternativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E em face dela ficou clara a existência de uma maioria democrática pelo desenvolvimento, pela justiça social, pelo progresso económico.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não há que falar aqui em recuperação económica como recuperação capitalista, visto que a primeira há-de ser a recuperação dos três sectores previstos na Constituição: o sector público, o sector privado e o sector cooperativo, não podendo ver-se numa recuperação generalizada aquilo que se queira chamar de recuperação capitalista.

Há, pois, um sentido profundo neste debate. Mas há também uma importante deficiência a salientar, e ela foi aqui parcialmente reconhecida pelo Sr. Ministro das Finanças, no campo das medidas de austeridade; é que ainda não está suficientemente concebida, formulada e em execução uma política de austeridade pública. E enquanto isto acontecer, o conjunto destas medidas estará incompleto.

O Governo tem agora uma responsabilidade muito maior, responsabilidade essa de ter visto, no essencial, um consenso formado à volta das bases, dos pressupostos e dos objectivos da sua política económica. Uma responsabilidade acrescida também, na medida em que se exigiu e exige que rapidamente ponha em prática uma política de austeridade pública.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Hoje o lema devia ser: nem mais um centavo das receitas públicas que não seja para investimento reprodutivo. No entanto, esta regra ainda não está em aplicação, há ainda muito que progredir e muitos exemplos para dar. O Sr. Ministro do Comércio e da Agricultura e Pescas disse que em lugar de discussão acerca de teorias e de números precisámos de acção, de autoridade e de concertação. Não seremos nós que lho negaremos, pois que, pelo contrário, o PSD, com as suas críticas, por vezes contundentes — e necessariamente, segundo cremos —, pensa ter contribuído para que o Governo seja mais activo e para que actue com mais autoridade.

Foi salientado nesta Assembleia, particularmente em relação a um sector, que não se podem compreender nem aceitar flutuações e hesitações, nem a constante modificação de decisões anteriormente tomadas por parte do Executivo. É necessária acção e autoridade. O Governo começou a agir e esperamos que reforce a sua autoridade democrática. É, no entanto, indispensável que faça também progressos no campo da concertação, da concertação entre o todo nacional e as regiões. Fala-se muito pouco disso, mas é muito importante que o Governo saiba pôr de acordo, por um lado, as regiões, as autarquias, o poder local, os interesses das colectividades com o interesse nacional, tanto a respeito de sacrifícios como de progresso e relativamente à definição de uma política positiva.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isso tem sido feito pouco, é preciso que se faça mais. E cabe salientá-lo em matéria de política económica, porque não haverá verdadeira política económica nem uma autêntica concertação nacional enquanto se não derem passos significativos para a institucionalização das regiões e para a existência de um autêntico poder local.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É indispensável também a concertação social. Conhecem-se as dificuldades nesta matéria, que foram aqui salientadas, assim como as instrumentalizações de que muitos sindicatos ainda hoje são vítimas por parte de certas forças políticas. Sabemos que é uma tarefa difícil, mas sabemos também que é absolutamente necessária, assim como o é tam-

bém tal como o Sr. Primeiro-Ministro salientou, no regresso da sua visita à Europa, a propósito do projecto europeu.

A Europa construiu-se com o apoio dos sindicatos, das forças sociais, económicas e políticas. O projecto europeu que Portugal neste momento perfilha como um projecto histórico nacional e suprapartidário terá também de ser desenvolvido com o apoio não só das forças sindicais e económicas mas também com o apoio das forças políticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, é necessária a concertação política. Principalmente um Governo como o socialista, que é um governo minoritário, necessita, sem dúvida, de obter a concertação política. Este foi um dos pontos significativos do debate, pelo qual o nosso partido se tem batido também e com ele concluído.

Que a concertação geral — regional, social e política — nos dê a garantia de que, unidos no essencial, os Portugueses, representados legitimamente pelos partidos democráticos, possam encontrar um rumo definido para a política económica e social e para o futuro deste nosso país. Espero que, unidos no essencial, possam, como nós fazemos, reafirmar a sua fé na democracia, a nossa esperança, num futuro de justiça e de progresso, apesar da austeridade, dos sacrifícios e das restrições que ao povo português são pedidos e que, estou certo, aceitará, desde que acompanhados de uma austeridade pública, desde que compreendidos nos seus desígnios, desde que justos na sua repartição.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sá Carneiro excedeu em quatro minutos o tempo acordado. Não quis interrompê-lo quando estava a concluir os seus juízes de valor. O Sr. Primeiro-Ministro também será beneficiado em quatro minutos na altura em que usar da palavra.

Vamos iniciar os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Ouvi com toda a atenção as considerações do Sr. Deputado Sá Carneiro, com tanta mais atenção quanto é certo que de há muito não tínhamos a oportunidade de ouvir expor na Assembleia da República as posições do PSD através da sua voz autorizada. No entanto, foi com uma certa decepção, devo dizer-lhe, que o escutei. E isto, fundamentalmente, porque depois da sua intervenção ainda fiquei mais confundido e acerca das razões que determinaram a apresentação da interpelação ao Governo por parte do seu partido.

Tinham sido avançadas aqui algumas sugestões por Deputados dessa bancada, também responsáveis e fiquei com a ideia de que a razão fundamental foi a de reclamar um «pacote» de medidas sociais.

Eu já avancei que a interpelação não era feita ao Governo, era feita fundamentalmente ao meu partido. E da sua intervenção esta ideia parece resultar até reforçada, pelo que se me põe mais uma hipótese depois de o ouvir: Será que o PSD/PPD tomou a iniciativa de abrir este debate para emendar a mão em

relação à sua conduta aquando do debate sobre a lei do Plano e do Orçamento? Esta é a primeira pergunta que lhe ponho.

O Sr. Deputado Sá Carneiro disse, e está no direito de o afirmar, que a alternativa não é entre o fascismo e um certo socialismo que no seu entender é aquele que nós defendemos. Gostaria de lhe pôr uma questão, tanto mais que é uma questão controversa na Assembleia, e controversa com o seu próprio partido: Entende o Sr. Deputado Sá Carneiro que o fascismo constitui um perigo?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sá Carneiro quer responder já ou no fim?

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Deputado Sá Carneiro: As perguntas que lhe quero fazer foram motivadas pela sua afirmação de que neste momento não é necessário um referendo sobre a entrada para o Mercado Comum.

Considera o Sr. Deputado que todos os votantes no Partido Social-Democrata quando votaram o fizeram com a consciência de que estavam a votar numa alternativa como esta que se apresenta agora, embora saiba que, de facto, o PSD desde o princípio defendeu a integração no Mercado Comum? Não será verdade que, por várias razões, nos debates e nas campanhas eleitorais que se fizeram para a Assembleia da República, e mesmo para a Presidência da República, foram outras as questões debatidas que não a entrada para o Mercado Comum e que, portanto, o povo votou sobre outras opções e não fundamentalmente sobre esta opção?

Finalmente, penso que a abertura desta interpelação, nos termos em que o Sr. Deputado Sá Carneiro a fundamentou, revela que, de facto, há muita falta de clareza em relação ao caminho a seguir daqui para diante e que não será possível avançar defendendo as liberdades democráticas sem que o povo, em cada passo concreto, esteja perfeitamente consciente do caminho que está a seguir. Concretamente a minha pergunta é se não considera ser necessário um debate amplo que esclareça o povo sobre os passos que estão a ser dados agora em relação à Europa, mesmo em relação a muitos votantes do PSD, apesar de o seu programa, repito, defender a adesão ao Mercado Comum.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Sá Carneiro: O nosso grupo parlamentar expôs claramente a nossa posição sobre o conjunto de medidas do Governo supostamente destinadas à recuperação económica. O Sr. Deputado, depois de tecer várias considerações a respeito do debate e de fazer de viés o seu anticomunismo, acabou por apoiar claramente apenas o próprio partido e propôs depois a reivindicação de um novo «pacote» de medidas. E a pergunta que me suscita, já que o «pacote» que propôs é tão

vasto e tão superficialmente considerado, é a seguinte: Que medidas fundamentais entende o PSD serem necessárias para que possa dar por inteiro a sua adesão às medidas do Governo socialista?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Sá Carneiro: Há uma passagem da sua intervenção que me deixou um tanto perplexo. Refere-se à Constituição da República e tem, nomeadamente, em conta a sugestão enfática que faz a respeito da comemoração do seu 1.º aniversário. Simplesmente talvez seja de recordar aqui que o Sr. Deputado Sá Carneiro fez, alguns dias antes da aprovação da Constituição, porventura a mais violenta das acusações que foi feita contra a Constituição por parte de partidos que vieram a votá-la. Isto aconteceu no discurso feito poucos dias antes da votação da Constituição num comício da JSD, onde o mínimo que o Sr. Deputado Sá Carneiro encontrou para dizer da Constituição foi que era social-marxista, colectivista — para dizer apenas o menos.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Foi o contrário, Sr. Deputado.

O Orador: — Também não foi desmentida a afirmação vinda a público nos jornais da época de que o Sr. Deputado Sá Carneiro defendeu, no interior do seu partido, a votação contrária à Constituição. Também todos estarão ainda recordados de que de entre os partidos que votaram a Constituição o então PPD foi aquele que mais reservas pôs a essa mesma Constituição. Certamente ninguém ignorará que o PSD, nessa altura PPD, foi um dos campeões da revisão imediata da Constituição, o que me leva a formular duas pequenas perguntas face à afirmação de hoje do S. Deputado Sá Carneiro.

A primeira pergunta é a seguinte: Será que o Sr. Deputado Sá Carneiro e o PPD deixaram de considerar a Constituição como a execrável lei fundamental deste país?

A segunda pergunta é esta: Será que a Constituição, mesmo sem revisão, já não é a Constituição que aprovámos aqui em 2 de Abril de 1976?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro para responder.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Manifestou o Sr. Deputado Carlos Brito saudade pela minha voz.

Risos.

Ora, Sr. Deputado Carlos Brito, ainda há pouco tempo aqui falei e falei sobre um tema que não lhe agradou e do qual o seu partido discordava. Falei da Europa. Tive até ocasião de responder a interpelações suas. O Sr. Deputado Carlos Brito quer ouvir muito a minha voz, mas também nesse ponto o decepciono. É que tenho muito gosto em decepcionar o seu grupo parlamentar, melhor, em decepcionar o seu partido.

Risos.

Ficaram decepcionados com este debate e eu muito satisfeito por, com o meu partido, os ter decepcionado pela maneira como ele decorreu.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ainda bem que nos decepcionou!

O Orador: — É mais uma das alegrias do nosso desencontro profundo, do desencontro entre comunistas e sociais-democratas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Desencontro que é antigo, é de antes do 25 de Abril.

O Orador: — Antes do 25 de Abril, Sr. Deputado Vital Moreira, já que quis fazer esse aparte — e na sua bancada deve haver quem se lembre — recebi alguns e significativos apoios daquilo que o Partido Comunista agora qualificou de «actividade numa Assembleia fascista». Alguns apoios escritos das visitas a Peniche e do apoio a presos políticos e da luta pela liberdade de informação.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É verdade, sim senhor, mas não é isso que está agora em causa.

O Orador: — Não foi antes do 25 de Abril, Sr. Deputado Vital Moreira?

O Sr. Jaime Serra (PCP): — Nesse tempo o senhor estava aqui e nós em Peniche. O senhor era a visita e nós os presos.

O Orador: — É verdade, Sr. Deputado. É verdade que estavam presos e foram visitados. É verdade que algo beneficiaram da nossa luta, talvez inglória, mas talvez não totalmente negativa. Felizmente há Deputados na sua bancada, e ainda agora o demonstraram, que não o esquecem e que não levam o seu partidarismo ao ponto de o negar.

Quis o Sr. Deputado Carlos Brito saber das razões da interpelação. Teria sido uma correcção ao debate do Plano e do Orçamento? Não, não foi uma correcção, foi um desenvolvimento da posição por nós assumida nesse debate. Foi a coerência da linha defendida nesse debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pode haver discordâncias nesse aspecto. Ouvimos até membros do Governo manifestá-las naquela tribuna mas temos a consciência de que este debate e o acordo que parcialmente se formou quanto ao pressuposto e aos objectivos das medidas de política económica têm a mesma raiz e obedecem à mesma coerência que nos levou a votar contra o Plano e a fazer críticas sérias ao Orçamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perguntou depois o Sr. Deputado Carlos Brito se eu considerava que o fascismo é um

perigo e uma ameaça. E eu digo-lhe que considero que uma ditadura de direita é um perigo e uma ameaça. Nessa medida, é um perigo e uma ameaça o fascismo, não tanto porque existam forças de direita organizadas e com apoio social neste país, mas porque as políticas seguidas por certas forças ditas de esquerda, designadamente pelo seu partido, estão a provocar e a agravar o caos que pode conduzir directamente a uma ditadura de direita.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros perguntou se nós, Partido Social-Democrata, não defendíamos um debate amplo, um esclarecimento popular e um referendo sobre a Europa. É curioso que ainda há pouco aqui se viu impugnada, e duramente, a possibilidade de um referendo nos sindicatos. Até fomos acusados de defender o referendo sobre a Constituição. Os referendos foram equiparados a medidas autoritárias, a medidas fascistas, e o Sr. Deputado Acácio Barreiros vem agora falar no referendo sobre a Europa.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Não fui eu que disse isso.

O Orador: — Devo dizer-lhe que não considero o referendo em si e automaticamente uma medida antidemocrática. Se o referendo, pelas condições em que se realiza, em que se desenvolve e em que se executa, tem o carácter de um plebiscito e equivale a um apoio forçado a uma que determinada política, em suma, se é como foi o referendo da Constituição de 1933, se é um plebiscito artificial e antidemocrático, condenamo-lo irremediavelmente. Mas se o referendo tem o carácter de uma consulta popular livre, de uma escolha entre várias opções e se desenrola num clima democrático de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, em clima de respeito e de isenção de propaganda eleitoral e democrática, é positivo e pode realizar-se.

A propósito da Constituição, fomos acusados de defender um referendo para alterar a Constituição. Nada menos verdadeiro. O que se passou é que o primeiro Pacto Partidos-MFA — importa salientá-lo na resposta à sua pergunta — implicava um referendo orgânico quanto à Constituição. Dizia o primeiro Pacto que a Constituição só seria promulgada pelo Presidente da República, depois de ouvido o Conselho da Revolução. E, quando se tratou da revisão do Pacto, quisemos substituir esse referendo, orgânico e não democrático, por um referendo democrático. Porque, de facto, estar o trabalho dos constituintes dependente dos membros do Conselho da Revolução, que não tinham sido eleitos, parecia-nos muito pior do que estar o mesmo dependente de consulta popular.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Desde que nas negociações para o Pacto foi retirado o referendo orgânico, também nós retirámos a exigência deste referendo popular. Se amanhã forças políticas vierem fundadamente pedir um referendo sobre a Europa e se esse referendo e as suas possibilidades forem discutidos, por exemplo, neste Parlamento, e se conclua pela necessidade de

uma consulta popular, pois nós perfilharemos essa decisão, com tanto maior à-vontade quanto é certo que, como o Sr. Deputado Acácio Barreiros salientou no fundamento do seu pedido de esclarecimento, somos um partido que sempre defendeu no seu programa a adesão à Europa e à Europa do Mercado Comum. Portanto, estamos certos de que quem votou social-democrata, conhecendo o programa do partido, votou também a adesão à Europa e à Europa do Mercado Comum.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Veiga de Oliveira salientou aquilo que chamou de meu anticomunismo de viés. Digo-lhe que o «de viés» está a mais, porque, na medida em que os senhores se orgulham de ser anti-sociais-democratas, também eu posso, com a mesma legitimidade, ser anticomunista, sem ser de viés.

Risos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Eu não cometoo erro de supor que o seu anticomunismo é de viés, Sr. Deputado. O que disse foi o seguinte: fazer de viés o seu anticomunismo. O que é diferente.

Risos do PSD.

O Orador: — Não, Sr. Deputado, também aí erra, porque ali na tribuna fui frontalmente e até falei no seu partido.

Pergunta o Sr. Deputado Veiga de Oliveira que medidas complementares é que o meu partido entendia necessárias para apoiar a política do Governo. Vejo que esteve com menos atenção às minhas tomadas de posição acerca da política económica do que aquilo que classificou de minhas tomadas de posição anti-comunistas. Disse-o claramente, disseram-no os nossos Deputados. Espero que me dispense de tentar o impossível, ou seja, de resumir em dois minutos aquilo que neste debate foi dito durante algumas horas pelos nossos Deputados.

Apontámos as sugestões concretas de complementos necessários a estas medidas. Apontámos as opções estruturais básicas que dão sentido a uma política conjuntural de recuperação económica. Se não fomos claros, ou é por defeito nosso ou por defeito de atenção ou de presença do Sr. Deputado. Estou convencido de que uma leitura do *Diário da Assembleia da República* lhe permitirá esclarecer cabalmente esta pergunta.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Olhe que não!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Vital Moreira, que se manifestou perplexo, devo dizer-lhe que perplexo fiquei eu, porque, quanto à Constituição, o Sr. Deputado confundiu as posições que tomei pessoalmente no comício da JSD a que aludiu e as que o meu partido tomou. Desconfio que as confundiu ambas com um editorial de *A Capital* que saiu por essa altura e em que se dizia que a Constituição era

um aborto jurídico e se defendia a necessidade da sua revisão à *outrance*. O Sr. Deputado ou tresceu *A Capital* ou não prestou a devida atenção aos relatos dos nossos comícios e das minhas tomadas de posição.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Olhe que não!

O Orador: — Olhe que sim, Sr. Deputado, olhe que sim!

Risos.

E sabe porquê? Porque nunca dissemos que a Constituição era social-marxista, nem que era colectivista. Sabe o que é que eu disse no comício da JSD? Foi que a Constituição merecia apoio porque era eminentemente social-democrata. Isso é que o Sr. Deputado não percebeu.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Presidente: — Peço ao Sr. Deputado Vital Moreira o favor de também se lembrar de que o Sr. Deputado Sá Carneiro já excedeu o seu tempo em dois minutos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, espero que ao Sr. Deputado Sá Carneiro sejam consentidos os segundos necessários para o compensar desta minha interrupção.

O Sr. Presidente: — Boa solução, na realidade.

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Na realidade, evoquei três situações na minha pergunta. Em primeiro lugar, evoquei o facto de o Sr. Deputado Sá Carneiro ter, durante várias semanas — aquelas que precederam a votação da Constituinte —, acusado a futura Constituição de todos os nomes (o menos grave era o de social-marxista ou de colectivista). E depois, uns dias antes, não sei porque artes, é que descobri finalmente, e de um dia para o outro, que, afinal, a Constituição não era social-marxista, mas até era social-democrata. E a notícia, não desmentida, de que o Sr. Deputado Sá Carneiro era contra a votação da Constituição acabou por transformar-se na votação favorável, com muitas reservas, aqui feita no dia 2 de Abril de 1976.

Mantendo, pois, todas as afirmações que fiz e que são, de resto, fáceis de documentar — e o Sr. Deputado Sá Carneiro sabe isso perfeitamente —, tal como é fácil de documentar a afirmação que fez agora de que disse, alguns dias antes da votação que, afinal, a Constituição nem era colectivista, nem social-marxista, nem nada parecido com isso, afinal o que era social-democrata.

O Orador: — Sr. Deputado Vital Moreira: Como não acredito que esteja a deturpar intencionalmente aquilo que eu disse e que se passou, tenho que concluir que está muito erradamente informado e que a sua memória o atraiçoa totalmente.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Olhe que não!

O Orador: — Sr. Deputado, calma. Agora oiça.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Tenho bom ouvido.

O Orador: — Vá falando, vá falando. É muito fácil documentar-se e o Sr. Deputado deveria dar-se ao cuidado de se documentar antes de fazer as suas afirmações. O Sr. Deputado está totalmente errado. Aquilo que afirmou não é verdade. Eu nunca disse que a Constituição era social-marxista ou colectivista e nunca defendi o voto contrário à Constituição nesta Assembleia.

Se o Sr. Deputado quer fazer uso nesta Câmara, e com as suas responsabilidades, das intrigas jornalísticas e das falsidades — que nem sequer se desmentem, porque não se lhes dá valor —, o problema é seu, mas não acredito que se coloque a esse nível. Mas, Sr. Deputado, verifique, actualize-se e depois fale.

Tenho de o desmentir frontalmente. E mais: é totalmente falso que alguma vez eu tenha dito, referindo-me à Constituição, que ela seria a execrável lei fundamental deste país. Isso, Sr. Deputado, é uma falsidade, é uma provocação. Desminto-o frontalmente. O Sr. Deputado não tem o direito de vir aqui fazer essas afirmações, que são falsas e provocatórias e que nem sequer estão de harmonia com a sua capacidade intelectual.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Diga, se faz favor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O «execrável» é meu, para traduzir a posição do Sr. Deputado Sá Carneiro.

Risos.

Vozes do PSD: — Bem nos parecia!...

O Orador: — O seu a seu dono. O «execrável» fica consigo.

O Sr. Vital Moreira: — O Sr. Deputado julgará da melhor maneira as várias apreciações que fez à Constituição. De qualquer modo, tenho a liberdade de as qualificar com os adjetivos que entender. O Sr. Deputado é que não tem o direito de julgar que lhe atribui aquilo que na realidade não lhe atribuí. Mantenho e convido o Sr. Deputado Sá Carneiro a responder à documentação que é conhecida, pública, e que foi referida várias vezes.

O Orador: — Apresente-a, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Portanto, aqui fica o desafio feito ao Sr. Deputado Sá Carneiro. Eu digo que sim, porque a apresentei, e o Sr. Deputado Sá Carneiro diz que não. Vamos ver se a minha memória é mais frágil do que a frágil coerência do Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Orador: — O Sr. Deputado usa os adjetivos que quiser, mas eu tenho o direito de os tomar como substantivos em face das suas afirmações.

Apresente a documentação. Apresente-a, Sr. Deputado, e depois falamos. Tem muito que melhorar a sua memória, que melhorar a sua própria coerência, o que já ficou demonstrado com a questão do «execrável».

Não vale a pena lembrar-lhe aquilo que há pouco recordei relativamente ao cerco à Assembleia Constituinte, tudo aquilo que o seu partido aqui disse e que foi já recordado, como o «circo de S. Bento» e outras coisas mais. Não vale a pena, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isso é que deve provar!

O Orador: — Consta dos *Diários da Assembleia Constituinte* e até já foi dito pelo Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Diga, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Isto assim não pode ser, Srs. Deputados...

O Orador: — Sr. Presidente, por mim consinto a interrupção que o Sr. Deputado Carlos Brito me pediu embora V. Exa. não dê mais tempo.

O Sr. Presidente: — Estão a fazer-me sinal dali para deixar andar.

Risos.

Vamos então andar mais um bocadinho, mas muito pouco, por favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, começo por agradecer-lhe, mas antes devia agradecer ao Sr. Deputado Sá Carneiro a interrupção que me autorizou.

Era só para dizer que, em relação a esta questão, vamos documentar-nos, existindo, efectivamente, os *Diários da Assembleia Constituinte* relativamente à parte final das suas considerações.

Ouví o Sr. Deputado com toda a atenção e nunca o interrompi, sempre esperando que no decurso das suas considerações o Sr. Deputado acabasse por explicar qual foi a razão fundamental do pedido de interrupção do seu partido. Na verdade, não o fez.

O Orador: — Sim, Sr. Deputado, não o fiz. Não o fiz por uma razão clara. É que, se precisa de mais explicações para além daquelas que já constam, digo ao Sr. Deputado Carlos Brito, que teve a hombridade de me dizer, depois deste incidente — que não vale a pena qualificar — com o Sr. Deputado Vital Moreira, que iam documentar-se, que ainda bem. Pois documentem-se. Mas se quer mais explicações, Sr. Deputado Carlos Brito, digo-lhe que não tenho satisfações a dar ao Partido Comunista Português relativamente às razões deste debate. Nem eu, pessoalmente, nem o Partido Social-Democrata nem os partidos representados nesta Assembleia. Não temos satisfações a dar ao Partido Comunista Português.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS quando o Sr. Primeiro-Ministro se dirigia para a tribuna.

O Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois de ter assistido atentamente, durante dois dias, a este debate; de ter tentado compreender o sentido de algumas críticas que nos foram dirigidas, críticas, aliás, de pura forma; depois de ter recebido da parte dos vários partidos representados nesta Assembleia algumas «flores»; depois de ter seguido com curiosidade e interesse, como agora, os passes de armas trocados entre os Deputados dos diferentes partidos da oposição; depois de ter verificado que nas três bancadas da oposição se reconhecia, ao menos, a coerência global das medidas tomadas pelo Governo e da sua indispensabilidade; depois de também ter ouvido com prazer, e congratulando-me, de todas as bancadas da oposição, que essa oposição não era sistemática; depois de ter ouvido bastantes «sins», embora também alguns «mas» e alguns «ses» ...

Risos.

... eu, lembrando-me de que fui bastante tempo advogado, podia limitar-me a «oferecer o merecimento dos autos» ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e escusaria de fazer alegações de defesa, visto que o Governo não está em causa.

Entretanto, aproveito a oportunidade que me é oferecida para fazer algumas reflexões breves. A primeira é, naturalmente, sobre o sentido da interpelação. Foi dito aqui que não havia a preocupação nem a intenção de derrubar o Governo e que se tratava, antes, de dar ao Governo uma oportunidade para melhor explicar os seus pontos de vista.

O Governo agradece a intenção, e fá-lo sem nenhuma ironia, mas talvez não fosse necessário isso para que o Governo viesse aqui explicar-se. Não foi, porventura, dado tempo ao Governo de tomar essa iniciativa, dado que, por exemplo, a propósito da nossa adesão à CEE, o Governo tomou essa iniciativa, o que significa que o Governo tem como propósito prestigiar esta Assembleia. O Governo reconhece a competência desta Assembleia e entende que ela deve fiscalizar, a todo o momento, a sua acção. Fá-lo muito à vontade, porque o Governo acredita na democracia e, em especial, na democracia parlamentar.

Mas, na verdade, justamente segundo a prática parlamentar dos países que têm parlamentos, e parlamentos em actividade, o sentido das interpelações normalmente não é este, não é o de dar oportunidades aos governos, mas, antes pelo contrário, o sentido costuma ser o de tentar pôr os governos em dificuldades e de apresentar porventura políticas de substituição.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não foi assim. Estamos todos a aprender, e não há qualquer mal nisso. É mais uma das nossas originalidades.

Risos.

Na verdade, podemos reconhecer, e fazemo-lo sem qualquer esforço, que este debate foi útil, porque demonstrou, parece-me, à saciedade que, pelo menos de momento, ao nível desta Câmara e nos termos da democracia que todos desejamos pôr em execução, não há política de substituição.

Digo-o sem qualquer triunfalismo, como mera constatação de um facto, que fica irrefutável, deste debate.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Porque mesmo o PCP, que disse que ia apresentar uma alternativa crítica e uma alternativa democrática para a política do actual Governo, disse que o ia fazer num futuro, não sabemos se próximo, se remoto, e que os seus técnicos económicos estavam justamente a estudar as medidas concretas para essa alternativa. Ficamos à espera delas, naturalmente com muita curiosidade.

Mas, se é assim, há que tirar deste debate, a nosso ver, uma ilação principal: Que a política que o Governo vem praticando, por isso que tem largas faixas de apoio de um lado e doutro das bancadas desta Câmara, é uma política não partidária, é uma política nacional, uma política que está a ser feita com o risco de grande impopularidade, que é consciente, e que, por isso, merece ser apoiada, como se viu, por todos aqueles que acreditam na democracia e que sabem que é preciso lutar, no nosso país, pela sobrevivência dessa democracia.

Assim, tem razão, a meu ver, o Sr. Deputado Freitas do Amaral quando, mais uma vez, aqui reclamou que era necessário e conveniente para o nosso país haver um período de calma política para se poder trabalhar, para se poder restabelecer a confiança dos Portugueses em Portugal, para salvar o país, para consolidar a democracia. E efectivamente disso que se trata e é isso que, neste momento, todos sentimos que está em jogo, isto é, a consolidação, a salvação da democracia em Portugal.

Aplausos do PS.

O Governo não se julga infalível. O Governo não foge às críticas, mas, antes pelo contrário, aceita as críticas, promove essas críticas e procura delas tirar partido positivo. E, como já disse, o Governo reconhece a esta Assembleia o direito de fiscalizar integralmente a sua acção.

Mas se não está em jogo uma política de substituição para a actual, como resultou, a meu ver, evidente deste debate de dois dias; se o Governo está a levar a cabo uma política nacional — aliás com o risco calculado da erosão necessária e normal do seu próprio partido, por ser ele a tomar a responsabilidade de executar essa política nacional —, o Governo tem jus a um certo crédito e não pode, ou não deve, estar sujeito a contínuas guerrilhas de desgaste, que têm vindo a efectuar-se quase em permanência ao longo destes meses, e que não servem,

como se poderá reconhecer, para a consolidação da democracia e que nem sequer têm a justificação de se inserirem numa estratégia de substituição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Voltando às medidas do Governo — dado que, finalmente, foram estas o objecto do debate e da interpelação —, foi reconhecido por vários dos oradores que aqui se pronunciaram que essas medidas têm uma coerência como forma de ataque à crise.

O ponto de partida do Governo foi justamente a situação que o Governo encontrou logo que se formou, isto é, uma situação extremamente difícil, dado o volume e a importância dos défices da nossa balança de pagamentos. E, naturalmente, esses défices a curto prazo, como lembrou o meu camarada Salgado Zenha, e para não fazer parar o País, só poderiam resolver-se através do recurso a empréstimos externos.

Disseram da bancada comunista que era necessário diversificar esses empréstimos, e naturalmente que o Governo está de acordo com essa diversificação. E se for possível que, por interferência do Partido Comunista Português, o Governo possa encontrar empréstimos para diversificar aqueles que até agora o nosso país conseguiu obter, nós todos certamente ficaríamos muito satisfeitos com esse facto. E dado que era preciso financiar, em primeiro lugar, os défices, mas como temos que, a médio prazo, pensar em pagar esses empréstimos que são feitos para o financiamento dos défices, nós verificámos que só havia uma política séria, que era a de reduzir as importações e aumentar as exportações, ambas as coisas baseando-se num aumento da produção, quer da produção de bens para exportação quer da produção de bens para substituição das importações, e que havia que aumentar a poupança, única forma de melhorar os investimentos e de aumentar os postos de trabalho. Portanto, uma política de relançamento da economia, tanto no sector público como no sector privado.

E o Programa que nós apresentámos e o Plano que aqui foi discutido em Dezembro último apostam justamente em largos investimentos do sector público, como motor da nossa economia, e essa parte do Plano mantém-se integralmente válida, como, aliás, todos os seus grandes objectivos.

Por outro lado, se nós dizemos que é necessário relançar o sector privado e se mesmo o Partido Comunista diz que não quer, respeitando a Constituição, pôr em causa a existência do sector privado, naturalmente que a dinamização desse sector privado não pode deixar de passar, neste aspecto, por uma certa recuperação capitalista. E isso tem de ser admitido pelo próprio Partido Comunista, a menos que diga que quer relançar o sector privado, mas, efectivamente, não o queira fazer e isso seja apenas um mero expediente ou uma mera concessão táctica.

A verdade é que, como o próprio Partido Comunista também aqui reconheceu — e até disse que foi o Partido Comunista quem pela primeira vez lançou essa expressão em Portugal —, se o País vive acima dos seus meios (parece que a expressão é do Partido Comunista, ou pelo menos ele reivindicou a paternidade desta expressão), é evidente que para deixar-

mos de viver acima dos nossos meios temos também de fazer a redução dos consumos, o que implica necessariamente uma política de verdade nos preços, política essa que não é total, visto que para atender fundamentalmente às classes mais desfavorecidas é que se instituiu a política do «cabaz de compras», que custa ao País, como se disse, 9 milhões de contos por ano.

O Dr. Sá Carneiro disse que era preciso uma política de austeridade pública e proponha que tudo em matéria de sector público fosse para o investimento.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Não foi isso.

O Orador: — Mas se assim fosse, a verdade é que nós não poderíamos subsidiar o «cabaz de compras», e nós subsidiamos o «cabaz de compras» justamente para fazer uma política social, de protecção às classes trabalhadoras deste país.

Evidentemente que a este respeito se põe também o problema da inflação, e foi-nos perguntado várias vezes em que consistia a política deflacionista. É claro que o Governo não quer deixar subir os preços e o custo de vida de qualquer maneira e procura, como sempre tem procurado, controlar a inflação. Nesse sentido, sairá em breve, e está já em fase adiantada, o código dos preços, para que as empresas possam conhecer as regras de análise de certos custos. E, por outro lado, tem que se fazer uma política de sanção contra os aumentos especulativos, contra os açambarcadores e contra os especuladores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas essa política de deflação tem de ser feita também de acordo com o tal pacto social e com uma certa concertação. Porque se vamos deixar subir a contratação colectiva e se vamos deixar, por mais justas e legítimas que sejam as reivindicações salariais, subir os salários, entramos numa espiral de subida de salários, subida de custos, nova desvalorização, e aí estaremos muito rapidamente na situação que conheceu o Chile e que nós responsávelmente queremos, acima de tudo, evitar neste país.

Disse-se também que em matéria de política económica o Governo jogava à defesa. Eu devo dizer-lhes que não sou muito forte em matéria de futebol, mas pareceu-me, talvez me engane, que quem jogou à defesa neste debate foram as oposições, que jogaram timidamente no centro do terreno e que nunca conseguiram rematar à baliza.

Risos e aplausos do PS.

Não creio que a política do Governo seja de facto uma política de não relançamento da economia. Nós estamos, quer no sector público quer no sector privado, a tentar incrementar, a tentar favorecer, uma política de relançamento económico, de que a desvalorização representa um estímulo extremamente importante. Mas para esse relançamento da economia portuguesa contamos também com o esquema das indemnizações e com a possibilidade da sua mobilização para novos investimentos, através de uma proposta de lei que foi apresentada a esta Assembleia. Contamos também com um diploma acerca da reavaliação dos activos para dar às empresas maior capa-

cidade de investimento. Isto no domínio do relançamento das actividades privadas e no domínio do relançamento das actividades públicas.

Há até um vastíssimo programa de investimentos públicos, que está previsto no Plano, que foi considerado na altura, por todos os críticos, de expansionista, até de demasiado optimista, e que nós mantemos integralmente intacto.

O Sr. Deputado Sousa Franco disse que as medidas que tomámos no sentido do relançamento da economia eram correctas, mas não eram bastantes.

Eu ter-lhe-ia ficado muito grato se, para além destas, ele me pudesse indicar outras mais. Na verdade, para discutir validamente o problema que está em questão e para não transformar este debate num diálogo de surdos, nós temos que distinguir entre dois planos possíveis de discussão.

Ou nos colocamos no plano da ideologia e descambamos para a demagogia, e então podemos fazer muitas promessas, podemos dizer que é preciso aumentar os salários e é preciso baixar os preços, que é preciso fazer uma política socialmente activa. Naturalmente que, tudo isto, dispensamo-nos de dizer como e com que meios. Ou então colocamo-nos no plano do realismo, partindo dos números, daquilo que temos e daquilo que é possível. É essa política responsável que o Governo está a fazer, permito-me salientá-lo a esta Assembleia, com grande realismo. E neste ponto eu concordo inteiramente com a frase que aqui pronunciou o Sr. Deputado Sousa Franco: «Sem aumento de riqueza não há justiça social possível.» Toda a chave dos nossos problemas está efectivamente na produção, no aumento da riqueza e, é evidente, na repartição dessa mesma riqueza.

Estamos todos de acordo, naturalmente, em não fazer pagar a crise aos trabalhadores. É uma frase perfeitamente justa. Mas para repartir de uma maneira justa a riqueza, antes de mais, é preciso fomentar essa mesma riqueza, é preciso desenvolver a produção. E foi neste sentido que desde a primeira hora o Governo Constitucional trabalhou.

Porquê só agora as medidas que se tomaram em 25 de Fevereiro? Foi uma pergunta que repetidamente nos dirigiram.

Antes de mais, porque estas medidas vêm na sequência do Programa aqui discutido e aprovado nesta Câmara, na sequência do Orçamento e do Plano e na sequência da preparação da máquina do Estado para poder tirar partido destas medidas.

É evidente que, de entre as medidas tomadas — e o Governo, tanto em matéria legislativa como em matéria de execução efectiva, não esteve quieto nem parado até ao 25 de Fevereiro —, a peça fundamental era a desvalorização, desvalorização essa que era tornada necessária para não se manter por mais tempo a artificialidade da paridade do escudo e para evitar todas as especulações que se estavam a fazer em relação a esse mesmo escudo.

Mas para se poder tirar partido da desvalorização, que, como disse, e bem, o Ministro do Plano, não é um feitiço, para se poder tirar partido dessa medida, era pressuposto um trabalho prévio e um trabalho demorado. Era preciso restituir o clima de confiança a empresários e investidores, melhorar as relações de trabalho, fazer diminuir o absentismo nas empresas, melhorar e aumentar a produtividade, era neces-

sário fazer com que a reacção dos produtores e dos exportadores fosse positiva ao estímulo que para eles pode constituir a desvalorização. Assim, salvo o devido respeito, quando o CDS disse que, se fosse ele o Governo, tomaria essas medidas logo a seguir à constituição do Governo, salvo o devido respeito, repito, não está numa posição de realismo político e faz total abstracção das modificações que entretanto se operaram na relação de forças existentes na sociedade portuguesa e que se operaram em virtude da acção do próprio Governo. Na verdade, o modelo económico que nós aqui defendemos quando foi aprovado o Programa do Governo, que eu defini como sendo de coexistência concorrencial entre o sector público e o sector privado, esse modelo mantém-se. Nós temos provado que não desejamos nem permitimos a estatização da economia portuguesa, que somos contra a política do Estado patrão, que entendemos que o Estado não deve ser algo de omnipresente, a querer regulamentar tudo e tudo dirigir.

Nós entendemos que o sector público deve ser mantido, dizemos sim às nacionalizações, e não recuaremos em relação às nacionalizações que foram feitas, bem como não recuaremos em relação a uma política coerente e justa de reforma agrária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Simplesmente, se nós dizemos isso, também entendemos que devemos deixar actuar os mecanismos normais da economia e que para tal é preciso que o Estado não se substitua aos outros parceiros sociais e que, entre estes, como é próprio de uma democracia, haja uma verdadeira concertação.

Quer isto dizer que nós estamos em vias de abandonar a nossa marcha para o socialismo? Não. Somos, como fomos desde a primeira hora, fiéis ao nosso ideário e ao nosso programa. Simplesmente, para nós, o socialismo tem um nome: é o socialismo democrático, não o socialismo totalitário.

Aplausos do PS.

É por isso que nós entendemos que o socialismo não podia ser realizado num só país, dada a interdependência das economias entre os diferentes países europeus. Não podia ser realizado em Portugal abstraindo da evolução para o socialismo que nós acreditamos que se está a processar noutras países da Europa. A menos que houvesse em Portugal um Estaline com a capacidade de dominação e de opressão e repressão do próprio Estaline. Mas a verdade é que nós sempre pensámos que a nossa evolução para o socialismo teria de ser feita no âmbito da Europa, em conexão com outros países europeus.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós falamos da Europa e, quando falamos da Europa, queremos a integração europeia. E, quando falamos da integração europeia, não prescindimos do nosso projecto socialista, que não é um projecto totalitário, da mesma maneira que não prescindem desse mesmo projecto socialista e continuam integrados na Europa os socialistas e os comunistas em França, que fizeram a unidade da esquerda, como

não prescindiram do seu projecto socialista os comunistas italianos — e Berlinguer sente-se perfeitamente à vontade integrado na Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, a nossa política europeia não é contraditória com a nossa política rumo ao socialismo democrático.

Aplausos do PS.

É também evidente que nós só queremos marchar para o socialismo se essa for a vontade do povo português. Nunca pensámos impor ao povo português, contra a sua vontade, uma marcha para o socialismo. Só haverá essa marcha para o socialismo se o povo português, majoritariamente, a quiser.

O Sr. Presidente: — Peço a sua atenção, Sr. Primeiro-Ministro, pois, já passou o tempo da bonificação dos quatro minutos.

O Orador: — Eu peço licença para acabar o meu esquema. Gostaria de ter mais uns dez ou quinze minutos, se a Assembleia me permitisse.

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição por parte da Assembleia?

Pausa.

Como não há oposição, o Sr. Primeiro-Ministro poderá continuar no uso da palavra.

O Orador: — Muito obrigado!

Dizia eu que também nesta matéria de integração europeia, e para que a Europa seja de facto a Europa dos trabalhadores — é uma forma que adoptámos e que subscrevemos —, é necessário que o nosso movimento sindical e o sindicalismo português não sejam isolacionistas em relação a todo o resto do movimento sindical europeu e que, como aliás sucede com todos os outros movimentos sindicais europeus, incluindo a CGT, se estabeleça uma conexão entre os diversos movimentos sindicais da Europa, para que esta seja efectivamente a Europa dos trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas volto a repetir: Porquê só agora as medidas que nós tomámos? Uma coisa, natural em política, é falar sobre a realidade e outra opinar sobre essa realidade. A política não é uma ciência normativa. Não se trata de dizer o que deve ser, trata-se de modificar a realidade.

Ora o Governo tem estado, ao longo dos oito meses no Poder, a modificar profundamente a realidade portuguesa.

Foi aqui dito por vários oradores — os Deputados Sousa Franco e Freitas do Amaral, entre outros — que estávamos neste debate a verificar o que chamaram o fracasso histórico do gonçalvismo. Penso que, efectivamente, é assim. Mas, por isso mesmo, permito-me lembrar que quem venceu o gonçalvismo

foi o movimento de massas do povo português, nessa altura liderado pelo Partido Socialista, e que quem destruiu e desmantelou a superestrutura jurídica criada pelo gonçalvismo foi o Governo socialista nestes seis ou oito meses de incessante actividade legislativa.

Aplausos do PS.

O que tem feito neste período o Governo Constitucional, neste momento e durante este debate passou, infelizmente, desconhecido, porque aquilo que está resolvido não tem história, não é problema. Mas a verdade é que foi resolvido, e às vezes com esforço, com trabalho, com coragem e persistência.

Quando nós, em Agosto, começámos a nossa caminhada no Governo, um dos problemas quentes que afligia o País era o problema do funcionamento das escolas e das tensões terríveis que se tinham produzido durante dois anos e meio nas escolas deste país. Alguma coisa foi feita nesse sentido e o ano lectivo tem funcionado com, apesar de tudo, regularidade apreciável.

Também se dizia nessa altura que o Governo teria um Outono quente para os lados do Alentejo, que as tensões tinham subido imensamente no Alentejo em virtude dos erros e dos abusos cometidos a propósito e a pretexto da Reforma Agrária e que essas tensões iam acabar num conflito muito sério. Felizmente verificou-se que também não foi assim.

Havia que aumentar a produtividade, havia que reduzir o absentismo, e todos sabemos que a produtividade melhorou e que o absentismo, felizmente, decresceu.

Sabemos também que, nos últimos seis meses, o produto industrial subiu em Portugal cerca de 5%.

Restabeleceu-se no País um clima de maior autoridade, que, evidentemente, não está ainda completamente mas que não tem comparação com aquilo que existia antes do Governo Constitucional. E a verdade é que se restabeleceu a confiança, confiança essa que possibilitou que o turismo, no 2.º semestre de 1976, em relação ao 2.º semestre de 1975, subisse em 50% e que o envio das remessas dos emigrantes para Portugal, no mesmo período, subisse 70%.

Tudo isto foi alguma coisa que se conseguiu. E conseguiu-se dentro da política permanente de diálogo, dentro de um critério rígido para evitar confrontações que pudessem ser perigosas e para evitar que se estabelecesse na sociedade portuguesa uma ruptura que seria profundamente perigosa e que só poderia aproveitar aos extremismos de ambos os lados.

Devo dizer, Srs. Deputados, que o Governo tem trabalhado num ritmo apreciável e que o facto de termos publicado as medidas que são objecto do debate de hoje não significa que esse ritmo de trabalho vá agora abrandar.

Temos, naturalmente, tarefas gigantescas à nossa frente, tarefas estas que requerem, como é óbvio, um certo consenso nacional que aqui foi referido e reclamado pelo Dr. Sá Carneiro. Tarefas que são a luta contra o terrorismo, contra os bombistas, contra todas as formas de violência que existem ou que tendem a proliferar na sociedade portuguesa. A luta, também, contra o separatismo nas ilhas dos Açores e da Madeira, que é um dos fenómenos altamente preocupantes da nossa sociedade actual e

acerca do qual é necessário que haja unanimidade nacional em todos os partidos que se reclamam do mesmo ideal pátrio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E a luta, também, como já disse, contra os açambarcadores e contra os especuladores, contra a alta dos preços, que é um dos flagelos, que nós muito bem sabemos, que está neste momento a rondar, a roer e a corroer o prestígio do Governo.

O Sr. Álvaro Monteiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — E a luta pela melhoria da qualidade de vida dos portugueses, luta essa que foi feita, que está a ser feita e para isso — perdoe-nos o Sr. Deputado Sérvulo Correia — não precisamos muito do seu pacote de medidas sociais anunciadas.

Risos.

Porque a verdade é que trabalhámos e estamos a trabalhar para melhorar a sorte dos velhos, dos reformados e das viúvas; estamos a integrar o Serviço Nacional de Saúde e a dar a possibilidade àqueles que têm mais de 65 anos de poderem ter medicamentos gratuitos.

Tudo isto representa, como muito bem se sabe neste país, um desafio histórico. Desafio que é o de derrotar definitivamente a tentação totalitária neste país, venha ela de onde vier, para assegurar a liberdade — e orgulhamo-nos de, pela primeira vez há cinquenta anos neste país, não termos presos políticos —, para lutar contra a tentação totalitária, na liberdade, na paz, na democracia e sem violências.

Temos um rumo. Um rumo que hoje está avalizado, que é percebido pelo País, que é perceptível a toda a gente e que, quero crer, é apoiado pelos homens de boa vontade deste país, seja qual for o partido a que pertençam.

Estamos a pedir aos trabalhadores portugueses e ao povo português que façam sacrifícios, mas não estamos a pedir sacrifícios para a eternidade. Damos-lhes, ao mesmo tempo, uma perspectiva e dizemos-lhes que dentro de três, quatro anos, se tudo correr bem, se os défices forem reduzidos ou anulados, como pensamos, nós poderemos fazer sair este país do túnel em que esteve, restabelecendo o equilíbrio da nossa economia. Para isso, estamos a elaborar um Plano a médio prazo, que será apresentado a esta Assembleia e que porá a ênfase principal na luta contra o desemprego.

Mas para isso, nós compreendemos que é necessário um pacto social, uma política de concertação. Pacto social que está implícito em tudo aquilo que nós fazemos, mas que pode ser explicitado, e deve ser-lo, em consultas, em contactos, em diálogo permanente entre Governo, trabalhadores, sindicatos, comissões de trabalhadores e também associações patronais. Para isso, precisamos todos de ser capazes de realizar uma política de trabalho realista e não demagógica.

E permitam-me que diga em aparte que neste debate de dois dias, em que se falou quase em tudo, falou-se, a meu ver, muito pouco em política de relações de trabalho. E nós mandámos a esta Câmara uma lei corajosa, que foi apelidada de antioperária, mas que era feita ao serviço dos trabalhadores, que era uma

lei a propósito dos despedimentos, não para permitir que os trabalhadores fossem, por «dá cá aquela palha», substituídos ou despedidos, mas porque sabemos que, para absorvermos o desemprego, temos de contar fundamentalmente não com o sector público, mas com o sector privado, porque é esse que dá, fundamentalmente, emprego neste país, como se sabe, e sem essa lei os empregadores temem empregar os trabalhadores. Portanto essa lei que o Governo teve a coragem de propor foi não antioperária, mas antidespedimento.

Seria interessante que os partidos — estamos todos longe das eleições — pensassem todos menos, de futuro, em votos ou em ser agradáveis e pensassem sobretudo no interesse nacional em matéria de relações de trabalho, como em tudo o resto.

E eu não queria lembrar aqui, porque não quero ser desagradável — mas não me posso impedir de salientar esse aspecto —, que se nós tivéssemos aprovado na altura própria o esquema de poupança forçada através do 13.º mês, podíamos ter evitado algumas outras medidas que posteriormente e agora têm que ser tomadas.

Importa salientar o papel dos sindicatos na economia portuguesa e dialogar com eles, obedecem à orientação que obedecerem. Dialogar com os sindicatos sem discriminações de tipo ideológico? Com certeza que sim. O Governo o fará, mas pedindo aos sindicatos que tenham também uma política realista e uma política responsável.

Depois do fim da 2.ª Guerra Mundial, os sindicatos, em países como a França ou como a Itália, souberam, em momentos dramáticos, terminar certas greves e souberam pôr-se ao serviço de uma política de reconstrução nacional.

Nós vivemos uma guerra de catorze anos que não devastou o solo pátrio, mas de que sofremos profundas cicatrizes no todo nacional. Precisamos que os trabalhadores portugueses tenham a consciência e o sentido da responsabilidade, sejam capazes de fazerem o mesmo que aqueles que acabo de referenciar, de se porem ao serviço de uma política de reconstrução nacional. É isso que nós pretendemos fazer e é esta política delineada à pressa — e excedendo já o tempo que me estava reservado — que nós continuaremos, agora, depois deste debate, depois da prova de democracia, de liberdade, de responsabilidade, que todos demos neste debate, que vamos prosseguir, para bem do povo português, com mais determinação e, se possível, mais vigor.

Aplausos do PS e dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Estão inscritos os Srs. Deputados Freitas do Amaral e Sá Carneiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estranhou há tempos o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Dr. Salgado Zenha, que eu não viesse tantas vezes à Assembleia quanto ele desejaria, e eu tive ocasião de

esclarecer que, pelo menos, não deixaria de estar presente sempre que o Sr. Primeiro-Ministro aqui viesse, para lhe dar réplica.

Vou, pois, aproveitar esta oportunidade para fazer alguns pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro sobre a sua intervenção de agora.

O primeiro pedido de esclarecimento diz respeito ao momento em que foram tomadas as principais medidas de política económica conjuntural, medidas a que eu insisto em não chamar «pacote», porque, além de a expressão me parecer deselegante, não queria ter a sensação de me sentir embrulhado nela.

Risos.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que na tomada dessas medidas o Governo não jogou à defesa e que a Oposição não terá jogado ao ataque. Por mim, que nada sei de futebol, embora tenha no meu grupo parlamentar, com muito gosto, um ilustre profissional de futebol, quer-me parecer que, pelo muito tempo que o Governo levou a tomar estas medidas, não foi defesa nem ataque. Foi ter-se arriscado a perder o campeonato por falta de comparência.

Risos.

E eu gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se não foi ele mesmo que, antes de tomar posse, declarou que as principais medidas do Governo, nomeadamente no ataque à crise económica, deveriam ser tomadas nos primeiros três meses da actividade governativa.

O segundo pedido de esclarecimento é este: temos para nós que a política anti-inflacionista é, sem dúvida, o aspecto mais importante da conjuntura política e económica, porque uma inflação descontrolada poderá pôr em risco, ou porá certamente em risco, a sobrevivência da democracia.

Verifiquei hoje que tanto o Sr. Deputado Salgado Zenha como o Sr. Primeiro-Ministro foram muito parcimoniosos na exposição da sua política anti-inflacionista, mas que foram muito aplaudidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando prometeram uma forte repressão das autoridades policiais contra os especuladores. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se no seu entender o acento tónico de uma política inflacionista se deve pôr na elaboração e execução de uma política económica correcta, nomeadamente nos domínios orçamental, fiscal, monetário, de crédito, de preços e de rendimentos, ou se, pelo contrário, se deve pôr numa política de combate policial à inflação.

Uma voz do PS: — Nas duas.

O Orador: — Em terceiro lugar, gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que me esclarecesse se, quando empregou a expressão, que eu creio ter sido intencional, de que a luta contra o gonçalvismo foi liderada pelo Partido Socialista, queria com isso significar — como a mim me pareceu que queria — que outros houve, e foram muitos, que nessa altura sofreram, resistiram e lutaram, embora na medida das suas forças e das suas possibilidades de acção.

Finalmente, quanto à referência que o Sr. Primeiro-Ministro quis fazer ao problema da poupança forçada, mais conhecida pela questão do 13.º mês,

gostaria de perguntar ao Governo o seguinte: em primeiro lugar, por que pensou pôr em prática um esquema de poupança forçada sem primeiro ter ensaiado um esquema de estímulo à poupança voluntária e, em segundo lugar, se era assim tão importante adoptar esse esquema de poupança forçada, porque é que o Governo agora o não propôs.

O Sr. Presidente: — Suponho que o Sr. Primeiro-Ministro está de acordo em aguardar a segunda intervenção. Mas faça favor de dizer.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente: Eu gostaria mais de responder a cada interpelação por sua vez.

Peço desculpa, mas como foram muitas perguntas posso correr o risco de me esquecer delas.

O Sr. Presidente: — Então faça favor.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à primeira questão, sobre o momento das medidas, deixando de lado as imagens futebolísticas que certamente não ajudam a compreender um problema tão sério como este, eu julguei ter sido claro na explicação desse problema. Em todo o caso direi que a responsabilidade incumbe, como é evidente, ao Governo, pois é ele o juiz efectivo da escolha do momento.

A preocupação fundamental foi, em primeiro lugar, a de ter um aparelho adequado para tirar rendimento dessas medidas e prepará-las através de uma série de outras que lhe eram necessariamente anteriores e que foram sendo tomadas desde o primeiro dia em que se constituiu o Governo. Mas há também uma apreciação e uma sensibilidade em relação áquilo a que podemos chamar o perigo de evitar rupturas e a necessidade de se fazer compreender pelo povo português, visto que nós vivemos em democracia e não podemos impor as coisas. Temos que deixar que as coisas amadureçam para que o País as sinta.

Foi ponderando todos estes pontos e lutando, desde o primeiro dia, através de uma imensa obra legislativa, que está aí e que pode ser consultada no *Diário da República*, que o Governo escolheu, a meu ver bem, o momento de Fevereiro, o de 25 de Fevereiro, para tomar as medidas que tomou.

Quanto à sua segunda pergunta, a que se relaciona com a política anti-inflacionista, tenho a dizer-lhe que nós não pomos o acento tónico no combate policial à inflação, porque nós, socialistas, como se sabe, somos bastante alérgicos a esse tipo de combates e talvez isso explique a relutância com que nós temos evitado ressuscitar, ou tornar dinâmico, algo de parecido com aquela polícia das actividades económicas que existia antigamente e que, pelo menos, evitava que as pessoas alterassem os preços dos artigos sem terem qualquer fundamento para isso. Mas a verdade é que em muitos sítios, por exemplo em lojas de artigos electrodomésticos, logo depois de se ter anunciado a desvalorização, foram substituídos imediatamente — e eu tenho exemplos concretos — os preços e as etiquetas de preços de certos artigos de forma puramente especulativa.

Ora, a correção desses abusos, dessas especulações, tem de ser feita por forma repressiva. Mas

naturalmente que o acento tónico de uma política anti-inflacionista não se pode pôr nem se deve pôr na repressão policial. Tem de colocar-se sim, como, aliás, eu também referi na minha exposição, na elaboração de um código de preços, o que está a ser feito, e na concertação desses preços, aspecto que me esqueci de abordar na minha exposição. Mas quando o Sr. Dr. Sá Carneiro falou na necessidade de uma concertação entre as diversas regiões e o poder central, eu posso dizer-lhe que, por exemplo, em matéria de preços se fez e se progrediu muito no sentido de se estabelecer uma concertação e uma adequação de certos preços a certas regiões específicas.

Portanto o código de preços implica, naturalmente, não só política correcta como também combate policial à inflação.

Quanto à terceira pergunta, ou seja a da luta contra o gonçalvismo, digo-lhe que longe de mim procurá-la ou deseja-la exclusiva para o Partido Socialista.

Naturalmente que todos os democratas lutaram, cada um à sua maneira, contra o gonçalvismo e foi isso que deu a essa luta o incremento e o sentido nacional que ela indubitavelmente teve. Mas também é incontestável, e parece-me que é um facto histórico que não vale a pena discutir, que nesse momento o Partido Socialista — e foi isto que eu disse — liderou esse processo de massas.

Relativamente ao 13.º mês, pergunto-me por que não se tentaram antes esquemas de estímulo à poupança voluntária, e eu dir-lhe-ei que sim, que se tentaram. Aliás, como sabe, e para não referir muitos outros, lembro-lhe o empréstimo que o Dr. Salgado Zenha lançou quando era Ministro das Finanças, e muitos outros estímulos, ou pelo menos alguns outros, que se puseram em vigor.

Quanto ao facto de nós não voltarmos a insistir no esquema que foi rejeitado pela Assembleia, não o fizemos precisamente por respeito democrático para com esta mesma Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro aludiu, na exposição que fez, à maneira como decorreu este debate. Falou na falta de uma estratégia de substituição, falou também na necessidade de evitar a táctica de guerrilhas, o desgaste. Não evitou, porém — com toda a franqueza lho digo —, um certo triunfalismo no seu tom.

Pergunto-lhe se não acha que a oposição tem um papel relevante a desempenhar, não apenas numa estratégia de substituição do Governo, ou de substituição da sua política, mas numa óptica de estímulo ao Governo, de aperfeiçoamento da sua política, numa óptica pedagógica. Pergunto-lhe ainda se o Governo não se sentiu estimulado pelas críticas que lhe foram feitas, que por vezes são duras de ouvir e de aceitar, se não progrediu a sua política mercê dessas críticas. — O Sr. Primeiro-Ministro disse também, e este ponto liga-se com o anterior, que neste debate a oposição não tentou rematar à baliza do Governo, mas jogou ao centro.

O Sr. Primeiro-Ministro não acha, neste ponto, que o Governo, com hombridade, já tinha marcado alguns golos na sua própria baliza...

Risos.

... corrigindo alguma passividade e alguns erros da política anterior?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às despesas do sector público, o Sr. Primeiro-Ministro disse que na minha intervenção eu afirmei que todas as despesas públicas deviam ser para investimento. Não foi isso o que eu disse, mas sim que era necessária uma política de austeridade pública e que o lema devia ser: «Nenhum centavo mais dos dinheiros públicos que não seja para gastos reprodutivos.»

O Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente, até porque é o chefe do Partido Socialista, que há gastos socialmente reprodutivos, que há investimentos sociais. Eu não quis dizer na minha afirmação que todos os investimentos houvessem de ser investimentos económicos directos. Não estava em causa o financiamento do «cabaz», não estava em causa o financiamento de uma política social.

Pergunto-lhe se não acha necessária uma política de austeridade pública para que os gastos públicos sejam efectivamente social e economicamente reprodutivos, para que sejam a paga do trabalho prestado, para que haja também no sector público mais trabalho e produtividade mais intensa.

Por último, o Sr. Primeiro-Ministro falou na questão da poupança forçada. Há que esclarecer que esta Assembleia não discutiu, não aprovou, nem rejeitou o esquema de poupança forçada. O Governo apresentou, tarde, uma proposta de lei para o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro. Veio a retirar essa proposta, que não foi discutida e foi apenas votada quanto a pedido de urgência para a sua discussão. Na Lei do Orçamento Geral do Estado existia uma referência a um esquema de poupança forçada, a qual o Governo retirou no decorrer do debate. O Governo não pode, pois, queixar-se de recusa desta Assembleia quanto à poupança forçada.

Com isto, a minha pergunta é a seguinte: quais as medidas de austeridade que a poupança forçada evitaria hoje, se é que, porventura, evitou algumas?

Quanto às medidas sociais, o tal conjunto de medidas sociais sobre as quais o Sr. Deputado Sérvulo Correia falou, acha o Sr. Primeiro-Ministro que não são necessárias mais medidas de índole social para melhorar as condições de vida das classes mais desfavorecidas e mais esquecidas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Sá Carneiro: Antes de mais nada, devo dizer-lhe que estou de acordo em que a Oposição tem e deve sempre ter, em democracia, um papel relevante. Parece que a frase é minha, que foi dita já há muitos meses, mas que foi muito repetida nos jornais, e que é esta:

«Serve-se o País tanto no Governo como na Oposição.» Eu nunca poria em causa o papel da Oposição, mesmo que ela tivesse uma estratégia de substituição, que também considero legítima, porque sou pela alternância do Poder. Se a Oposição não tem essa estratégia de substituição, ainda melhor.

Risos.

Quanto ao facto de eu estar ou ficar estimulado pelas críticas que me são feitas, acho isso natural, pois sou partidário da livre crítica e acho que as críticas devem ser feitas frontalmente, sem nenhuma espécie de receios.

Risos.

É dentro deste espírito de crítica normal entre a Oposição e o Governo que se deve exercer aquilo que eu disse ser uma exigência e que consiste na fiscalização pela Assembleia da execução da política do Governo. Não o pode fazer sem crítica impiedosa quando é caso disso, e é porque acredito nas virtualidades da crítica que sou partidário de um regime democrático parlamentar.

Quanto ao problema do jogo ao centro, devo dizer que me estava a referir a futebol e estava longe de estar a fazer classificações políticas. Se o Sr. Deputado estivesse ao centro, eu nunca iria classificá-lo.

Risos.

Relativamente às despesas públicas para o investimento e à necessidade de uma política de austeridade, é evidente que estou de acordo em que a política de austeridade no sector público deve ser posta em execução. Desde o inicio da constituição do Governo que eu me bati, aliás com o apoio do Governo, por uma política de economias estritas, não só no Governo e em todos os sectores da Administração Pública, como também no sector público nacionalizado.

Acho que o Sr. Deputado tem toda a razão em dizer que se deve trabalhar mais no sector público e que há que reestruturar a função pública e a Administração Pública para lhes dar uma maior eficácia e rendibilidade. A verdade é que existe uma certa desmoralização na Administração Pública. O facto de ter havido no passado um terço de portugueses que gostava de viver um pouco à mesa do Orçamento e de agora haver muitos mais, é extremamente prejudicial. E é evidente que temos que fazer essa política, que, como se sabe é difícil de pôr em prática. Justamente para analisar esses aspectos, porque eles transcendem a competência do Governo, é que eu sugeri ao Sr. Presidente da República que se constituísse uma comissão, não dependente directamente do Governo, para estudar a reformulação da função e da Administração Pública.

Quanto ao problema que pôs acerca da poupança forçada, o Sr. Deputado disse que a Assembleia não rejeitou o esquema do 13.º mês. A verdade é que, rejeitando a urgência, e como se tratava do Natal, passado o Natal, gasto o 13.º mês, é evidente que seria um esquema de violência suplementar voltar ao sistema dos duodécimos e tentar colher aqueles que tiveram o 13.º mês e o gastaram, aquilo que na altura não descontaram. Penso que, não obstante

haver, pelo que vejo, uma certa disposição — pelo menos da parte do Sr. Deputado, não sei se do seu partido — de rever o problema...

Risos.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Não há, não!

O Orador: — Se não há, dava-me a impressão de que havia. De qualquer maneira, a verdade é que me parece que agora seria um pouco tarde.

Quanto àquilo que teríamos poupadado, calculam os serviços do Ministério das Finanças que teria sido entre 3,5 e 4 milhões de contos, o que era uma importância considerável, que podia servir para muitíssimas coisas, como, por exemplo, aumentar o crédito às pequenas e médias empresas, desenvolver múltiplas iniciativas, criar novos postos de trabalho, etc.

Quanto à pergunta que fez sobre se eu não estava de acordo em fazer uma política de defesa dos trabalhadores e uma política social de melhorias constantes para a população portuguesa, é evidente que esse é o centro e o cerne da nossa política e das nossas preocupações. Tudo está em ver como é que é possível realizar essa política.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, neste prémio futebolístico, tão invocado pela Assembleia, desempenhei um singular papel de árbitro.

Risos.

Apetecia-me dizer, se me permitissem uns minutos, que, a despeito dos chutões com o pé esquerdo e com o pé direito a verdade é que foi um prémio exemplar, de lealdade, de correcção, que muito me apraz registar.

Se me é permitido marcar um *penalty*...

Risos.

...marco-o na baliza das vossas consciências, de todas as nossas consciências, da consciência do povo português, chamando a atenção para a exemplaridade deste debate, pelo que ele representa de concreto como vitória da democracia e como mostrou ser possível discutir os problemas mais transcedentes deste mundo com correcção, elegância e bom proceder. Felicito-os e felicito-me a mim próprio.

Applausos gerais.

Srs. Deputados, amanhã também é dia de trabalho, ou melhor, hoje. A sessão terá lugar às 15 horas.

Da nossa ordem de trabalhos consta a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro sobre o Mercado Comum Europeu. Teremos de apreciar também alguns pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos, de fazer a votação formal e global da proposta de lei n.º 5/I e de proceder à discussão e votação da proposta de lei n.º 33/I.

Muito boa-noite e muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

Era 1 hora e 15 minutos.

*Deputados que entraram durante a sessão:***Partido Socialista (PS)**

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Sanches Esteves.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Riço Calado.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
 Etelvina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Abel Simões.
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jaime José Matos da Gama.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Gomes Fernandes.
 José Justino Taboada Brás Pinto.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel João Cristino.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Américo de Sequeira.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José da Costa.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 Jorge Ferreira de Castro.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões Costa.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Galvão de Melo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso Meneses Pereira de Moraes.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 Luís Esteves Ramires.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecassis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Pedro Correia Soares.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Victor Henrique Louro e Sá.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

Edmundo Pedro.
 João Joaquim Gomes.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Mário António da Mota Mesquita.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui Paulo do Vale Valadares.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Manchete.

Centro Democrático Social (CDS)

João Gomes de Abreu de Lima.
 Jose Manuel Cabral Fernandes.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, Januário Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA